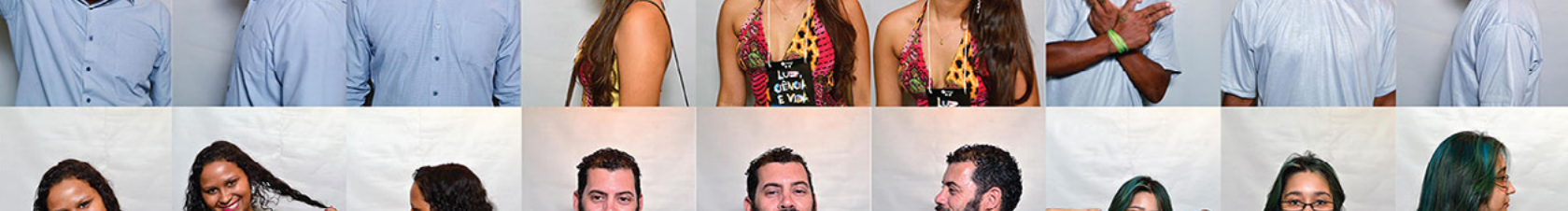




Revista  **UFG** Nº. 15 - ANO 15
dezembro/2014





Universidade Federal de Goiás – UFG

Reitor

Orlando Afonso Valle do Amaral

Vice-Reitor

Manoel Rodrigues Chaves

Pró-Reitor de Graduação

Luiz Mello de Almeida Neto

Pró-Reitor de Pós-Graduação

José Alexandre Felizola Diniz Filho

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação

Maria Clorinda Soares Fioravanti

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Giselle Ferreira Ottoni Candido

Pró-Reitor de Administração e Finanças

Carlito Lariucci

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos

Geci José Pereira da Silva

Pró-Reitor de Assuntos da Comunidade Universitária

Elson Ferreira de Moraes

—

REVISTA UFG

Publicação Semestral da
Universidade Federal de Goiás
Ano XV nº 15 – dezembro de 2014
ISSN: 1677-9037

Direção Geral

Giselle Ferreira Ottoni Candido

Editora Chefe

Estelamaris Tronco Monego

Editora Executiva

Daniela da Costa Britto Pereira Lima

—

COMISSÃO EDITORIAL

Comunicação

Rosana Maria Ribeiro Borges

Cultura

Ana Guiomar Rêgo Souza

Direitos Humanos e Justiça

Ricardo Barbosa de Lima

Educação

Karine Nunes de Moraes

Saúde

Marcos André de Matos e
Claci Fátima Weirichi Rosso

Trabalho

Nathalie de Lourdes Sousa Dewulf e
Claudio José

—

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Afrânio Mendes Catani
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
amcatani@usp.br

Ana Maria Rodino

Instituto Interamericano de Direitos Humanos,
Costa Rica e Universidade Nacional de La Plata,
Argentina
anamariarodino@gmail.com

Ardigò Martino

Alma Mater Studiorum Università di Bologna,
Centro Studi e Ricerche in Salute Internazionale
e Interculturale, Itália
ardigo.martino.unibo.it@gmail.com

Carlos Kater

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
carloskater@gmail.com

Demétrio de Azevedo Soster

Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz
do Sul, Brasil
dsoster@uol.com.br

Dora Maria Ramos Fonseca de Castro

Instituto Politécnico do Porto, Escola Superior de
Educação do Porto, Porto, Portugal
doracastro@ese.ipp.pt

Eduardo José Tavares Lopes

Universidade de Évora, Portugal
el@uevora.pt

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira

Universidade Federal da Paraíba, Brasil
guerra.luci@gmail.com

Ricardo Antunes

Universidade de Campinas, Campinas, Brasil
rantunes@unicamp.br

Sérgio Mattos

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia,
Brasil
sasmattos@gmail.com

—

Fotografia da capa

Carlos Siqueira

*Design gráfico e concepção
do redesign da capa*

Pablo Lisboa

Diagramação

Alanna Oliva

—

FICHA CATALOGRÁFICA

Revista UFG/ Universidade Federal de Goiás.
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. – vol. 1 n. 1
(1999). Goiânia: CEGRAF, 1999 –

Semestral
ISSN 1677-9037

I. Universidade Federal de Goiás. Pró-Reitoria de
Extensão e Cultura. 1. Ensaio. 2. Informação.

040 CDD
000 CDD

EDITORIAL

Criada em 1999, a Revista UFG é uma publicação da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás (PROEC) de periodicidade semestral. Inicialmente de caráter temático e interdisciplinar, destinava-se à divulgação de atividades produzidas na UFG no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão. O Conselho Editorial, composto por professores das diversas unidades acadêmicas da Universidade, selecionava os artigos dentro de um tema, que era substituído a cada número da revista.

De 2006 a 2013, como publicação de divulgação científica e cultural, foi reestruturada em seções de dossiê, artigos e ensaio visual. Ainda com caráter temático e com Conselho Editorial formado principalmente por docentes da UFG, a revista ganhou novo design e novo escopo, passando a ser dirigida a um amplo público regional e nacional. Neste período foi impressa, inicialmente, em tiragem de 4000 e posteriormente 2000 exemplares, tendo sido distribuída internamente na Universidade e externamente para bibliotecas e instituições de todo o país. Durante oito anos a Revista UFG ganhou reconhecimento por sua qualidade de conteúdo e de impressão. Com grande circulação nacional, repercutiu ciência e a cultura, a partir de temas definidos pelo Conselho Editorial.

Em plena expansão no país, a Extensão Universitária se deparou, ao longo dos anos, com uma realidade em que muitas vezes os programas e as ações são conhecidos apenas pelos docentes e estudantes membros da equipe executora,

ou pelos parceiros e pelas próprias pessoas da comunidade que participam dos projetos. Existe uma crescente demanda por produção intelectual gerada pela extensão.

Somente o registro do que é produzido poderá ampliar o impacto social e acadêmico da extensão. Com vistas a trabalhar esta situação, a Pró-reitoria formou em 2014 uma nova Comissão Editorial com membros de reconhecida expertise em extensão. Foi substituído o caráter temático da Revista, permanecendo a interdisciplinaridade, agora com artigos distribuídos dentro dos oito eixos temáticos da extensão universitária.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito das universidades implica em demanda por qualidade da extensão produzida. Esta qualidade deve ser acompanhada por publicações em revistas qualificadas. A Revista UFG pretende, nesta edição, dar início a esta nova fase em busca deste propósito.

SUMÁRIO

- 8** ENTREVISTA: A consolidação da Extensão Universitária Brasileira
Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Estelamaris T. Monego
(organizadoras)
- 17** EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES SOCIAIS
Victoria Flores Roa
- 27** O DESIGN NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS
POPULARES
Beany Guimarães Monteiro
- 37** ANÁLISE HISTÓRICA DE DANÇAS FOLCLÓRICAS APLICADAS À
ANATOMIA COMO FORMA EDUCACIONAL: UMA EXPERIÊNCIA DE
EXTENSÃO
Paulinne Junqueira Silva Andresen Strini;
Ana Cristina Silva Rebelo;
Tatiana de Sousa Fiuza;
João Roberto da Mata;
Polyanne Junqueira Silva Andresen Strini;
Rosana Silva Barbosa;
Arthur Ferreira do Vale;
Tereza Raquel de Melo Alcântara-Silva
- 44** REGISTRO TARDIO: ACESSIBILIDADE A DIREITOS FUNDAMENTAIS E
INSERÇÃO SOCIAL DO INDIVÍDUO
Arnaldo Goldemberg
Paula Ferreira dos Santos

- 54** O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: PENSANDO A PARTICULARIDADE DO ATENDIMENTO ÀS MULHERES NEGRAS
Vanessa Pereira de Almeida
Patrícia Ramalho Gonçalves
Gabriella de Souza Xavier
- 62** REVISTA DE QUÍMICA INDUSTRIAL: A TRAJETÓRIA DA QUÍMICA NO BRASIL SOB A ÓTICA DE SUA INDUSTRIALIZAÇÃO
Júlio Carlos Afonso
- 73** CONVERSAS ENTRE PROFESSORXS: ALTERIDADES E SINGULARIDADES
Graça Regina Franco da Silva Reis
Renata Lúcia Baptista Flores
- 89** PRESERVAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO ESPAÇO MEMORIAL CARLOS CHAGAS FILHO – PRIMEIRA ETAPA
Gabriela Lúcio de Sousa
Ana Paula Correa de Carvalho
Thais de Almeida Lamas
Daniele Botaro
- 99** AFROBETIZAR – UMA POSSIBILIDADE DE AÇÃO EDUCATIVA A PARTIR DA AFIRMAÇÃO E FORTALECIMENTO DA NEGRITUDE EM COMUNIDADES
Gessica Justino
Frank Wilson Roberto
- 106** EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS DE UM PROJETO DE EXTENSÃO COM IDOSOS SOCIALMENTE VULNERÁVEIS
Claudia Reinoso Araujo de Carvalho
Suelen Gemaque Pinho
Mariana Vianna Zaquieu da Fonseca
Paloma Vianna Ribeiro Vieira
- 114** PREVALÊNCIA E CARACTERIZAÇÃO DE FORAME NO OSSO ESTERNO HUMANO
Ana Cristina Silva Rebelo
João Roberto da Mata
Fabiana Ribeiro da Mata
Paulo César Moreira
Augusto Cesar Ribeiro Figueiredo
Arthur Ferreira do Vale

123 FERRAMENTA PRÁTICA E MULTIDISCIPLINAR DE APRENDIZAGEM -
CURSO DE DISSECÇÃO ANATÔMICA

Davi Farias Pereira

Pedro Ducatti De Oliveira E Silva

Renata Costa Barbosa

Tatiana De Sousa Fiuza

131 VIVÊNCIAS ARTÍSTICAS DE UMA FARMACÊUTICA: A ARTE E SUAS
INTERFACES

Nathalie de Lourdes Souza Dewulf

ENTREVISTA: A CONSOLIDAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA

DANIELA DA COSTA BRITTO PEREIRA LIMA

ESTELAMARIS T. MONEGO

(ORGANIZADORAS)



Lúcia de Fátima
Guerra Ferreira



Delmar Ferreira
Rezende



Giselle Ottoni

Daniela e Estelamaris - A seu ver, quais são os princípios básicos para o desenvolvimento e a institucionalização da Extensão pelas Universidades Brasileiras?

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira:

A luta pela institucionalização da extensão tem acompanhado a história das universidades brasileiras, com maior reforço a partir da criação do FOR-PROEX, em um processo de avanços e retrocessos. Pela sua amplitude e complexidade, os avanços são lentos e não atingem a todos os espaços universitários ao mesmo tempo ou na mesma profundidade.

Os elementos fundamentais para a institucionalização da extensão passam pelos âmbitos acadêmicos e administrativos, quer tratem da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, do reconhecimento como atividade acadêmica curricular, do impacto na formação do estudante, ou da inserção nos parâmetros e indicadores na matriz de alocação de recursos e vagas de docentes e de técnicos, no devido reconhecimento nos processos seletivos e no cômputo da produção acadêmica para ascensão funcional, entre outros.

Nesse sentido, a flexibilização curricular apresenta grande relevância, como possibilidade de reconhecimento da extensão no processo de formação dos estudantes universitários, a partir da ampliação do conceito de sala de aula, considerando os processos de aprendizagem nos mais diversos espaços, com base na interdisciplinaridade e visando a produção de conhecimento significativo e pertinente aos desafios postos pelas condições de vida da população brasileira.

Essa inserção da extensão no currículo está fundamentada no preceito constitucional da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, na LDB (1996) e em outros documentos normativos, mas a sua implementação tem enfrentado resistências. Existem experiências e exemplos consolidados de modelos curriculares mais flexíveis, incorporando as atividades extensionistas, mas são notórias as limitações em termos de abrangência nos diversos cursos ou universidades que compõem o sistema nacional de educação universitária. O Plano Nacional de Educação - PNE (2001/2010) chegou a incluir uma meta de destinação de, no mínimo, 10% da carga horária para a integralização curricular dos cursos de graduação serem dedicadas às atividades de extensão. Não se tem registros que comprovem o atingimento dessa meta e ela não foi reiterada no novo PNE (2015/2014).

Os caminhos da crítica aos modelos clássicos de produção do conhecimento podem e tem ajudado ao reconhecimento da extensão com suas metodologias dialógicas e participativas, e uma visão de mundo na qual os problemas e soluções se articulam para além das fronteiras disciplinares. Vale ressaltar que os princípios afirmados pelo FORPROEX ampliam e dão sentido a ação extensionista, ao tratar da relação entre os saberes, da polifonia do conhecimento, do reconhecimento do papel dos diversos sujeitos envolvidos na extensão, fundamentando-se nas ideias de Paulo Freire, Boaventura de Sousa Santos, Edgar Morin, entre outros.

Além disso, a reafirmação do compromisso social da universidade coloca a extensão como prática acadêmica que potencializa a interligação da

universidade com os demais setores da sociedade, contribuindo para a formação do profissional cidadão e ampliando a produção de conhecimento significativo, no sentido da superação das desigualdades sociais.

Por fim, outro princípio que consideramos básico tanto para a institucionalização como para o desenvolvimento da extensão é a garantia, com efetiva operacionalização, da isonomia entre as atividades-fim da universidade brasileira, quais sejam o ensino, a pesquisa e a extensão. Não se trata aqui de retomar o discurso da extensão como o “primo pobre”, e vitimizar a extensão. Alguns avanços nesse processo já ocorreram, mas muito ainda há o que fazer.

Delmar Ferreira Rezende:

A meu ver os princípios básicos pelos quais as Universidades Brasileiras devem se orientar são aqueles já instituídos pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e pela Constituição Brasileira onde se prevê que a Educação é um direito de todos e de cada um. Nesse sentido, entendo que as instituições também são responsáveis pela correta interpretação e adequação deste conceito, uma vez que as mesmas é que desenvolvem o sistema educacional brasileiro na prática. Outra questão é lutar incessantemente para que a Extensão Universitária não seja apenas um apêndice, mas que tenha relevância e prioridade nos temas que desenvolve em suas pesquisas. Acredito ainda, que a Universidade deve se aproximar mais da população, pois assim obterá maior força coletiva e apoio popular em defesa de suas lutas políticas e na obtenção de mais recursos para desenvolver melhores programas de extensão e pesquisa.

Giselle Ottoni

Em minha opinião, são três os princípios básicos para o desenvolvimento e a institucionalização da Extensão Universitária. O primeiro é o reconhecimento da importância da Extensão no processo da formação dos estudantes. Apesar de a constituição brasileira definir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação superior, este entendimento precisa ser ampliado para sua consolidação. O segundo princípio é o comprometimento com a Extensão de qualidade, para que esta exerça seu papel. Para isto, é necessário ampliar-se a avaliação da Extensão de forma a qualificá-la. O terceiro princípio diz respeito ao empenho governamental e de gestão das universidades para que esteja garantido o financiamento para a Extensão, de forma a promover seu desenvolvimento e institucionalização.

Daniela e Estelamaris - Considerando a importância do atual momento para a consolidação da Extensão pelas Universidades no Brasil enquanto atividade acadêmica que articula o Ensino, a Pesquisa e viabiliza a relação entre universidade e sociedade, como o senhor ou a senhora visualiza as principais conquistas já alcançadas e os principais desafios ainda a serem superados nessa institucionalização?

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira:

As conquistas da Extensão Universitária nos períodos mais recentes estão alicerçadas em lutas que datam do final da década de 1980, mais precisamente quando o FORPROEX foi criado em 1987. Naquele momento, a sociedade brasileira passava por um processo de abertura política e de transição entre um período de governos autoritários e a reorganização de movimentos em prol da democratização. Esse foi um dos momentos marcantes no repensar a universidade brasileira no contexto das lutas pelo ensino público, gratuito e de qualidade, pela autonomia e democratização. As conclusões e recomendações aprovadas naquele primeiro encontro em 1987 tiveram ressonância na Constituição brasileira de 1988, que no seu artigo 207, estabelece o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira para as universidades.

Nessas quase três décadas, merece registro que em cada uma delas se identificam conquistas e dificuldades. Todavia, nos anos de 2000 as conquistas alcançadas foram mais significativas, a exemplo da criação do Programa de Apoio à Extensão – PROEXT, em 2003, sob a coordenação da Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC), com aporte financeiro do MEC e, posteriormente, ampliado com investimentos de vários ministérios. Este programa encontra-se consolidado, com editais anuais ininterruptos, voltados para as instituições de ensino superior (IES) públicas – federais, estaduais e municipais desenvolverem programas e projetos direcionados ao fortalecimento de políticas públicas.

Outra grande conquista foi a ampliação de indicadores da extensão no Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), atingindo todas as IES, públicas e privadas. Tendo em vista divergências dos técnicos quanto a confiabilidade e auditoria dos dados, após alguns anos, ocorreu um retrocesso e os indicadores foram drasticamente reduzidos, retornando à situação anterior.

Merece destaque a regulamentação da concessão de bolsas para extensionistas, pelo Decreto nº 7.416, de 30.12.2010, que regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23.12.2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária; e da inserção da extensão entre os parâmetros para a matriz de distribuição orçamentária e financeira das universidades federais, pelo Decreto nº 7.233, de 19.07.2010.

Por outro lado, a agenda de desafios tem se ampliado nestes últimos tempos, tanto no sentido de garantir conquistas que estão ameaçadas, não só as de interesse direto do meio universitário e extensionista, mas àquelas que dizem respeito à sociedade como um todo no sentido de não se permitir retrocessos nos direitos já garantidos e ameaças aos pilares da democracia brasileira.

Dentre os inúmeros desafios já elencados nos documentos do FORPRO-EX, destaco três: a efetiva inserção da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, com impactos diretos na formação do estudante e na produção acadêmica; o fortalecimento do papel da extensão como indutora de processos de transformação e de empoderamento, no sentido das transformações sociais que promovam a dignidade humana; e a ampliação dos recursos e modalidades de financiamento, que propiciem as condições objetivas e operacionais para a implementação das ações de extensão.

Delmar Ferreira Rezende:

Entre as principais conquistas alcançadas pode-se dizer que a manutenção e o aumento das verbas públicas tem o maior destaque, tendo em vista que, sem os devidos recursos financeiros seria difícil manter o interesse tanto dos acadêmicos quanto das universidades. Quanto aos principais desafios cito o interesse e a disposição dos professores e pesquisadores universitários em deslindar e se adequar à legislação imbuída na Extensão Universitária. E também a disponibilidade dos docentes para desenvolver projetos de pesquisa que sejam de interesse público e científico mas que instiguem a participação dos acadêmicos estimulando assim o desenvolvimento social, a cidadania e a visão crítica e tecnológica desses estudantes.

Giselle Ottoni

Uma das principais conquistas para a Extensão foi o amadurecimento acerca das diretrizes da Extensão, estabelecendo-se a importância da troca de conhecimento entre a Universidade e os demais segmentos da sociedade. Esta

conquista contribui, sem dúvidas, para a inovação da educação superior. Entre os desafios, os principais são o estabelecimento de indicadores para a avaliação da Extensão, a ampliação dos recursos financeiros para a Extensão e o cumprimento da estratégia da meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, que é assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social.

Daniela e Estelamaris – Um dos pontos tratados no documento da “Política Nacional de Extensão Universitária”, desenvolvido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de educação Superior Brasileira (FORPROEX – 2012) diz respeito à relação da extensão com as políticas públicas. A seu ver, como podemos estreitar as relações das Ações de Extensão com as políticas públicas, de maneira a contribuir com o desenvolvimento social?

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira:

A relação da Extensão Universitária com as políticas públicas está entre as diretrizes que devem orientar as ações extensionistas, na sua formulação, implementação e avaliação, tendo expressão maior no que tange à expectativa de impacto e transformação social. Ao buscar estabelecer uma relação com os demais setores da sociedade, a extensão aproxima-se dos problemas e necessidades da maioria da população, bem como das políticas públicas, e daí se afirma o compromisso social e político com a transformação.

Essa aproximação com a população proporciona aos extensionistas um conhecimento profundo sobre a realidade e a possibilidade de sistematização e produção de novos conhecimentos. Contudo, para além da estrita produção acadêmica, essa aproximação contribui para uma formação cidadã mais ampla, com o despertar da indignação diante das condições de vida da grande maioria da população, e da transformação desse sentimento em ações de cooperação e instigadoras do protagonismo dessa população.

A extensão universitária, ao se organizar em áreas temáticas – Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho, explicita o seu compromisso com as políticas públicas desses macrocampos, considerados prioritários, que além de amplos possuem fronteiras flexíveis com interfaces transversais e intersetoriais.

Entre as grandes preocupações presentes nos debates e orientações do FORPROEX estão a contribuição das ações de Extensão para o desenvolvimento social – local, regional e nacional, e a relação com as políticas públicas. Mas como fazer isso, sem perder de vista as especificidades da missão da universidade? Apresentamos a seguir alguns pontos que consideramos relevantes nesse debate. A capacidade instalada nos campi das universidades públicas pode e deve ser colocada à disposição da população para o atendimento direto, com a prestação de serviço, por meio das clínicas, hospitais universitários, escritórios e agências, dentre outras formas. No que tange à ação extensionista no sentido estrito da palavra, a universidade vai executar o que lhe é próprio, mas não substituir ou realizar o que compete a outras instituições e órgãos. Ou seja, a extensão universitária, a partir da capacidade e potencial identificados nas áreas temáticas, tem a obrigação de contribuir para a solução de problemas que afligem a população.

Nesse sentido, as estratégias colaborativas são as mais indicadas para motivar e fortalecer as relações da Extensão com as políticas públicas, em todas as fases que envolvem a formulação, a execução e a avaliação das ações em parceria, quais sejam na realização de diagnósticos e identificação das necessidades, na definição de metas e estratégias, no monitoramento da execução, na construção dos parâmetros avaliativos, entre outros.

O diferencial da presença da extensão universitária junto aos gestores públicos na implementação de políticas públicas, é que com ela fomenta-se substancialmente o protagonismo e o empoderamento da comunidade nesse processo, bem como a ampliação de mecanismos de controle social.

Essa percepção do papel a ser desempenhado pela extensão na relação com as políticas públicas objetivando o desenvolvimento social, passa por um posicionamento político, para além de organizações partidárias, implicando na identificação de aliados para as causas prioritárias, com firmeza para o enfrentamento de forças conservadoras e contrárias a horizontalidade nas relações e decisões.

Delmar Ferreira Rezende:

Essas relações podem ser estreitadas através da observância dos temas pesquisados e de maior relevância da sociedade atual, pela articulação com possíveis parceiros, e disposição de superar os entraves burocráticos e as dificuldades logísticas, físicas e geográficas das áreas pesquisadas. E como exemplo

prático, posso citar o impacto social causado pelas ações de extensão universitária desenvolvidas na escola e comunidade /região onde resido e trabalho há mais de 20 anos, o que me possibilita inclusive analisar criticamente o antes e depois dessas interações. A questão inicial, sem dúvida foi a ampliação de oportunidades educacionais, a transferência de conhecimentos e a inclusão de grupos sociais, mas a troca de experiência entre o saber popular e o acadêmico e os demais resultados positivos foram cada vez mais relevantes, tanto para os docentes e alunado local quanto para a formação prática dos acadêmicos envolvidos nos projetos de pesquisa. Então, para estreitar as relações entre Extensão Universitária e políticas públicas o principal mesmo é ter coragem de enfrentar e assim poder superar os desafios exteriores ao campus universitário, se articular com as instituições locais que já atuam naquelas áreas e temas e ir ao encontro dessa sociedade, na maioria jovens, que clamam e pulsam por conhecimento e evolução tecnológica nesse mundo cada vez mais globalizado. Outro aspecto que também deve ser ressaltado é a valorização intelectual e financeira daqueles profissionais que trabalham diretamente com extensão, isso contribuiria positivamente para transferi-los do limbo “idealistas e missionários” para a categoria de pesquisadores de alto nível que trabalham diretamente para o avanço socioeconômico, intelectual e tecnológico do país. Para isso acontecer há necessidade de maior aporte financeiro destinados às Universidades que trabalham seriamente com Extensão e incentivos e premiações às Universidades e Professores que mais se destacarem no exercício de suas funções, especialmente aos que obtiverem resultados mais palpáveis e expressivos, frutos de sua ação naquela comunidade ou região. Há que se publicar e divulgar tais resultados a fim de torná-los úteis para a sociedade como um todo naquele espírito de agir localmente pensando globalmente, afinal conhecimento é poder.

Giselle Ottoni

O papel da Extensão na realização de políticas públicas é enorme, mas o governo ainda não percebeu isto. O PROEXT, maior programa de fomento da Extensão Universitária no país e coordenado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, tem um importante papel a favor das políticas publicas. São vinte linhas temáticas que atendem políticas públicas, elaboradas pelos ministérios parceiros no programa. Desde sua criação até os dias de hoje houve um aumento significativo no total de recursos para este

programa e a contribuição dos ministérios na elaboração das linhas temáticas e avaliação das propostas concorrentes. Penso que, apesar disto, o governo não usa o potencial deste programa no atendimento às políticas públicas e ao desenvolvimento social. Se os resultados do PROEXT fossem conhecidos, acredito que haveria um aumento substancial nos recursos do programa. Existe uma grande quantidade de excelentes projetos que não são contemplados com recursos e que poderiam estar contribuindo para o desenvolvimento social do país. Portanto, a meu ver, o aumento de recursos do PROEXT seria um grande passo para estreitarmos as relações das ações de Extensão com as políticas públicas, de maneira a contribuir com o desenvolvimento social.

EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES SOCIAIS

VICTORIA FLORES ROA¹

Resumo: O artigo apresenta a experiência de ensino e aprendizagem da educação em direitos humanos no contexto do profissional de graduação carreira de treinamento trabalho. A cadeira desenvolvido durante dois anos foi destinado a profissionais futuros estudantes alcançar o conhecimento e compreensão dos direitos humanos sob a perspectiva da relação teórica e prática e contato constante e permanente com as partes interessadas e instituições com as quais eles se relacionam no seu exercício locais de memória acessando profissionais, conversações com líderes comunitários, contato com casos judiciais testemunhando o exercício e a implementação da reforma judicial que incorpora os direitos fundamentais consagrados na Constituição do Chile. Posicionamento global é alcançado e futuros estudantes de profissionais de serviço social em um contexto de análise crítica e reflexiva, gerando e instando problematização e busca de respostas a partir da perspectiva do trabalho social no exercício dos direitos humanos no sociedade e conseguir, através de metodologias são incorporados nas obras de cadeira em colaboração constante, a construção de sua própria aprendizagem no contexto dos princípios fundamentais da profissão, respeito pela dignidade humana e justiça social.

Palavras chave: ensino e aprendizagem, trabalho social, direitos humanos

Abstract: The experience of teaching and learning of human rights education occurs in a context of formation of professional career undergraduate Social Work. The

¹ Institución: Universidad de Antofagasta, Ciudad Antofagasta de Chile , Asistente Social, Académica de Trabajo Social, Magister en Ciencias Sociales, Master en Docencia Universitaria U. Barcelona, victoria.flores@uantof.cl.

chair developed for two years has been aimed at future professionals students achieve knowledge and understanding of human rights from the perspective of theoretical and practical relationship and constant and permanent contact with stakeholders and institutions with which they will relate in its exercise professional accessing memory sites, talks with community leaders, contact with court cases witnessing the exercise and implementation of the judicial reform that incorporates the fundamental rights enshrined in the constitution of Chile. Overall positioning is achieved and future students of social work professionals in a context of critical and reflective analysis, generating and urging problematization and search for answers from the perspective of social work on the exercise of human rights in the society and getting through methodologies are incorporated into the chair works in constant collaboration, building their own learning in the context of the fundamental principles of the profession, respect for human dignity and social justice.

Key words: teaching and learning, social work, human rights

INTRODUCCIÓN

La experiencia pedagógica de educación en derechos humanos presentada se desarrolla en el marco de la cátedra incorporada en la malla curricular de la Carrera de Trabajo Social con licenciatura en Trabajo Social, de la Facultad de Ciencias Sociales, Artes y Humanidades de la Universidad de Antofagasta, dictada en el segundo semestre del año 2012 y 2013 entre los meses de Septiembre y Diciembre, denominada “Derechos Humanos y Trabajo Social” a los estudiantes del segundo año de la carrera.

“La Universidad de Antofagasta es una institución estatal, laica y pluralista dedicada a la formación de profesionales que posean un profundo sentido de responsabilidad con su entorno y una sólida formación en valores”. En la universidad el conocimiento es puesto en función de las necesidades sociales; se asume que el conocimiento genera poder y es función de la universidad democratizarlo y que el ejercicio de los derechos ciudadanos”

Entre los objetivos propuestos como asignatura se destacan el entregar al estudiante los conocimientos en los derechos fundamentales de la persona humana, visualizando los principios del trabajo social como son la dignidad de la persona y la justicia social, que el estudiante logre conocer y comprender la evolución el desarrollo y los distintos instrumentos jurídicos existentes

sobre derechos humanos como asimismo logre conocer y vincularse con los profesionales y distintos actores sociales de la comunidad en el ámbito del trabajo social, facilitando un contacto directo de debate y participación en el ejercicio de los derechos humanos.

De tal forma se logra que los estudiantes sean protagonistas de distintas estrategias pedagógicas participativas, entre ellas: Visita a un sitio de memoria “Museo de la memoria y derechos humanos”, Sitio de detención ex_Campo de Prisioneros Chacabuco, Conversatorio con Dirigentes Vecinales en torno a la participación ciudadana y los derechos humanos, Participación en asamblea general del Consejo Comunal de Infancia formado por niños, niñas y adolescentes de distintos establecimientos educacionales de la comuna, Visita presencial de audiencias en Juzgado de Garantía, desarrollo de un trabajo de investigación en terreno a un conjunto de instituciones sobre el quehacer profesional del trabajador social en relación a derechos humanos por ejemplo; educación, salud, infancia y adolescencia, unidades penitenciarias, empresas, Desarrollo de talleres socioeducativos a grupos de la comunidad Técnica de Aprendizaje+Servicio (Barkley E, 2007).

Como resultado se logra un adecuado proceso de enseñanza aprendizaje ya que se obtiene la vinculación teórico-práctica, lo cual propicia el debate y análisis reflexivo-crítico de los estudiantes, futuros profesionales, asimismo se logra la vinculación y extensión universitaria con la comunidad contribuyendo de este modo con los objetivos del plan de desarrollo estratégico de esta casa de estudios superiores, y por otra parte se generan conocimientos desde la acción que contribuyen a validar la incorporación de estrategias metodológicas innovadoras en la educación de derechos humanos y propiciar futuras investigaciones en esta materia.

OBJETIVO

Que los estudiantes de trabajo social logren conocer y comprender la evolución y el desarrollo de los distintos instrumentos jurídicos sobre derechos humanos en un proceso de enseñanza-aprendizaje centrado en los estudiantes, donde generen sus propios conocimientos a partir de una vinculación teórico-práctica en un escenario de utilización de metodologías de enseñanza colaborativas, participativas y de análisis crítico y reflexivo permanente, facilitando un contacto directo de debate y participación en el ejercicio de los derechos humanos.

METODOLOGÍA

La estrategia pedagógica presentada en el marco de la cátedra de “Derechos Humanos y Trabajo Social” de la carrera de educación superior que forma profesionales Trabajadores Sociales, con licenciatura en Trabajo Social, tiene como propósito el que los propios estudiantes sean los protagonistas de su proceso de enseñanza-aprendizaje, que les permita desarrollar una actitud y pensamiento crítico y reflexivo de los conocimientos y experiencias desarrolladas. Asimismo les permita vincularse con los principales actores sociales en el ejercicio de los derechos humanos.

La asignatura se desarrolla en 3 Unidades de aprendizajes que consideran por una parte, lecturas y análisis de contenidos como: conceptos, perspectivas teóricas de los derechos humanos, evolución de acuerdo a las épocas históricas, instrumentos jurídicos internacionales en derechos humanos; declaraciones, pactos, convenciones y en el ámbito nacional; Constitución política de la República de Chile que establece derechos y deberes constitucionales de los ciudadanos y por otra la vinculación de estos conocimientos con el ejercicio práctico en talleres de resolución de casos, análisis y debates respecto de documentales y películas, trabajos de investigación en terreno en los distintos campos de actuación profesional del Trabajo Social y su vinculación a los derechos humanos, como también la vinculación con distintos actores sociales en la perspectiva de derechos.

La metodología incorporada en el programa de la asignatura se sustenta en el modelo problematizador de la pedagogía crítica, utilizando distintas estrategias de aprendizaje colaborativo, aprendizaje basado en problemas, análisis de casos, lecturas y análisis grupales, salidas a terreno, visitas a sitio de memoria, conversatorios con actores sociales de relevancia en la comunidad; entre ellos : dirigentes vecinales y consejo comunal de infancia, visita a tribunal de garantía , visitas de profesionales expertos en temáticas de derechos humanos, talleres de debates en clases sobre documentales y películas, trabajos de investigación en terreno con presentaciones escritas y audiovisuales, aprendizaje+servicio Para efectos de sistematizar la experiencia a futuro se utiliza el registro de videograbación, fotográfico, y de material bibliográfico recopilado.

RESULTADOS

La asignatura se planifica teniendo como sustento teórico el modelo problematizador de la pedagogía crítica, siguiendo a diversos autores como Magendzo A. (2011), Rodino A. (2011), orientaciones metodológicas del Instituto Interamericano de Derechos Humanos, entre otros. Se inicia la asignatura con una Visita guiada a un Sitio de Memoria, el Museo de la Memoria y Derechos Humanos existente en la ciudad de Santiago, en una muestra itinerante en la ciudad de Antofagasta, el primer año 2012, y el año 2013 al sitio de detención de prisioneros durante la dictadura, Chacabuco, ubicado a 80 kilómetros de la comuna de Antofagasta, Sierra Gorda, hecho que genera una experiencia significativa para los estudiantes que más allá del aula logran conectarse con el dolor y sufrimiento de las víctimas de violaciones a los derechos humanos y conocer a través de la exposición de relatos, videos y escritos, los hechos acontecidos durante la dictadura militar en Chile (1973-1990), lo que ellos mismos relatan a través de un taller expositivo, generándose un espacio de debate reflexivo lo que permite y facilita introducir la asignatura. Se complementa este taller con muestra fotográfica y de video del desarrollo del IV Coloquio de Educación en Derechos Humanos realizado en Septiembre del 2012 en la ciudad de Santiago y V Coloquio realizado en Goiania Brasil 2013 en el que participó la docente y una estudiante en representación de sus compañeros de cátedra.



(Foto1) Estudiantes en visita al Museo de la Memoria y los Derechos Humanos

(Foto 2) Estudiantes visitan sitio de memoria *Campo de Prisioneros en dictadura Chacabuco*

Posteriormente se invita a una clase presencial a los profesionales Asistentes Sociales de la Oficina de Infancia quienes son ex-alumnos de la carrera, quienes a través de una charla entregan a los estudiantes los lineamientos del Programa dependiente de la Ilustre Municipalidad de Antofagasta, instancia encargada de promover y proteger los derechos de niños, niñas y adolescentes de la comuna, a través de un trabajo coordinado con las instituciones y la comunidad. La

Oficina de Infancia incentiva la participación de los niños y niñas en los temas que les son de su interés, a través del Consejo Comunal de Infancia en el cual están representados estudiantes de los establecimientos educacionales básicos y secundarios quienes con la colaboración de las distintas autoridades tienen como objetivos generar una Política Comunal de Infancia que permita reconocer a todo niño, niña como sujeto de derecho. Además brinda en forma gratuita atención psicológica, social y/o legal a los niños y niñas cuando sus derechos han sido vulnerados. La operatividad del consejo de infancia se da a través de Asambleas, Mesas de representantes y Plenos durante el año.

El objetivo de esta visita fue preparar a los estudiantes en su participación posterior en la Asamblea General que se desarrolló en el mes de noviembre 2013, donde establecieron contacto directo con los consejeros presenciando la cuenta anual del trabajo realizado por dicho consejo de infancia en los ejes de Urbanismo, Identidad, Arte y Cultura, Ecología y Medio ambiente, Educación, deporte y recreación. Lo anterior se vinculó en el aspecto teórico con la Convención sobre los derechos de los niños. De este modo se vinculan los estudiantes con niños, niñas y adolescentes integrantes y representantes del Consejo Comunal de Infancia conociendo sus planes y programas en beneficio de la comunidad y cómo este grupo etéreo logra el ejercicio de sus derechos.

Posteriormente se desarrolla un acercamiento con dirigentes de organizaciones comunitarias específicamente con los representantes de la Unión Comunal de Juntas de Vecinos de la comuna de Antofagasta, donde se logra entablar un Conversatorio o diálogo participativo en el cual se transmiten experiencias mutuas entre dirigentes y estudiantes.

La Unión Comunal de Juntas de Vecinos es una organización comunitaria sin fines de lucro que agrupa a las distintas juntas de vecinos asociadas de la comuna de Antofagasta, bajo el alero de la ley 19.418 de juntas de vecinos y demás organizaciones comunitarias, su misión es contribuir activamente al desarrollo de la comuna con propuestas viables desarrolladas en conjunto con la comunidad, gobierno regional, municipio y entidades privadas tomando sus prioridades sin distinción de credos religiosos y políticos. Se logra concretar de esta forma el vínculo con actores sociales relevantes en la comunidad en materia de participación ciudadana analizando y debatiendo los estudiantes y dirigentes el ejercicio de los derechos ciudadanos establecidos en la Constitución Política enlazando los instrumentos jurídicos y el rol que les compete a los estudiantes como ciudadanos con derechos y deberes.



Foto 3 y 4 : Conversatorio
Dirigentes Unión Comunal Junta
de Vecinos Antofagasta

Participan también los estudiantes en el marco de la asignatura de Audiencias en el Juzgado de Garantía lo que les permite conocer el ejercicio de los derechos en el marco de la reforma procesal penal de nuestro país.

Presencian distintas audiencias de control de detención según lo establece la reforma procesal penal vigente en Chile, en las cuales participan los imputados, fiscales, defensores, testigos y juez de garantía quien al final de las audiencias observadas desarrolla un diálogo con los estudiantes.

De esta forma se logra desarrollar la vinculación con el ámbito judicial y los estudiantes generan la relación entre los derechos de víctimas e imputados vinculados a los derechos humanos y garantías establecidas en la constitución política.



Fotos 5- 6 - Visita Tribunal de Garantía, Audiencias Control detención (Reforma Procesal Penal)

Finalmente los estudiantes desarrolla el año 2012, un trabajo de investigación en terreno sobre la aplicación de los derechos humanos en los distintos

ámbitos del desarrollo de la profesión, relacionando los conocimientos teóricos que les permitan tener una visión de la forma y procedimientos de implementación de los instrumentos jurídicos nacionales e internacionales sobre derechos humanos y sus avances experimentados en las distintas áreas, como por ejemplo, salud, educación, trabajo, propiciando el análisis crítico y reflexivo que contribuya a su formación desde la perspectiva disciplinar y profesional.

En esta etapa los estudiantes eligen instituciones como: Gendarmería de Chile, recintos de personas privadas de libertad, Salud, Hospital Regional de Antofagasta, PRAIS, Programa de reparación y atención integral en salud a víctimas de las violaciones a los derechos humanos ocurridas durante la dictadura militar, SENAMA, Servicio Nacional de Adultos Mayores, Empresa y derechos humanos, Servicios públicos y políticas sociales, Educación, Programas sociales.

En las distintas instituciones investigadas los estudiantes desarrollan análisis comparativo respecto del ejercicio de los derechos ciudadanos garantizados por medio de una Carta de Derechos que son documentos a través de los cuales los servicios e instituciones públicas declaran e informan a los ciudadanos sobre las funciones encomendadas y los compromisos de calidad en su prestación como también los derechos y deberes como usuarios de éstos; con la información entregada por los profesionales del área social específicamente Asistentes Sociales, quienes mayoritariamente están desempeñándose en las distintas áreas de las instituciones señaladas.

En el año 2013 desarrollan talleres socioeducativos con grupos de la comunidad y del ámbito educación (escuela y jardín infantil) donde aplican técnica **Aprendizaje+Servicio**) lo que les genera una gran sensibilidad social en su formación profesional relevando el respeto por los derechos humanos.



Foto 7 y 8 : Grupo Diabéticos y Grupo de Niños y Niñas en Población Miramar Norte de Antofagasta.

Luego de finalizada la cátedra se logra la evaluación de los estudiantes que participaron de ésta con un alto nivel de aprobación lo que se percibe en la participación de ellos en cada una de las actividades desarrolladas como asimismo el nivel de conocimientos y aprendizaje adquirido en derechos humanos junto con el significado que a partir de la experiencia y ejercicio pedagógico participativo les permite que sean los propios estudiantes quienes construyan su aprendizaje siendo partícipes activos de sus procesos formativos.

CONCLUSIONES

En el desarrollo de la cátedra denominada Derechos Humanos y Trabajo Social durante el segundo semestre académico del año 2012 y 2013 dirigida a estudiantes de la carrera Trabajo Social Licenciatura en Trabajo Social se implementa una metodología pedagógica de educación en derechos humanos bajo la perspectiva de enseñanza aprendizaje centrada en el estudiante, para desarrollar un aprendizaje significativo en una concepción de un enfoque profundo del aprendizaje, (Biggs 1987) según el cual el estudiante siente la necesidad de saber, procura centrarse en el significado subyacente, como las ideas principales, también involucran sentimientos y finalmente lo que se pretende es que el ejercicio de enseñanza – aprendizaje contribuya a desarrollarse en un ambiente y clima de motivación y creatividad que favorezca “el placer de aprender “acorde a lo que plantea el Proyecto Educativo Institucional de la Universidad de Antofagasta; *“El enfoque educativo centrado en el aprendizaje considera al estudiante como actor principal de su formación, se centra la atención en cómo se organizan los aprendizajes en el estudiante y en lograr la evidencia de éstos por medio de las acciones que realiza. En esta idea, el logro de aprendizajes significativos requiere de acciones pedagógicas diversas y dinámicas, que respondan a una formación integral insertas en un proceso de planificación –evaluación- retroalimentación”* y con el objetivo de propiciar el conocimiento de los derechos humanos a través del vínculo con los actores sociales en sus distintas instancias, como por ejemplo participación ciudadana y ejercicio de los derechos humanos de dirigentes vecinales, niños, niñas y adolescentes, profesionales en distintos ámbitos de la profesión de trabajo social, conocimiento y experiencias significativas a través de visita a sitio de memoria, juzgado de garantía y desarrollo de trabajos de enlace teórico-práctico que dan cuenta del aprendizaje logrado. Esta significativa experiencia vivenciada

por los estudiantes lo es también para la docente que dicta la cátedra ya que se emplearon estrategias innovadoras extra aula que permitieron generar mayor comprensión y sensibilización con el ejercicio y defensa de los derechos humanos y que relevan el rol profesional del trabajador social en el ámbito de la educación no formal fortaleciendo y promoviendo asimismo el ejercicio de los derechos humanos en las distintas instancias del quehacer profesional, contribuyendo de este modo a la formación de los futuros profesionales del trabajo social para que sean ellos quienes con sus conocimientos generados aporten a una ciudadanía más consciente y defensora de los derechos humanos y a una sociedad donde prevalezcan el respeto a la dignidad humana y la justicia social.

REFERENCIAS

- Barkley, E. Técnicas de Aprendizaje Colaborativo, Ediciones Morata, 2007. Madrid
- Erazo, X. Abramovich, v. Políticas públicas para un estado social de derechos. El paradigma de los derechos universales Vol. II, Editorial LOM, 2008, Santiago de Chile.
- Constitución Política de Chile, “Capítulo III: De Los Derechos y Deberes Constitucionales, Artículo 19.”
- Magendzo, A. Educación en Derechos Humanos, un desafío para los docentes de hoy, Editorial LOM, 2006, Santiago de Chile.
- Magendzo, Abraham, Editor (2009). Ideas-fuerza y pensamiento de la educación en derechos humanos en Iberoamérica. En: Pensamiento e Ideas-fuerza de la educación en derechos humanos en Iberoamérica. A. Magendzo, Editor. UNESCO y OEI. Editorial Santa María, Chile.
- Magendzo, Abraham (2012). Algunos principios pedagógicos orientadores de la educación en derechos humanos. http://www.crefal.edu.mx/decisio/images/pdf/decisio_32/decisio32_saber2.pdf
- Informe Anual 2011, 2012: Situación de los derechos humanos en Chile, Instituto Nacional de derechos humanos Santiago.

O DESIGN NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS POPULARES

BEANY GUIMARÃES MONTEIRO²

Resumo: Esse artigo refere-se aos aspectos teóricos e práticos trabalhados pela equipe do Laboratório de Design, Inovação e Sustentabilidade da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LABDIS/EBA/UFRJ), sobre o projeto de Extensão Design em Empreendimentos Populares (DEP), a partir do resumo apresentado no 11º Congresso de Extensão da UFRJ em 2014.

Palavras-chave: empreendimentos populares; design; extensão

Abstract: This article refers to the theoretical and practical aspects worked by the staff of the Laboratory of Design, Innovation and Sustainability of the School of Fine Arts at the Federal University of Rio de Janeiro (LABDIS / EBA / UFRJ), on the Design Extension project in Popular Enterprises (DEP), from the overview of the abstract presented at the 11th UFRJ Extension Congress in 2014.

Keywords: income projects; design; extension

INTRODUÇÃO

No trabalho organizado por Lages, Braga e Morelli, publicado pelo SEBRAE em 2004, são apresentadas diferentes abordagens sobre desenvolvimento local que permitem relacionar o segmento produtivo ao território, tendo como base a formação de redes interativas, flexíveis e autônomas das comunidades empreendedoras, valorizando o saber e o saber-fazer destas comunidades.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro, D.Sc., Professor Associado, beanymonteiro@eba.ufrj.br

Albagli (in LAGES, BRAGA, MORELLI, 2004) mostra formas de valorizar as diferenças que compõem essa rede de conhecimentos e saberes, a partir das experiências e relacionamentos sociais vivenciados por cada um, capazes de produzir singularidades. Para compor uma rede capaz de valorizar e agregar essas experiências e os saberes delas provenientes, o conceito de interdisciplinaridade, tal como é entendido por Brietenberg (2006), é utilizado para compor o referencial teórico do projeto Design em Empreendimentos Populares, coordenado pelo Laboratório de Design, Inovação e Sustentabilidade da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LABDIS/EBA/UFRJ).

Brietenberg (2006) parte de uma reflexão sobre a educação pelo Design para analisar experiências de equipes multidisciplinares, em termos de seu potencial criativo e de seus riscos para o projeto. A partir da formulação de uma dialética interdisciplinar, apresentada por Brietenberg (2006) para análise dessas experiências multidisciplinares, observa-se que, quando praticada com atores externos a academia, essa dialética ganha novos limites do ponto de vista epistemológico. Atuar como designer de forma interdisciplinar compreende então redesenhar os limites da prática considerando, no seu potencial de encontro com o outro, as assimetrias dessas novas relações (MENDES; MONTEIRO, 2010). De acordo com Krucken (2009, p. 30) “essa visão abrangente é crucial para planejar estratégias de valorização de produtos que promovam o desenvolvimento local”.

Manzini e Vezzoli (2001) e Penin (2006) mostram que ocorre uma mudança sistêmica quando a ação do designer considera a escala local, ou seja, as práticas locais e cotidianas de uma comunidade. Manzini (2006) define e conceitua esse novo espaço de geração de conhecimentos como sendo promotor de uma aprendizagem social. Para contribuir com a catalisação da aprendizagem e disseminação da base de conhecimento em design, e para transformar sua prática, teoria e instrumentos de forma coerente com a proposta de uma inovação social e situada, é exigida do designer a adoção de um novo *ethos* que promova sinergias e processos de aprendizagem abertos, locais, conectados e com limites bem definidos (MANZINI, 2006).

O Design para a Inovação Social atua no que Zaoual (2005) conceitua como “sítio simbólico de pertencimento” e produz, nas relações que estabelece nos sítios, um conhecimento de natureza autônoma. Essa autonomia é limitada pela pluralidade de atividades mediadoras entre o problema e a

solução, limites esses constituídos pela diversidade de conhecimentos, experiências e relações assimétricas, que passam a ser considerados não mais a partir do par problema-solução, mas como uma extensão desse par. A diversidade de estruturas e das relações possíveis implicam em uma importante inserção social e colaborativa do design e se aproxima do que Manzini (2006) denomina de aprendizagem social, materializada na multiplicidade de planos e orientações que as relações transversais ao par “problema-solução” vão originar e configurar.

Em termos metodológicos os desafios para a extensão, a pesquisa e o ensino do design referem-se ao fato dos diálogos orientarem e definirem os procedimentos e a apropriação dos conhecimentos que asseguram uma experiência plena de sentido, bem como a sua tradução para aplicação em outras situações possíveis. Essa tradução requer uma abertura dialógica e um enraizamento na situação que está na base do design sustentável (PAPANECK, 1984).

O designer assume no “Sítio Simbólico de Pertencimento” o papel de um mediador e de um tradutor entre o problema, sua reformulação e tradução no contexto social e cultural do sítio. Ele atua como articulador de um novo conhecimento, autônomo, formado transversal e assimetricamente, num processo de aprendizagem social. A mediação e a tradução são ações que transformam a realidade, atribuem novos valores e criam novas estruturas intermediárias que habilitam e facilitam as experiências locais e a emergência de conhecimentos e possibilidades inovadoras, provenientes dessas experiências, em outros sítios simbólicos de pertencimento (ZAOUAL, 2005; MONTEIRO, 2011).

De acordo com Monteiro (2011) a demanda que emerge para os designers refere-se ao traçado de uma nova direção no sentido de promover a qualidade de vida e a qualidade dos produtos e serviços resultantes das ações de um empreendimento popular. Essa demanda remete ao desenvolvimento de novos talentos investigativos e extensionistas que, considerando a realidade cotidiana, desenvolva reflexões, propostas e cenários sobre a qualidade das relações, dos locais, das comunidades, dos bens comuns e do próprio tempo de ser e do fazer compartilhado. Essa demanda amplia a vocação do designer no sentido da difusão dos seus conhecimentos e no sentido da inovação social, sentidos esses refletidos no curso de sua ação profissional, e que passam a ser considerados na própria formação em Design (MONTEIRO, 2008).

DESIGN EM EMPREENDIMENTOS POPULARES: OBJETIVOS E METODOLOGIA DO PROJETO

O objetivo principal desse artigo é apresentar a Edição de 2014 do projeto Design em Empreendimentos Populares, cujo resumo foi publicado nos Anais do 11º Congresso de Extensão da UFRJ, em 2014 (Disponível em http://congresso.pr5.ufrj.br/images/_congresso/arquivos/Anais_Congresso_de_Extensao_2014.pdf). Essa Edição do projeto seguiu a metodologia das edições anteriores com algumas atualizações relativas ao tema do seminário e da bibliografia de apoio utilizada pelos bolsistas de extensão dessa edição do projeto Design em Empreendimentos Populares. As etapas desse projeto estão baseadas na realização de seminários, em mapeamentos e entrevistas realizados nas Incubadoras e em oficinas de design.

O projeto foi desenvolvido em 2006, com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado Rio de Janeiro (FAPERJ/Edital Primeiros Projetos 2006), e atua desde então junto a duas Incubadoras de empreendimentos populares: a Incubadora Afro Brasileira e a Incubadora de Empreendimentos para Egressos, localizadas no Rio de Janeiro e em São Gonçalo, município do Rio de Janeiro. O principal objetivo desse projeto é inserir o Design no processo de incubação desses empreendimentos, e ampliar o campo de atuação profissional para os jovens designers. Seus objetivos específicos são:

1. Trabalhar elementos de design visando a contextualização e a valorização cultural do artefato, produto ou serviço a partir da noção de sítio simbólico de pertencimento.
2. Refletir sobre o processo pessoal de trabalho.
3. Discutir elementos da estética na geração de conceitos de produtos e serviços.
4. Enraizar os conhecimentos gerados no processo de desenvolvimento do artefato, produto ou serviço.
5. Gerar tecnologia a partir do processo de inovação social.

Para tal são constituídos grupos de estudantes, professores, empreendedores e incubadoras que organizam e debatem princípios relativos ao Design que podem ser aplicados aos empreendimentos e ao ensino de Design na Escola de Belas Artes (EBA).

No primeiro semestre de cada ano a equipe de bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PIBEX/UFRJ) do Laboratório de Design, Inovação e Sustentabilidade da Escola de Belas Artes (LABDIS/EBA) realiza seminários relacionados ao projeto no Laboratório. Esses seminários abordam métodos para concepção do design de produtos ou serviços. Em 2014 os seminários tiveram como foco as estratégias de Design Thinking (VIANNA, et al, 2012) e os conceitos de território, terroir, enraizamento e empreendedorismo (ZAOUAL, 2005; KRUCKEN, 2009).

O conteúdo desses seminários servem como base empírica do projeto Design em Empreendimentos Populares, cujas ações são implementadas no segundo semestre de cada ano. Essas ações referem-se ao mapeamento nas Incubadoras parceiras sobre o processo de incubação, de entrevistas com os empreendedores indicados pelas incubadoras e à realização de oficinas de design com os empreendedores entrevistados. Os resultados do mapeamento e das entrevistas orientam a formatação dessas oficinas que, no caso da edição de 2014, estão sendo implementadas em 2015, com apoio do Edital do Ministério da Educação para a Extensão Universitária (MEC/PROEXT 2015).

O projeto tem como referência metodologias participativas, implementadas através de vivências, de simulações da realidade, jogos de empresa, além de um diagnóstico participativo e de uma pesquisa de campo realizada pelos estudantes para compreender o processo de incubação dos empreendimentos populares (MELO, 2000; PENIN, 2006). Essas referências são consideradas para a preparação de um material de apoio que orienta a realização das oficinas cujo conteúdo é organizado em até quatro módulos, de acordo com a edição, conforme Quadro 1.

QUADRO 1: Módulos das Oficinas de Design do projeto Design em Empreendimentos Populares

MÓDULOS	DESCRIÇÃO
1	Percepção Sócio-Cultural do Empreendimento. Objetivo: estabelecer vínculos relacionais para o desenvolvimento de um processo de co-design do Sistema Produto-Serviço (SPS).
2	Estudo de Mercado e Articulação de Parcerias. Objetivo: abordar os aspectos de mercado que implicam na definição de estratégias de negociação e articulação para a redução dos riscos do empreendimento.

MÓDULOS	DESCRIÇÃO
3	Comunicação Visual e Identidade Cultural do Empreendimento. Objetivo: Desenvolver a reflexão e a percepção dos empreendedores para os elementos estéticos e simbólicos contidos na imagem do empreendimento, seja essa imagem relacionada ao produto, serviço ou a própria programação visual. Permitindo assim, uma comunicação visual mais eficiente e diferenciada valorizando os elementos culturais específicos.
4	Sistema Produto-Serviço (SPS). Objetivo: desenvolver uma visão prospectiva do sistema produto-serviço. Ao final destes 4 módulos será realizado um evento público com a participação de parceiros para encerramento das atividades, divulgação dos resultados e entrega dos certificados.

O material gerado para cada edição do projeto pode ser visualizado no site do Laboratório de Design, Inovação e Sustentabilidade (lidis.ufrj.br). A infra-estrutura do projeto conta com apoios de editais externos e internos à UFRJ, bem como com a contra-partida das Incubadoras, que fornecem lanches para as turmas, disponibilizam contatos e espaço para realização das diferentes etapas do projeto, sobretudo nas etapas de mapeamento, entrevistas e oficinas.

As oficinas são cadastradas como curso de extensão junto à Divisão de Educação da Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ (PR5/UFRJ), e os participantes que cumprem 80% da carga horária proposta recebem um certificado emitido pela Pró-Reitoria. São aplicados dois questionários para avaliar os efeitos da ação sendo um no início das oficinas, para levantar as expectativas dos participantes; e outro ao final, para avaliar o alcance dos objetivos, o método e a didática.

Os resultados são organizados num relatório final entregue às instituições parceiras, após o término das atividades. Nesse momento também é realizado um evento público para encerramento das atividades, divulgação dos resultados e entrega dos certificados para os participantes da edição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Laboratório de Design, Inovação e Sustentabilidade (LABDIS/EBA/UFRJ) procura contribuir com a abertura e a consolidação de novos campos de atuação para o design, considerando a sua inserção em práticas tradicionais próprias a cultura local. O Laboratório tem sua origem relacionada a uma demanda formulada por dois empreendedores da Incubadora Afro Brasileira, apresentada no mês de agosto de 2005. A partir desta demanda foi feito um contato com a

diretoria desta incubadora para estabelecer possíveis parcerias no sentido de atender à demanda apresentada, tendo em vista o conhecimento da mesma em projetos relacionados às questões sociais e culturais, e o conhecimento da equipe acadêmica, relacionado ao Design para Inovação Social e a Sustentabilidade.

Estabelecida a perspectiva de realização de ações de extensão junto à Incubadora, foi formulado um projeto em cujo escopo previa-se a montagem do laboratório, que foi então submetido aos órgãos de fomento no sentido de viabilizar as ações previstas. O edital selecionado incluía obras civis para preparação do espaço físico do LABDIS e, paralelamente, foi composta uma equipe que iniciou a preparação de um material teórico e prático para realização das oficinas internas e externas desta equipe com os parceiros. Foram então cadastrados os grupos de pesquisa prevendo a consolidação desse projeto e seu aprofundamento nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão inovadora em Design.

Atualmente são dois grupos de pesquisa cadastrados na base de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): Design Estratégico para a Sustentabilidade e Design de Produto para Sistemas Complexos. Esses dois grupos dão espaço para a atuação interdisciplinar do Laboratório com diferentes atores sociais, entre eles o Instituto de Engenharia Nuclear (IEN) e as Incubadoras parceiras.

Compreendendo o Laboratório como um espaço de experimentação e troca de experiências o Labdis tem como um de seus propósitos estabelecer relações e trocas que favoreçam a inserção do Design em áreas que demandem seus conhecimentos e suas ferramentas, ao mesmo tempo em que apresenta como vocação a habilitação dos atores sociais envolvidos nessas relações, para que interfiram e transformem o conteúdo apresentado, a partir de suas experiências e áreas específicas de conhecimento.

Os seminários realizados em 2014 tiveram como base o material produzido pela equipe de bolsistas de extensão, sobre o tema Design Thinking representados nas Figuras 1 e 2 (VIANNA et al, 2012). Cada seminário é relacionado a uma etapa do projeto, desde o mapeamento até as oficinas de Design.

Além dos seminários é solicitado à equipe de bolsistas do projeto a leitura de referenciais teóricos e a apresentação de fichamentos sobre os mesmos. Esse material é utilizado tanto para o aprimoramento dos conhecimentos da equipe quanto para a publicação de resumos em Congressos de Extensão e Jornadas de Iniciação Científica (Disponíveis em: <http://lidis.ufrj.br/#artigos>).

Análise de Dados

Cartões de Insights
Cartões de Insights é uma forma de se utilizar as informações coletadas nas Pesquisas Exploratórias, Desk e em Profundidade, de forma rápida, organizada e dinâmica.

São cartões que contêm uma informação principal, acompanhadas do tema envolvido e da fonte pertencente. Por exemplo:

- Internautas acreditam que a maioria das informações contidas na internet são de duvidosa credibilidade.

Tema: Comportamento
Fonte: Pesquisa Exploratória

Apropriadamente usadas em reuniões de criação do diagrama de afinidades, onde são identificados e estabelecidos padrões e inter-relações de dados ou em sessões de criação de idéias.



Tiago da Costa Duarte
LABDIS - Desenho Industrial - PP - EBA - UFRJ

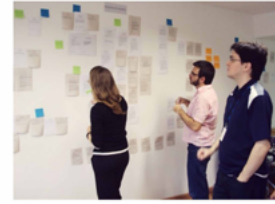
01

Tiago da Costa Duarte
LABDIS - Desenho Industrial - PP - EBA - UFRJ

Análise de Dados

Diagrama de Afinidades
É o agrupamento dos cartões de Insight, com base em similaridade, afinidade, proximidade, afim de delimitar macro áreas em que o projeto estará inserido.

Diagramas estes que podem ser feitos e refeitos várias vezes, estudando diferentes conexões entre os dados e, preferencialmente, sendo elaborado em grupo.



02

Análise de Dados

Mapa Conceitual
É a forma ilustrativa e abstrata de se organizar as informações coletadas.

Utilizada na fase de imersão, auxilia na organização das informações recém coletadas e ajuda a administrar classificando-as em categorias como, indivíduo, tarefa, serviço, etc.



Tiago da Costa Duarte
LABDIS - Desenho Industrial - PP - EBA - UFRJ

03

Análise de Dados

Crítérios Norteadores
São as diretrizes do projeto, restrições e objetivos que mantêm o foco durante sua elaboração.

Personas
São personagens ficticiais criados a partir da coleta de informações de perfis extremos. São utilizados na sessão de criação de idéias, que auxiliam na compreensão das necessidades de diferentes grupos de público.

Mapa de Empatia
Ferramenta que sintetiza informações coletadas sobre o cliente. Diagrama que visa entender e contextualizar, compreendendo as percepções do cliente, suas necessidades em função do projeto, como por exemplo, saber o que ele pensa, vê, sente, etc.

Jornada do Usuário
Representação gráfica do passo-a-passo da relação do usuário com o produto ou serviço. Utilizado para focar nas necessidades do usuário, abordando até os menores detalhes.

Tiago da Costa Duarte
LABDIS - Desenho Industrial - PP - EBA - UFRJ

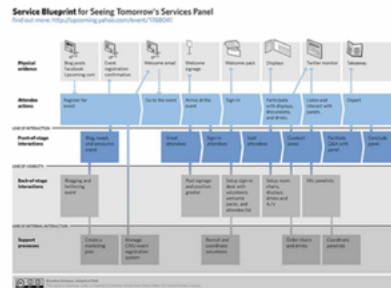
04

Figura 1: Análise de Dados (Disponível em: <http://lidis.ufrj.br/seminarios/novostalentos/designthinking1504.pdf>)

Análise de Dados

Blueprint

É uma matriz que intercepta informações entre cliente, serviço e o prestador de serviço. Informações como: o que o cliente percebe, as ações exercidas por ele, ações do prestador evidenciados e não evidenciados pelo cliente, visando seu nível de satisfação em cada ponto da jornada.



Tiago da Costa Duarte
LABDIS - Desenho Industrial - PP - EBA - UFRJ

05

Figura 2: Matriz utilizada pelo projeto Design em Empreendimentos Populares (Disponível em: <http://lidis.ufrj.br/seminarios/novostalentos/designthinking0605.pdf>)

Os resultados alcançados até aqui demonstram que os conhecimentos aplicados nas ações do projeto Design em Empreendimentos Populares são

aqueles que tanto os próprios designers quanto aqueles que não são profissionais dessa área podem usar nos seus processos de trabalho. Isso confere à ação uma autonomia do campo de conhecimento de origem que interfere na discussão sobre os conhecimentos em design movendo o eixo dessa discussão dos métodos para os resultados alcançados. Na medida em que esses resultados demonstram a apropriação e a transformação dos conhecimentos utilizados nas oficinas, nos produtos e serviços produzidos pelos participantes, é possível demonstrar o impacto da ação do design em empreendimentos populares, e nos seus próprios conhecimentos.

Em termos de conteúdo, esses conhecimentos compõe uma coleção de artefatos cognitivos com diferentes propósitos: visões para estimular e dar sentido a discussão estratégica; propostas para integrar no corpo de projetos específicos; instrumentos para apoiar o entendimento do estado do pensamento e implementar idéias; reflexões sobre o sentido do que fazemos ou podemos fazer (MONTEIRO; SILVA, 2009).

REFERÊNCIAS

Albagli, Sarita, “Território E Territorialidade”. In: Lages, Vinícius, Braga, Christiano, Morelli, Gustavo, *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, SEBRAE, 2004.

Brietenberg, Mark, “Interdisciplinary Innovation”. In: http://icsid.org/education/education/articles185.htm?query_page=1. Consultado em 30 de setembro de 2014.

Krucken, Lia, *Design e Território. Valorização de identidades e produtos locais*. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

Manzini, Ezio, “Design, ethics and sustainability Guidelines for a transition phase”. DISIndaco, Politécnico di Milano. In: <http://www.dis.polimi.it/manzini-papers/06.08.28Designethics-sustainability.doc>. Consultado em maio de 2006.

Manzini, Ezio, Vezzoli, Carlo, *Product-Service Systems and Sustainability*. Opportunities for sustainable solutions. United Nations Environment Programme (UNEP). Division of Technology Industry and Economics (DTIE). Production and Consumption Branch PP. 39-43, Paris. France, 2001.

Mendes, Mariuze Dunajski, Monteiro, Beany Guimarães, “Design Social Dimensions. Perspectives and approaches to Solidarity Economy”. In: Ceschin, Fabrizio; Vezzoli, Carlo, Zhang, Jun (eds.). *Sustainability in Design: Now! Challenges and Opportunities for Design Research, Education and Practice in the XXI Century* (Anais), Volume I, 2010.

Monteiro, Beany Guimarães, Silva, Alina de Almeida Linch, “Design e Inovação Social:

uma experiência de extensão universitária nas Incubadoras Afro Brasileira e de Empreendimentos Populares”. In: *Congresso Brasileiro de Extensão Universitária – CBEU (Anais)*. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2009.

Monteiro, Beany Guimarães, “Design & Inovação Social. Práticas de atuação e uso do Design em contextos locais”. In: Araújo Filho, Targino / Thiollent, Michel Jean-Marie, *Metodologia para Projetos de Extensão: Apresentação e Discussão*. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos: Cubo Multimídia, 2008.

Monteiro, Beany Guimarães. “Conhecimentos autônomos em Design: assimetrias de um campo de ação”. In: *Revista Interfaces / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes – Ano 17, no 14 (janeiro-junho 2011) – Rio de Janeiro: UFRJ/CLA, 2011 – semestral*. Pp. 138-144.

Papanek, Victor, *Design for the real world. Human Ecology and Social Change*. London: Thames and Hudson, 1984.

Penin, Lara, *Strategic design for sustainable social innovation in emerging contexts: framework and operative strategies*. PHD Thesis, Politécnico de Milão. Milão, 2006.

Vianna, Mauricio, Vianna, Ysmar, Adler, Isabel K., Lucena, Brenda, RUSSO, Beatriz, *Design Thinking. Inovação em negócios*. Rio de Janeiro: MJV Press, 2012.

Zaoual, H. 2005. *Nova Economia das Iniciativas Locais: uma Introdução ao Pensamento Pós-Global*. Rio de Janeiro: DP & A Ed., 2005.

ANÁLISE HISTÓRICA DE DANÇAS FOLCLÓRICAS APLICADAS À ANATOMIA COMO FORMA EDUCACIONAL: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO

PAULINNE JUNQUEIRA SILVA ANDRESEN STRINI;

ANA CRISTINA SILVA REBELO;

TATIANA DE SOUSA FIUZA;

JOÃO ROBERTO DA MATA;

POLYANNE JUNQUEIRA SILVA ANDRESEN STRINI;

ROSANA SILVA BARBOSA;

ARTHUR FERREIRA DO VALE;

TEREZA RAQUEL DE MELO ALCÂNTARA-SILVA

Resumo: O folclore e sua manifestação por meio das danças e músicas típicas constitui importante forma de expressão popular capaz de representar as tradições e a cultura de uma determinada região. Dessa forma, a sua utilização como uma ferramenta de ensino e aprendizagem pode contribuir para a divulgação e valorização da cultura de um povo, ampliar o conhecimento acerca da diversidade folclórica existente e auxiliar na formação dos discentes e do público direta e indiretamente envolvido na sua prática. Com isso, o presente trabalho objetivou realizar apresentações culturais e artísticas em escolas e creches na região de Goiânia-GO, abrangendo palestras sobre o histórico das danças folclóricas, os principais movimentos corporais e os aspectos anatômicos envolvidos, além de verificar as contribuições do ensino das danças folclóricas para os participantes da ação. As ações englobaram oficinas nas escolas e centros comunitários, com explanação sobre a cultura brasileira e os aspectos históricos das danças folclóricas, com apresentações artísticas das mesmas. Foram selecionadas as danças e músicas folclóricas, analisando a motricidade humana e seus componentes anatômicos, bem como a sua forma de interação com as diversas áreas de conhecimento cultural. Foram realizadas sete apresentações de danças folclóricas, incluindo a Cana-Verde, Catira, Cavalhadas, Pastoril, Siriri, Tambor de Crioula e Vilão. Assim, observa-se que a interdisciplinaridade

da música, dança e componentes curriculares, possibilita ao discente obter diferentes formas de aprendizado e estabelecer vínculos culturais com sua comunidade, além de integrar teoria e prática do movimento à luz da anatomia humana.

Palavras-chave: Folclore, cultura, dança, anatomia, movimento.

Abstract: Folklore and its manifestation through the typical dances and songs is an important form of popular expression capable of representing the traditions and culture of a particular region. Thus, its use as a teaching and learning tool can contribute to the dissemination and exploitation of the culture of a civilization, expand knowledge about existing folk diversity and assist in the training of students and the public directly and indirectly involved in its practice. In this way, the present study aimed to carry out cultural and artistic performances in schools and kindergartens in the Goiania-GO region, including lectures on the history of folk dances, the main body movements and anatomical aspects involved, besides to identify the contributions of teaching folk dances for the participants of the action. The actions encompassed workshops in schools and community centers, with explanation about Brazilian culture and historical aspects of folk dances, with artistic presentations. The dances and folk songs were selected, analyzing human movement, its anatomical structures and the way they interact with the various areas of cultural knowledge. Seven performances of folk dances were performed, including the Cana Verde, Catira, Cavalhadas, Pastoril, Siriri, Tambor de Crioula e Vilão. Therefore, it is observed that interdisciplinary of music, dance and curriculum components, enables the student to obtain different forms of learning and establish cultural ties with their community and to integrate theory and practice of movement in the light of the human anatomy.

Keywords: folklore, culture, dance, anatomy, movement.

INTRODUÇÃO

Folclore trata-se de uma forma de expressão popular de um país que permite a compreensão do povo e, ao mesmo tempo, compõe sua história. As danças folclóricas são formas de danças sociais e importantes componentes culturais da humanidade. O folclore brasileiro é rico em danças que representam as tradições e a cultura de uma determinada região e estão vinculadas aos aspectos religiosos, festas, lendas, fatos históricos, acontecimentos do cotidiano e brincadeiras (LIMA, 1999).

A cultura consiste nas relações existentes entre as formas de se expressar e a compreensão de corpo de uma determinada sociedade ou comunidade. As manifestações culturais e artísticas podem ser desenvolvidas a partir de diversas expressões do movimento humano, dentre elas, destaca-se a dança, que se mostra como uma manifestação artística marcante na cultura popular brasileira (VERDERI, 2000).

O trabalho em escolas com danças, cantigas e brincadeiras de roda, músicas e demais elementos do folclore contribuem para uma crescente valorização e conhecimento das manifestações populares e favorecem a divulgação das raízes e expressividade de um povo (MEGALE, 2000). Por sua vez, a dança, enquanto manifestação artística constitui um elemento potencializador para o desenvolvimento da expressividade dos estudantes relativo à prática e manifestação folclórica. Além disso, contribui para a formação de discentes mais criativos, críticos, e reflexivos diante do mundo que os circunda (PATRÍCIA & AMARAL, 2014).

Neste sentido, a aplicabilidade da anatomia humana, contextualizando com a forma de expressão artística e cultural, pode promover um incremento no ensino, possibilitando ao discente obter diferentes formas de aprendizado e estabelecer vínculos culturais com sua comunidade, utilizando como ferramenta o conhecimento de seu próprio corpo (GIFFONI, 1973). O estudo da Anatomia Humana em conjunto com as técnicas promovidas pelo ensino da Educação Física (VALERIUS, et al. 2004), em especial, a aplicação dos conhecimentos científicos às danças folclóricas nas escolas, mostra-se de fundamental importância no cotidiano de toda a comunidade valorizando a cultura.

O debate sobre a dança como um tema a ser tratado pela educação física na escola é intenso, e a maneira como as danças devem ser abordadas no currículo escolar, bem como a forma como este trabalho pedagógico pode ser desenvolvido por meio deste conhecimento, tem sido foco de indagações (GARIBA, 2007; SBORQUIA e GALLARDO, 2006). É fato que, atualmente, a dança não está presente na escola e observa-se uma limitada fundamentação teórica para o encaminhamento desse conhecimento nas aulas de educação física (NASCIMENTO, 2011).

A primeira distinção que se faz necessária no trato com o conhecimento da dança é o entendimento das relações estabelecidas entre folclore, cultura popular e as mudanças sociais. Tal fato revela a carência de conhecimentos elucidativos sobre a sistematização da dança na escola, bem como o incentivo à divulgação das produções teóricas voltadas para o tema (BARBON, 2011).

O presente trabalho visou relatar o desenvolvimento do projeto de extensão intitulado: *“Análise Histórica de Danças Folclóricas Aplicadas à Anatomia como Forma Educacional: Uma Experiência de Extensão”*, cujos objetivos foram realizar apresentações culturais e artísticas em escolas, creches e centros culturais na região de Goiânia-GO, incluindo palestras sobre os históricos das danças folclóricas dentro da cultura brasileira; identificar e selecionar os principais movimentos das danças e os aspectos anatômicos envolvidos e verificar as contribuições do ensino das danças folclóricas para os participantes da ação.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi desenvolvido por estudantes do curso de Educação Física Licenciatura e Musicoterapia da Universidade Federal de Goiás (UFG), técnicos administrativos, docentes do Departamento de Morfologia e do curso de Graduação em Musicoterapia da Escola de Música e Artes Cênicas da UFG, bem como funcionários dos locais onde as atividades foram desenvolvidas. A ação de extensão foi desenvolvida em escolas, centros comunitários e culturais de Goiânia e região metropolitana, entre os dias 10 de junho a 20 de julho de 2014, com público alvo com idade entre 10 e 15 anos, cursando o ensino fundamental/médio.

As ações englobaram oficinas nas escolas com explanação sobre a cultura brasileira a partir de apresentações de danças folclóricas e a realização de uma abordagem do histórico de cada dança. Foram selecionadas as danças e músicas folclóricas analisando a motricidade humana e seus componentes anatômicos e como eles interagem com as diversas áreas de conhecimento cultural. A partir disto, foram identificados e selecionados os principais movimentos dentro das danças, correlacionando com o aparelho locomotor e o sistema sensorial envolvido.

Para melhor didática da apresentação foram utilizados alguns materiais, produzidos pelos alunos, como: cabo de madeira envolvido com fitas (representando espada e lança), bambolê (como argolas), bola de vôlei (para o ‘tira cabeça’), indumentárias baseada em tecido do tipo “não tecido” (TNT) nas cores azul e vermelho, máquina fotográfica para registrar a encenação e o desenvolvimento dos movimentos anatômicos.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Foram realizadas 7 apresentações de danças folclóricas (Cana-Verde; Ca-tira; Cavalhadas; Pastoril; Siriri; Tambor de Crioula e Vilão), onde os partici-pantes puderam, por meio das atividades, compreender como seu corpo reage a diversos tipos de movimentos, conforme exemplificado na Fig. 1.



Fig.1: Demonstração do movimento de desvio ulnar na dança Cavalhadas.

Foi possível observar ainda a complexidade do corpo humano e seu fun-cionamento, com uma abordagem mais simples e direta, trazendo exemplos do cotidiano e relacionando-os com as atividades realizadas (Figs. 2-3). As ações contaram com a participação de 115 discentes dos cursos de gradua-ção (Educação Física Licenciatura e Musicoterapia Bacharelado) da UFG; 337 participantes da comunidade em geral; com um total de 3 cidades atendidas no Estado de Goiás (Goiânia, Senador Canedo, Trindade).



Fig.2: Demonstração do movimento de rotação da lança da dança Cavalhadas

Com os resultados obtidos pelas atividades foi possível constatar a importância da inserção da dança folclórica em todas as esferas de ensino. Para isso, as danças podem ser trabalhadas de tal maneira que haja um compromisso ético do professor para que ele assuma sua real função, que consiste em proporcionar ao educando seu conhecimento corporal, ao mesmo tempo em que lhe permite desenvolver a sensibilidade para esta manifestação artística.

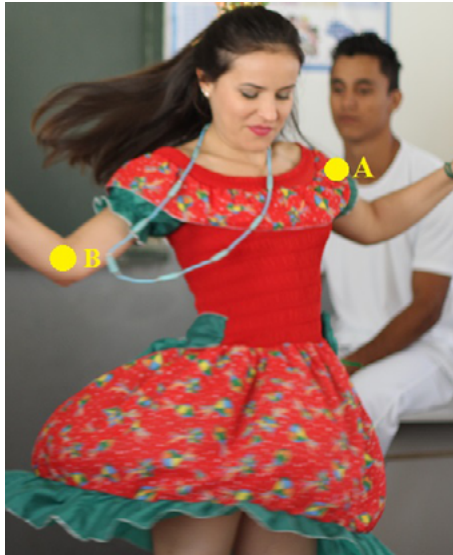


Fig.3: Movimento Rotador da dança Tambor de Crioula, com Rotação de ombro (A) e flexão de cotovelo (B).

Em geral, a dança no contexto escolar é vista como recreação ou como o caminho mais curto para se chegar a apresentações de fim de ano, não sendo dada a ela a devida importância como as outras disciplinas, nem correlacionando o tema com as diferentes atividades escolares diárias. Na maioria das vezes, o lado estético da dança é priorizado em detrimento de seu caráter educacional e social, como por exemplo, o conhecimento sobre o funcionamento do seu próprio corpo (STRAZZACAPPA & MORANDI, 2006, p. 78).

No decorrer do desenvolvimento das atividades, notou-se ainda um grande interesse da classe estudantil em participar das ações propostas, isso sugere que a introdução da dança como atividade curricular terá um grande aproveitamento e rendimento escolar, mostrando uma face ainda oculta dos métodos educacionais atuais. Após a análise anatômica dos movimentos executados, percebeu-se o recrutamento de grupos musculares e articulações de todo o organismo, trabalhando a biomecânica humana em conjunto. Com isso, as danças podem ser utilizadas como ferramenta de trabalho para a atuação dos professores de educação física escolar na sua prática profissional.

CONCLUSÃO

A interdisciplinaridade da música dança e componentes curriculares, possibilita ao discente obter diferentes formas de aprendizado e estabelecer vínculos culturais com sua comunidade, além de integrar teoria e prática do movimento à luz da anatomia humana. Considerando as reflexões realizadas e as atividades propostas, são levantados caminhos e possibilidades para a atuação do professor abrangendo práticas de educação artística que, com base na vivência, percepção, criação e interpretação, agregam e desenvolvem aspectos diversos da dança como fenômeno artístico e cultural.

REFERÊNCIAS

- Barbon, Andiar dos Santos. Danças folclóricas na educação física escolar. 2011. 60p. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma, 2011.
- Gariba, Chames Maria Stalliviere. Dança escolar: uma possibilidade na Educação Física. *Revista Movimento*. Porto Alegre, v. 13, n. 02, p. 155-171, 2007.
- Giffoni, Maria Amália Correia. *Danças Folclóricas Brasileiras e suas aplicações educativas*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- Lima, R. G.F. Folclore e Cultura Popular. O museu de Folclore e as Artes Populares, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º28, Brasília,1999.
- Megale, B. Nilza. *Folclore Brasileiro*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- Nascimento, Kariza Rafaela. A dança no contexto da educação física escolar. 2011. 64p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Londrina, UEL, Londrina, 2011.
- Patrícia, Márcia Ângela & Amaral, Nair Gurgel. Multiculturalismo folclórico e/ou multiculturalismo crítico: o que pratica a escola? *Revista Igarapé*. Porto Velho, v.4, n.1, p. 109-123, 2014.
- Sborquia, Silvia. P. & Gallardo, Jorge S. Pérez. *A dança no contexto da educação física*. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.
- Strazzacappa, Márcia; Morandi, Carla. *Entre a arte e a docência: a formação do artista da dança*. São Paulo: Papirus, 2006.
- Valerius, Klaus-Peter et al. *O livro dos músculos: anatomia funcional do aparelho locomotor*. 1ª ed. São Paulo: Manole, 2005.
- Verderi, Érica Beatriz L. P. *Dança na Escola*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

REGISTRO TARDIO: ACESSIBILIDADE A DIREITOS FUNDAMENTAIS E INSERÇÃO SOCIAL DO INDIVÍDUO

ARNALDO GOLDEMBERG¹
PAULA FERREIRA DOS SANTOS²

Resumo: Este trabalho é resultado do projeto de extensão “Direitos humanos e mediação: advocacia de família” que se insere no Programa de extensão “Inclusão social e proteção de grupos vulneráveis” da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em atuação nos anos de 2013 e 2014, com o objetivo de atrelar a pesquisa à prática jurídica, como forma de torna-la mais acessível e democrática.

Buscou-se o atendimento jurídico na área de família, com ênfase em ações para diminuir o sub-registro civil de crianças e adultos, atendendo a população carente da cidade.

O registro de nascimento é o primeiro documento de cidadania, sendo condição indispensável para o pleno exercício dos direitos fundamentais e a forma de identidade pessoal. Quando não realizado o registro de nascimento, a pessoa fica enquadrada no chamado de “sub-registro”, sendo necessário postular o registro tardio.

Devido a algumas mudanças legislativas, o próprio oficial de cartório (registor) passou a ter autonomia suficiente para realizar o procedimento de registro tardio. Somente em casos de dúvida, o registor constituirá autos a serem remetidos ao juiz para decisão. Assim, eliminou-se a obrigatoriedade de judicialização como forma dar maior agilidade e desburocratização.

Por meio de uma parceria com o Cartório da 4ª Circunscrição do Registro Civil de Pessoas Naturais (Catete), buscou-se realizar o acompanhamento e auxílio de casos de registro tardio, como forma de desenhar um perfil do sub-registro e contribuir para a melhoria das políticas públicas de erradicação do registro tardio.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, Professor Assistente de Prática Jurídica Cível, Mestre em Direito Econômico (UNIG) e Doutorando em Direitos Humanos. E-mail <arnaldogoldemberg@direito.ufrj.br>

² Estudante de Direito da UFRJ. Rio de Janeiro. E-mail <paulafs_93@hotmail.com>

Palavras-chave: Registro Tardio – Sub-registro – Registro de Nascimento – Lei 11.790/08 –Direito Fundamental.

Abstract: This paper results from the extension project “Human Rights and Mediation: Family Advocacy”, developed over the years 2013 and 2014, which is part of the parent project “Social Inclusion and Protection of Vulnerable Groups” of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). The Project aimed to link research and legal practice, in order to make the scientific study more accessible and democratic.

The Project provided legal assistance in family law matters to low-income persons in Rio de Janeiro, focused on actions and measures to reduce the civil under-registration of children and adults.

A necessary prerequisite for the full exercise of fundamental rights is the birth registration, the individual’s first document of citizenship and also a form of personal identity. Whether the birth certificate is not carried out, the person is an “under-registered” and it becomes necessary to claim for a late registration.

Due to recent legislative changes, the notary officer (registrar) currently has sufficient autonomy to conduct the late registration procedure. Only in cases of doubt, the registrar shall send the case to a judge, who will take a decision on the matter. Thus, one eliminated the requirement for legalization aiming to give greater flexibility and less bureaucracy to the procedure.

Through a partnership with the Civil Registry Office for the 4th Circumscription of Rio de Janeiro (Catete), the Project monitored and assisted cases related to late registration, in order to determine a profile of the under-registration and contribute to the improvement of public policies to eradicate late registration.

Keywords: Late Registration - Under-registration - Birth Registration - Law 11.790/08 - Fundamental Right.

INTRODUÇÃO

O registro é um importante passo para o acesso a direitos fundamentais por parte dos cidadãos. Sua ausência implica na inexistência do indivíduo para o Estado e, conseqüentemente, não lhes são assegurados direitos básicos, como saúde, educação, percepção de benefícios assistenciais e previdenciários, justiça e demais benefícios sociais.

Trata-se do primeiro documento de cidadania e condição indispensável para o pleno exercício dos direitos fundamentais, sendo uma forma de identidade pessoal e individualização.

Aqueles que não possuem registro de nascimento ou qualquer outro documento de identificação pessoal se veem fora do âmbito de proteção do Estado, sendo-lhes vedado direitos essenciais à vida em sociedade. Neste diapasão, é perceptível a necessidade de políticas públicas em prol da erradicação da falta de registro como forma de retirar esses indivíduos das margens da sociedade e trazê-los para junto do Estado.

O registro e a obtenção da certidão de nascimento têm especial relevância por ser a *conditio sine qua non* para lograr a expedição de outros documentos como a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), a Carteira de Identidade ou Registro Geral de Identidade (RG), o Cadastro de Pessoa Física (CPF), Título de Eleitor, Carteira Nacional de Habilitação de motorista (CNH), sendo documentos absolutamente necessários para as relações jurídicas e sociais de uma pessoa.

O PROJETO DE EXTENSÃO

Pensando nisso, foi criado em 2013 o projeto de extensão “Direitos Humanos e mediação: advocacia familiar”, inserido no programa de extensão “Inclusão Social e Proteção aos Grupos Vulneráveis”, na UFRJ. Este projeto buscou, nos anos de 2013 e 2014, o atendimento jurídico e assistência social a grupos vulneráveis do município do Rio de Janeiro, atrelando a pesquisa à prática jurídica, buscando formas de torná-la mais acessível e democrática, e assim desenvolvendo um trabalho social juntamente com um trabalho nas universidades, isto é, junção da parte dogmática com a parte prática, atendendo as demandas da população.

O projeto buscou o atendimento jurídico na área de família, com ênfase em ações para diminuir o sub registro civil de crianças e adultos sem registro de nascimento, atendendo a população carente do Rio de Janeiro. Quando não realizado o registro de nascimento, a pessoa fica enquadrada no chamado de “sub-registro”, sendo necessário postular o registro tardio.

O prazo para proceder com o registro de nascimento, de todo nascimento que ocorrer no território nacional, segundo previsto no art. 50 e 52, § 2º, ambos da Lei 6.015/73, Lei de Registros Públicos, deve ser de quinze dias, para

registro no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, ou 45 dias caso o declarante do nascimento seja apenas a mãe, sendo certo que o prazo pode ser ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório.

A Convenção Americana Sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), ratificada pelo Brasil em 06 de novembro de 1992 (Decreto nº 678), em seu artigo 18, prevê que toda pessoa tem direito a um prenome e aos nomes de seus pais ou de um destes, inclusive mediante nomes fictícios, quando necessários. Assim, tendo em vista que o registro tardio de nascimento contendo apenas o prenome não permite a identificação civil oficial, é recomendada a atribuição de outros dados de identificação do registrando, além de seu prenome, como, por exemplo, a data de nascimento provável ou a maternidade e nome de família, mesmo que fictícios. É uma forma de permitir identificação civil e pessoal do indivíduo, além de possibilitar o pleno exercício de sua cidadania.

O legislador, a par da importância de se erradicar o sub-registro, inovou no ordenamento jurídico por meio da Lei nº 11.790 de 2008, alterando o artigo 46 da Lei nº 6.015/73, a Lei de Registros Públicos com o fim de facilitar o registro da declaração de nascimento fora do prazo legal, eliminando a obrigatoriedade de judicialização do requerimento, ficando o mesmo submetido ao crivo do Oficial Registrador. Assim, tal diploma legal limitou a interferência do Judiciário nos procedimentos de “registro tardio” apenas para os casos excepcionais (PAIVA, 2010).

Desta forma, o oficial de cartório passou a ter autonomia suficiente para, por meio de um mero requerimento, assinado por duas testemunhas, concretizar o ato de registro de nascimento. Somente diante de dúvidas quanto à veracidade da declaração e suspeitas de crime contra o estado de filiação ou falsidade ideológica é que o Oficial poderá requerer outras provas e, persistindo as dúvidas, remeterá os respectivos autos ao judiciário para que, juntamente com o Ministério Público, profira decisão, a partir de uma análise mais minuciosa.

Antes dessas mudanças, todos os casos de registro tardio eram tratados judicialmente. Eliminou-se, assim, a obrigatoriedade de judicialização como forma de dar maior agilidade e desburocratização.

Outro grande passo para a maior eficiência do Registro Civil de Pessoas Naturais foi o Provimento nº 28 do CNJ, expedido pelo Corregedor Nacional de Justiça, em 05 de fevereiro de 2013, que regulamentou as mudanças trazidas

pela Lei nº 11.790/2008, detalhando os procedimentos, além de esmiuçar os elementos necessários para o requerimento de registro após o prazo legal, sendo estes: data e local do nascimento, sexo, nome, gemelaridade, qualificação dos pais e dos avós, atestação de duas, testemunhas que serão entrevistadas, fotografia e impressão digital do registrando. Porém, este mesmo Provimento permitiu a ausência da gemelaridade, dos dados dos pais, dos avós, fotografia e impressão digital desde que se fundamente a razão desta ausência.

Apesar de ser um documento de grande importância e plenamente conhecido, mesmo pelas camadas menos esclarecidas da sociedade, o registro tardio ocorre com certa frequência, principalmente nas áreas mais distantes dos centros.

Importante salientar a existência da “Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-Registro de Nascimento e para a Promoção do Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral”³, que possui como Coordenadora a Dra. Raquel Santos Pereira Chrispino, com o objetivo de contribuir para a erradicação do subregistro de nascimento no Estado do Rio de Janeiro, e o propósito de orientar e facilitar o trabalho a ser desenvolvido pelos Juízos das Varas de Família e as suas respectivas serventias judiciais. Visa melhorar a dinâmica dos requerimentos de registro tardio de nascimento, apresentados diretamente ao Oficial Registrador do Serviço de RCPN, de modo que os mesmos sejam efetivamente resolvidos, quer na instância administrativa, quer na esfera judicial.

O registro de menores de doze anos que possuem a chamada “Declaração de Nascido Vivo” (DNV) deve ser feito diretamente, sem necessidade de processo, nem de testemunhas, porém, os menores de doze anos que não possuem tal documento necessitam realizar o pedido de registro por meio de requerimento formal e duas testemunhas.

Em se tratando de maiores de 12 anos, em regra, não há necessidade de autorização judicial, salvo em casos de suspeita de falsidade na declaração e, independente do caso, imprescindível a presença de duas testemunhas.

O perfil do sub-registro é bem delineado, na maioria dos casos relacionados à pobreza, distancia dos grandes centros, falta de conhecimento e de informações. Pesquisa feita pelo IBGE em 2012 mostra que a maior taxa de

³ Secretaria de Apoio à Comissão para Erradicação do Sub-Registro de Nascimento, com endereço na Avenida Erasmo Braga, 115, Centro Rio de Janeiro, RJ, vinculada à Corregedoria Geral da Justiça - 7º andar / Sala 719, Telefones: (21) 3133-2665 / 3133-2667

sub-registro foi encontrada no Pará (26,2%), enquanto que a menor foi observada em São Paulo (1,2%) (PENNAFORT, 2013).

Um dos grandes problemas do registro tardio antes da mudança da lei era a intensa burocracia e demora nos processos, exigiam-se diversos documentos, exames e entrevistas o que, por muitas vezes, fazia com que a pessoa desistisse de dar continuidade ao processo.

Hoje em dia, esse sistema está muito mais facilitado, visando uma maior rapidez no processo visto que se trata de um direito fundamental de qualquer cidadão e a falta dele, um impedimento para o exercício de seus direitos e da própria cidadania.

Sabendo que a melhor forma de erradicar o sub-registro é registrar ao nascer e que cerca de 98% dos nascimentos que ocorrem no Brasil se dão em hospitais, foram criados atendimento de cartórios dentro das próprias maternidades. Um exemplo disto é a atuação do Cartório Catete dentro da Maternidade Escola. Nesse local, em 2012, a porcentagem de nascidos vivos registrados era de 79,6%, enquanto em 2013, esse número subiu para 86,6%.

Por meio de uma parceria com o Cartório da 4ª Circunscrição do Registro Civil de Pessoas Naturais (do Catete), foi possível a análise de processos de registro tardio antes e depois da mudança da lei, além do acompanhamento e aconselhamento em alguns casos.

Chama-se atenção os diversos processos paralisados, entre eles um nascido em 1984. Na grande maioria dos casos o indivíduo precisava levar alguns documentos ou testemunhas para corroborar sua história, e nunca mais voltou. Porém, isto tende a diminuir com as facilidades trazidas pela Lei 11.790/08.

A contra sensu, a maioria dos entrevistados que buscavam seu registro havia concluído o ensino fundamental, ou pelo menos começado. Alguns entrevistados moravam em cidades pequenas, nas quais todos conhecem todos, assim, a entrada na escola era facilitada, com a promessa de regularizar a situação do registro e levar estes documentos posteriormente. Outros relataram que alguns políticos, como parte de suas campanhas, iam a comunidades carentes, prometendo o registro a todos, e entregando um documento, para ser levado aos cartórios dando início ao procedimento de registro. Porém, esse próprio documento era usado como forma de identidade por essas pessoas, apesar de, formalmente, não ter valor. Até mesmo o ofício entregue pela Defensoria Pública, que dava entrada ao processo de registro era aceito, mesmo que esse nunca tenha sido concluído.

Em relação ao acesso a hospitais e clínicas, uma das entrevistadas afirma ter feito o pré-natal e todo o acompanhamento necessário durante a gravidez, assim como o parto, na promessa que levaria os documentos depois. Os hospitais, apesar de exigirem documento, não se negam a atender aqueles que não os possuem, uma vez que o bem da vida é superior a exigência de documentação.

Conforme indicado pela Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-Registro de Nascimento e para a Promoção do Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral, órgão do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, “a desigualdade socioeconômica do país é hoje a principal causa do sub-registro civil, dentre outras apontadas pelo IBGE”, como:

- Distâncias dos cartórios;
- Custo de deslocamento;
- Desconhecimento da importância do registro;
- Ausência de cartórios em alguns municípios;
- Dificuldades de implementação de políticas de fundos compensatórios para os atos gratuitos do registro civil;
- Mães que adiam o registro de filhos que não têm o reconhecimento inicial ou espontâneo da paternidade.⁴

Outra importante medida criada pelo Provimento nº 13 do CNJ, expedido pelo Corregedor Nacional de Justiça, em 03 de setembro de 2010 são as chamadas “Unidades Interligadas”. Estas objetivam aproximar o registro de nascimento do local onde vive o cidadão, evitando que este tenha que percorrer grandes distâncias para registrar seus filhos.

Na unidade interligada há um convênio entre um cartório e uma maternidade, e assim, um preposto do cartório recolhe todos os documentos exigidos por lei, como a Declaração de Nascido Vivo e os documentos pessoais dos pais, quando do nascimento de uma criança.

Tais documentos são digitalizados e enviados ao cartório do local de nascimento ou do local de residência dos pais (desde que o cartório esteja interligado a maternidade), de acordo com a preferência destes. Esse processo é feito através de um sistema seguro e com o uso de certificado digital. Assim, o cartório recebe os documentos, faz o registro e emite a certidão de nascimento

⁴ Disponível em <http://cgj.tjrj.jus.br/projetos-especiais/sub-registro-civil>. Acesso em 29.6.2015.

eletronicamente. Na unidade interligada, o preposto imprime a certidão, sela, carimba, assina e entrega ao declarante. Para todo este procedimento não são necessários mais do que 15 minutos.

Não menos importante é a alteração advinda pelo art. 5º da Lei nº 9.534/97 que modificou a redação do art. 45 da Lei nº 8.935/94, de modo a regulamentar o art. 236 da Constituição Federal, para assegurar a gratuidade do registro civil de nascimento e do assento de óbito, bem como da primeira certidão.

Os parágrafos primeiro e segundo do art. 45, renumerado e incluído pela Lei nº 11.789/2008, estabelecem que para os reconhecidamente pobres não serão cobrados emolumentos pelas certidões dos assentos do registro civil de nascimento e o de óbito e a proibição da inserção nas certidões de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes.

ANÁLISE DE CASO REAL

Por fim, interessante relatar um caso real de sub-registro. A Maternidade Escola acionou o Cartório da 4ª Circunscrição do Registro Civil de Pessoas Naturais (Catete) uma vez que uma das mães havia dado a luz, não tendo porém seu próprio registro, e, portanto, sem o registro da mãe não era possível realizar o registro da criança. O Grupo de Extensão colheu na Maternidade o depoimento dessa mãe, procedendo com o preenchimento do formulário necessário. A mãe em questão sabia todos os seus dados, assim como de seus pais, hospital onde nasceu, data de nascimento etc., não sabendo o motivo pelo qual não foi registrada, uma vez que foi abandonada por seus pais, junto com seu irmão, aos 11 anos.

Esta foi levada até a Defensoria Pública, que encaminhou um ofício para dar entrada no Registro. O ofício foi autuado como processo, juntamente com o ofício do Hospital, contendo o DNV do filho da requerente.

Ao conversar com a moça, descobrimos que ela já tinha tido um filho, este, também sem registro. No nascimento desse primeiro filho, o Conselho Tutelar indicou retirar a guarda da criança, caso não fosse providenciado o registro, o que a fez tentar obter seu próprio registro como condição necessária para que pudesse registrar o filho. Porém, na época, era menor de idade, e o Cartório do Registro Civil de Pessoas Naturais (RCPN) exigiu a presença de um de seus pais para fins de representação processual. Sua mãe se negou a ajudá-la e seu pai estava encarcerado, frustrando então a tentativa. O pai da criança, segundo informou a mãe requerente, está sumido.

As buscas em outros cartórios nada apontaram sobre a possibilidade dela já possuir registro, assim como nada constava no DETRAN. Com todos esses documentos juntados, confirmando a veracidade da história, o registrador Oficial do Cartório do RCPN resultou convencido, encaminhou e acolheu a lavratura do registro de nascimento da requerente.

Possuindo seu próprio registro, a mãe já pode registrar seus dois filhos.

CONCLUSÃO

Essas novas medidas vêm representando significativos avanços, uma vez que permitem a obtenção de registro tardio de forma extrajudicial, menos burocrática e mais célere, como forma de democratizar o acesso dos brasileiros ao registro civil, sem vulnerar a segurança jurídica. Em dez anos (2002-2012) o registro tardio passou de mais de um milhão para 185.764 (PENNAFORT, 2013), o que mostra a eficácia dessas medidas, porém, ainda temos muito que progredir.

REFERÊNCIAS

- Brasil. **Constituição Brasileira (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- Brasil. **Decreto Federal nº 678, de 06 de novembro de 1992 - Adesão à Convenção Americana Sobre Direitos Humanos no Brasil - Pacto de São José da Costa Rica**, ONU, 1969. Brasília: Senado Federal, 1992.
- Brasil. **Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 1973.
- Brasil. **Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994**. Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios). Brasília, DF: Senado, 1994.
- Brasil. **Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997**. Dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, que trata da gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania; e altera os arts. 30 e 45 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre os serviços notariais e de registro. Brasília, DF: Senado, 1997.
- Brasil. **Lei nº 11.789, de 02 de outubro de 2008**. Proíbe a inserção nas certidões de nascimento e de óbito de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes e altera as Leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos, e 8.935, de 18 de novembro de 1994. Brasília, DF: Senado, 2008.

Brasil. **Lei nº 11.790, de 02 de outubro de 2008**. Altera o art. 46 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos, para permitir o registro da declaração de nascimento fora do prazo legal diretamente nas serventias extrajudiciais, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 2008.

Brasil. **Provimento nº 13, CNJ**. Dispõe sobre a emissão de certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam partos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2010.

Brasil. **Provimento nº 28, CNJ**. Dispõe sobre o registro tardio de nascimento, por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, nas hipóteses que disciplina. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2013.

Hill, Flávia Pereira. **A desjudicialização do procedimento de registro tardio de nascimento. Inovações trazidas pela lei federal no 11.790/08**. Disponível em: <<http://www.arcos.org.br/periodicos/revista-eletronica-de-direito-processual/volume-ii/a-desjudicializacao-do-procedimento-de-registro-tardio-de-nascimento-inovacoes-trazidas-pela-lei-federal-no-11790-08>>. Acesso em 30 de abril de 2015.

Paiva, João Pedro Lamana. **Registro Tardio: Desjudicialização nos Registros de Nascimento**. Disponível em: <http://www.lamanapaiva.com.br/banco_arquivos/RegistroTardio-Novidades.pdf>. Acesso em 02 de maio de 2015.

Pennafort, Roberta. **IBGE: registro tardio de bebês cai de 20,3% para 6,7%**. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ibge-registro-tardio-de-bebes-cai-de-20-3-para-6-7,1111065>>. Acesso em 07 de agosto de 2014.

O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: PENSANDO A PARTICULARIDADE DO ATENDIMENTO ÀS MULHERES NEGRAS

VANESSA PEREIRA DE ALMEIDA¹

PATRÍCIA RAMALHO GONÇALVES²

GABRIELLA DE SOUZA XAVIER³

Resumo: Este artigo trata do desenvolvimento de ações de um centro especializado de atendimento à mulher vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no que tange à articulação entre o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres, que consiste no objetivo central deste, e o caráter particular que este fenômeno assume na realidade das mulheres negras. Realizado a partir de um estudo exploratório, o trabalho aborda as discussões referentes às questões de gênero e raça, no sentido de mostrar a importância do diálogo entre elas para desvendar a realidade de situações concretas específicas, tal como das mulheres negras, para a projeção de ações concernentes. Por último, o artigo apresenta quais os limites e as possibilidades na realização de atividades que contemplem as questões de gênero e raça no cotidiano deste equipamento público e projeto de extensão, como parte dos desafios do exercício da cidadania feminina no contexto de um país racialmente desigual como o Brasil.

Palavras-chave: gênero; raça; violência; direitos humanos.

Abstract: This article deals with the development of a specialized center of the woman tied to the Federal University of Rio de Janeiro, regarding the linkage between the fight against domestic violence against women, which consists of the central objective

¹ Graduanda do curso de Serviço Social (UFRJ) e extensionista do Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa (CRMMCR) vanessa.almeida.ufrj@gmail.com

² Assistente Social. Especialista em Políticas Públicas de Gênero e Direitos Humanos (UFRJ). patricia.crrmm@gmail.com

³ Mestre em Serviço Social (UFRJ) e Assistente Social do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH/UFRJ). gabriella.crrmm@gmail.com

of this, and the particular character that this phenomenon takes on reality of black women. Held from an exploratory study, the work deals with the discussions relating to gender and racial issues, in order to show the importance of dialogue among them to uncover the reality of specific concrete situations, such as black women, for actions concerning. Finally, the paper presents what are the limits and the possibilities to carry out activities.

Finally, shows the limits and the possibilities in carrying out activities that address gender and race issues in everyday life of this equipment and extension project as part of the challenges the exercise of women's citizenship in the context of a racially unequal country like Brazil.

Keywords: gender; race; violence; human rights.

INTRODUÇÃO

O presente artigo expõe um estudo exploratório realizado no âmbito do Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa (CRMMCR) sobre a particularidade do atendimento às mulheres negras em situação de violência doméstica. O CRMMCR é um serviço integrante da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e também um programa de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Está localizado no bairro da Maré, região que possui o maior acúmulo de moradores de baixa renda no município do Rio de Janeiro (CEASM, 2003).

Orientado pela Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (BRASIL, 2006), o CRMMCR oferece atendimento individual interdisciplinar as mulheres da Maré e seu entorno e promove ações globais de prevenção e enfrentamento à violência. As mulheres atendidas neste equipamento são em sua maioria negras e, uma vez que a violência de gênero não é um fenômeno abstrato ou natural, mas produzido e reproduzido socialmente, num contexto histórico determinado, a violência se expressa de maneira distinta mediante as condições dadas pela dinâmica das classes sociais e das questões raciais (ALMEIDA, 2007).

Nesse sentido, a partir do entendimento de que a violência sob a qual as mulheres atendidas no CRMMCR são acometidas transcende a questão de gênero, somando-se outras formas de opressão expressas no fato de serem

mulheres negras, buscou-se explorar quais as formas de intervenção que têm sido utilizadas para o enfrentamento desta problemática específica, através da análise dos relatos elaborados pela equipe à frente das atividades desenvolvidas no CRMMCR; aplicação de questionários ao corpo profissional deste programa de extensão (composto por técnicos, residentes e estudantes de graduação de diversas áreas), além da pesquisa documental e bibliográfica.

GÊNERO E RAÇA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

As discussões relativas às questões de gênero e raça guardam em si semelhanças no que diz respeito ao grau de hierarquização estabelecida por características, advindas de aspectos biológicos, através dos quais classificaram-se as diferenças da mulher em relação ao homem, assim como a identidade racial de distintos grupos humanos como inferiores, com base em avaliações fisiológicas e anatômicas (SILVA, 2012).

E embora saberes científicos como a genética, biologia molecular, bioquímica, etc. sejam capazes, na contemporaneidade, de fazer face aos pretensos fundamentos destas distinções, o sexismo e o racismo permanecem vivos e se expressam como ideologias geradoras de violência presentes nas relações sociais, em diversos espaços, seja no núcleo familiar, profissional, acadêmico e até mesmo institucional. Mesmo vivenciando-se uma tentativa de diminuição das desigualdades sociais, ainda permanecem padrões culturais determinados por uma classe dominante. Indicadores sociais em diversas fontes oficiais demonstram que, em diversos ângulos, perduram extremas desigualdades quanto às questões de gênero e raça no Brasil, seja quanto ao acesso à educação, à saúde, à moradia, à cultura e ao mercado de trabalho.

Os negros estão fortemente concentrados nas ocupações da indústria tradicional e nos serviços gerais, sendo que o acesso à educação é um dos principais fatores de produção dessa desigualdade. Entretanto, mesmo quando eliminadas as diferenças educacionais, os negros ainda apresentam desvantagens, principalmente no acesso às melhores posições ocupacionais, demonstrando que há uma distribuição desigual de indivíduos no mercado de trabalho e um dos fatores dessa desigualdade é a cor (LIMA, 2001, p. 152).

Com efeito, afirmar que o Brasil vive à sombra da escravidão diz respeito a uma estrutura racial advinda não só do passado escravocrata, mas também da forma com que as relações raciais se ordenaram após o processo de abolição

formal (FERNANDES, 1965), encoberta por um mito da constituição de uma nação racialmente democrática.

No processo pós-abolição, as mulheres negras seguiram trabalhando em múltiplos ofícios, desde as tarefas domésticas na casa dos ex-senhores, cozinhando, amamentando e criando os filhos daqueles, quanto atividades comerciais ligadas à alimentação, propiciando assim a sobrevivência de suas famílias, uma vez que os homens negros, ao perderem seus postos de trabalho devido ao fluxo de imigrantes europeus, foram subsumidos à marginalidade (RUFINO, 2010).

Entretanto, os movimentos negros, assim como os feminismos, ao se contraporem a essas noções mistificadas que se expressam no cotidiano como desigualdades concretas extrapolaram os limites das organizações tradicionais da esquerda no século XX, que sempre orbitaram em torno da classe, irrompendo as chamadas “políticas da diferença”, ao mesmo tempo em que perseguem o ideal político da liberdade (SCOTT, 2005).

Entender a realidade em suas diferentes clivagens implica analisar as determinações histórico-estruturais articulada às questões de gênero e às questões raciais. Essa interseção permite indagar a construção da representatividade feminina articulada ao racismo na construção da identidade da mulher negra, que, embora desde cedo, tenha a experiência de se auto-sustentar e atuar como pilar da família, a sociedade associa sua imagem às características pejorativas, ao ser frequentemente definida como “selvagem, perigosa, amoral e detentora de uma raça distinta, permitindo a submeter a todo tipo de violência” (CORREIA, 2013, p. 04).

Ante a essas circunstâncias, a fim de dar significado à luta e à experiência das mulheres negras ao longo dos anos, cujas especificidades não encontravam espaço de discussão, quer no debate feminista quer no debate antirracista, as feministas norte-americanas foram as primeiras a acentuarem e difundirem a intersecção das categorias de raça e gênero como um aspecto importante que marca as diferenças nas experiências de mulheres (HARAWAY, 2004).

Estas dimensões também foram recepcionadas pelas feministas negras brasileiras, como aponta Carneiro (2003), quanto à necessidade de enegrecer o feminismo no Brasil, visto que o feminismo tradicional diluía muitas de suas particularidades numa perspectiva universalista, por meio de um discurso voltado para a irmandade entre as mulheres, encobrendo diferenças fundamentais entre estas. É a partir da década de 1980 que as mulheres negras

brasileiras começaram a trazer para dentro do feminismo suas especificidades, advindas de uma questão estrutural da sociedade brasileira relacionada ao racismo, aprofundando-se desta maneira, os debates internos sobre a importância de se pensar a questão de gênero articulado à questão racial, considerando que racismo e o sexismo devem ser trabalhados juntamente.

Rodrigues (2013) resgata a extensa bibliografia sobre gênero e raça, na qual tem destaque os nomes de Luiza Bairros, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Edna Roland, Jurema Werneck, Nilza Iraci e Matilde Ribeiro, entre outras mulheres negras. E a partir deste resgate autor sinaliza que:

o conceito de interseccionalidade, como foi originalmente formulado, permite dar visibilidade às múltiplas formas de ser mulher sem cair no reducionismo de um princípio unificador comum mas sem, contudo, resvalar para um relativismo que desloca as relações de poder envolvidas nas diversas formas de opressão, transformando-as em mero objeto de disputa discursiva [...] (RODRIGUES, 2013, p. 06).

Dessa forma, a noção de interseccionalidade contribui para tratar da realidade propriamente dita, auxiliando na compreensão das razões pelas quais são as mulheres negras que sofrem com menores salários, com maior índice de desemprego e exercem, em grande número, relações de trabalho informais, ocupando posições inferiores no mercado de trabalho, pois em sua maioria, ainda são as empregadas doméstica, lavadeiras, faxineiras, etc. Logo, são as trabalhadoras que saíram das atividades forçadas de uma sociedade escravocrata para os serviços menos qualificados e subalternizados da sociedade atual.

É nesse sentido que a busca por mudanças nesse quadro são pautadas por meio de políticas de ações afirmativas. Uma delas está expressa no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) do ano de 2008, elaborado de forma participativa por mulheres em conferências municipais e estaduais, sinaliza:

[...] são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras.

Na mesma direção, Werneck (2009) aponta outras estratégias que têm sido empreendidas pelas organizações de mulheres negras. Entre elas, a proposição de um eixo específico de atuação governamental – podendo estender-se

para as ações de todo o Estado e também para a sociedade civil – durante a II Conferencia Nacional de Políticas para as Mulheres, que incluiu um eixo específico no II PNPM de enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia:

A partir da sua inclusão no II PNPM, este eixo passa a demandar de agentes públicos a compreensão mais ampla do fenômeno da subordinação das mulheres negras, ao mesmo tempo em que explicita as insuficiências das abordagens programáticas até então [...] Apoiando também o desenvolvimento de formas mais eficazes e eficientes de endereçar ações para os diferentes segmentos de mulheres que compõem a sociedade brasileira. (WERNECK, 2009, p. 133).

A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO COM MULHERES NEGRAS NO CRMMCR

O acúmulo dessa discussão materializado no eixo nove do II PNPM vem, portanto, ao encontro da realidade específica do CRMMCR, que recepciona no conjunto de suas atividades as mulheres negras em suas particularidades, o que sinaliza para a importância de explorar formas de intervenção profissional eficazes diante desta interseção entre as questões de gênero e raça.

O estudo inicial realizado com a equipe do CRMMCR permitiu elucidar que, embora a maior parte dos profissionais e dos estudantes afirmarem não terem recebido formação acadêmica em suas áreas específicas (serviço social, psicologia, direito, pedagogia) sobre a articulação entre gênero e raça – alguns declararam que nem sequer tiveram matérias específicas sobre gênero durante o curso de graduação – essa problemática não passa despercebida nos espaços de atendimento do CRMMCR. Isso, porque as diferenças sociais, econômicas, culturais e psicológicas entre as mulheres que se declaram pardas ou negras e das mulheres que se declaram brancas é sinalizada por toda a equipe, que mostra a preocupação em tê-la como horizonte de suas intervenções profissionais.

Além disso, a natureza extensionista do CRMM-CR (que é o único equipamento da política pública brasileira para mulheres a ser operado por uma universidade em um micro bairro de uma favela do Rio de Janeiro) foi apontada pelo público da pesquisa como facilitadora da possibilidade de promover discussões e reflexões acerca das temáticas referidas, pela proximidade com a dimensão do ensino e da pesquisa universitárias.

Nesse sentido, no escopo das comemorações pelo Dia Internacional das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe - Dia de Tereza de Benguela (25 de julho), a equipe de extensionistas preparou intervenções artísticas com murais e imagens de diversas mulheres negras no interior das instalações físicas do

CRMMCR e em outro momento foi promovida uma oficina de turbantes com as mulheres. O objetivo destas atividades consistia em marcar a importância de oferecer às mulheres atendidas neste equipamento visibilidade e referência à outras formas de beleza, no sentido de romper a invisibilidade das mulheres negras na história e também no seio do próprio meio institucional.

Embora a equipe tenha avançado na proposição de atividades que recepcionem algumas particularidades das mulheres negras, esta investigação aponta para a necessidade de se criar, nestes espaços de atendimento às mulheres, formação adequada acerca da questão de gênero articulada à questão racial. A possibilidade de experimentação de metodologias de trabalho que possam ser replicadas para outros equipamentos desta natureza sinaliza para a contribuição na formulação de políticas públicas capazes de contemplarem as necessidades específicas de um segmento da população brasileira, como é o caso das mulheres negras.

Para tanto, é necessário considerar as mulheres não como um gênero uniforme, com as mesmas características e formas de existência, mas sim atentar para as suas diferenças e particularidades. Considerando que as mulheres negras representam mais da metade da população negra e feminina do Brasil, a criação de estratégias de promoção da igualdade de gênero, aliada ao enfrentamento da violência contra as mulheres, deve contemplar as diferenças reais entre as mulheres, conciliando às políticas públicas as necessidades dessas mulheres, sejam elas, negras, brancas, indígenas, na perspectiva de buscar modificar o quadro de desigualdades, expresso no racismo e no machismo em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- Almeida, Suely. S. *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- Brasil. *Norma Técnica de Uniformização: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência*. Brasília. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.
- Carneiro, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir da perspectiva de gênero*. UNIFEM. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>> Acesso: 31 de julho de 2014.
- Ceasm. *Quem somos? Quantos somos? O que fazemos? A Maré em dados: Censo 2000*. Rio de Janeiro: Maré das Letras, 2003.

- Correia, Ana Paula de Santana. *O estudo da violência de gênero e sua intersecção com raça e classe social*. In: FAZENDO GÊNERO10, 2013, Florianópolis (Anais eletrônicos).
- Crenshaw, K. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Revista de estudos feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- Fernandes, Florestan. *A Integração do Negro na sociedade de classes*. Dominus: São Paulo, 1965.
- Lima, M. *Serviço de branco, serviço de preto: um estudo sobre cor e trabalho no Brasil urbano*. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- Haraway, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, n. 22, p. 201-246, 2004.
- Rodrigues, Cristiano. *Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil*. In: In: FAZENDO GÊNERO10, 2013, Florianópolis (Anais eletrônicos).
- Rufino, Alzira. Violência contra mulher: um olhar particular. Disponível em: <http://www.casadeculturadamulhernegra.org.br/v1/alzira_artigos.htm#vio>. Acesso em: 25 de junho de 2015.
- Scott, J. O enigma da igualdade. *Estudos feministas*, vol. 13, n. 1, 2005.
- Silva, Dayse de Paula Marques. Mercado de trabalho e políticas públicas de gênero e etnia: em busca de um dialogo no campo dos direitos humanos. *Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, vol. 22, n. 1, 2012.
- Werneck, Jurema. Mulheres Negras Brasileiras e os resultados de Durban. In: De Paula, Marilene & Heringer, Rosana (orgs). *Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na Superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.

REVISTA DE QUÍMICA INDUSTRIAL: A TRAJETÓRIA DA QUÍMICA NO BRASIL SOB A ÓTICA DE SUA INDUSTRIALIZAÇÃO

JÚLIO CARLOS AFONSO¹

Resumo: Este trabalho descreve as características do periódico Revista de Química Industrial (RQI), editada desde 1932. Sua estrutura básica compreende: editorial, artigos técnico-científicos, entrevistas, notícias referentes à química no ensino e na indústria no país e no exterior, e anúncios. Ela foi testemunha viva de todos os acontecimentos relevantes na trajetória da química no Brasil no século XX. Grandes nomes da química nacional contribuíram com artigos e reportagens, pondo a RQI no rol dos periódicos mais importantes de sua área no país. A digitalização do acervo da Revista, ação de extensão do Museu da Química do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, permitirá o acesso da sociedade a toda a riqueza de informação que ela contém, mostrando que a importância da química no cenário brasileiro se manifestava desde a década de 1930, antes do surto de industrialização verificado a partir da década de 1950. Os números editados a partir de 1960 já estão disponíveis no portal da RQI.

Palavras-chave: periódico; química; indústria química

Abstract: This paper describes the main features of the Journal of Industrial Chemistry (RQI), published since 1932. Its basic structure comprises: editorial, technical and scientific articles, interviews, news about teaching of chemistry and chemical industry in the country and abroad, and announcements. This Journal reported all relevant developments in chemistry in Brazil during the twentieth century. Famous Brazilian chemists wrote articles and gave interviews, placing the RQI among the most important

¹ Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, D. Sc., Professor Associado. E-mail: <julio@iq.ufrj.br>.

journals in the chemistry area in Brazil. The preparation of the digital version of the Journal collection, which is an extension action of the Chemistry Museum of the Institute of Chemistry of the Federal University of Rio de Janeiro, will allow access of all information present in the Journal, thus showing the importance of chemistry in the Brazilian scenario since the 1930s, before the industrialization outbreak from the 1950s. The issues published since 1960 are already available on the RQI website.

Keywords: journal; chemistry; chemical industry

INTRODUÇÃO

A primeira sociedade de química no país foi fundada em novembro de 1922 como um dos desdobramentos do “Congresso Brasileiro de Chimica” (atual Congresso Brasileiro de Química): a Sociedade Brasileira de Química. Foi essa agremiação científica que editou o primeiro periódico de química brasileiro, a *Revista Brasileira de Chimica*, criado em 1929, que mais tarde foi rebatizado como *Revista da Sociedade Brasileira de Química*. De cunho eminentemente científico, circulou até 1951, quando a Sociedade Brasileira de Química se uniu à Associação Química do Brasil, resultando na atual Associação Brasileira de Química (AFONSO e SANTOS, 2012). Três anos depois, em fevereiro de 1932, circulava o primeiro número da *Revista de Química Industrial* (RQI), fruto do idealismo e empreendedorismo de Jayme da Nóbrega Santa Rosa (1903-1998), Químico Industrial formado pelo curso anexo à Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Embora tenha sido o segundo periódico da área de química a surgir no país, é hoje o mais antigo em circulação.

Uma das dificuldades desse e de quaisquer periódicos editados há muito tempo é a acessibilidade aos seus números iniciais: acervos incompletos, bibliotecas de acesso restrito e exemplares em mau estado dificultam o acesso dos interessados às informações contidas nesses periódicos.

Desde 2012 a Associação Brasileira de Química, em conjunto com o Museu da Química Professor Athos da Silveira Ramos, projeto de extensão do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vem empreendendo um trabalho de digitalização de todo o acervo contido nas duas instituições visando divulgá-lo à sociedade de forma irrestrita. Para tanto, os periódicos *Revista da Sociedade Brasileira de Química* (editada de 1929 a 1951), *Anais da Associação Química do Brasil* (editada de 1942 a 1950), *Anais da Associação*

Brasileira de Química (editada de 1951 a 2003) e *Revista de Química Industrial* foram inseridas nesse projeto de digitalização da memória química nacional através de periódicos antigos. Por ser o periódico mais antigo de química em circulação no país, a RQI foi o primeiro periódico a ser trabalhado.

Para que isso fosse possível, o Museu da Química foi inicialmente agradecido com auxílio financeiro do CNPq através do Edital 48/10 (relativo ao Ano Internacional da Química), o que permitiu a aquisição de equipamentos necessários à digitalização dos periódicos. O Programa Institucional de Bolsas de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PIBEX/UFRJ) concede (desde 2001) quotas de bolsas a alunos de graduação participantes do projeto do Museu da Química, Dentre as atribuições que lhes são confiadas, os alunos cuidam da digitalização dos periódicos arrolados anteriormente.

O objetivo deste trabalho é detalhar as características e os aspectos mais relevantes que vieram a lume quando a RQI foi digitalizada, mostrando dessa forma a importância de recuperar e divulgar a memória da química nacional.

METODOLOGIA

Com base no banco de dados do Sistema de Informação de Bibliotecas (SIBI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), selecionaram-se três bibliotecas localizadas na cidade do Rio de Janeiro que dispunham de exemplares da RQI: Biblioteca Jorge de Abreu Coutinho (do Instituto de Química da UFRJ), Biblioteca do Instituto Nacional de Tecnologia (INT) e o acervo existente na sede da Associação Brasileira de Química (ABQ). Em conjunto, elas contêm a totalidade dos números editados desde 1932. Em seguida, obteve-se a autorização de acesso aos acervos existentes na UFRJ e no INT para que os números selecionados fossem digitalizados nas dependências do Museu da Química.

As páginas foram digitalizadas em escâner, e as imagens (em cores naturais e com resolução de pelo menos 300 dpi) foram processadas em programas de edição de imagem para ajustes de brilho, cor, contraste e margem (eliminação de partes de outras páginas e espaços vazios). Em seguida, as imagens tratadas foram ordenadas segundo o número da página a que correspondiam e processadas em um programa gerador de arquivos no formato pdf, obtendo-se assim a versão digital do número da revista correspondente. Em paralelo, montaram-se listas de palavras-chave e de autores dos artigos publicados na RQI, cujo tamanho aumentava à medida que novos números eram digitalizados.

Foram ainda contabilizadas as quantidades de artigos, entrevistas, editoriais e anúncios existentes no periódico.

Todo esse trabalho foi executado por alunos de graduação do Instituto de Química da UFRJ dos cursos de químico com atribuições tecnológicas, químico bacharel e licenciatura em química, todos bolsistas do PIBEX. Passados 3 anos, foram digitalizados os 525 números referentes aos anos de 1949 a 2006 (mais de 22 mil páginas). As edições digitalizadas e as listas de palavras-chave e de autores cobrindo o período a partir de janeiro de 1960 já foram inseridas pela ABQ no portal da RQI com consulta pública e irrestrita.

DISCUSSÃO

A origem da Revista de Química Industrial

O primeiro dos 746 editoriais da RQI estampava muito claramente o objetivo daquela publicação: promover o progresso do país através de uma sólida interação entre a química e a indústria (SANTA ROSA, 1932). Isso mostrava que o perfil da RQI era bastante distinto daquele coberto pelo periódico criado pela Sociedade Brasileira de Química três anos antes. A RQI foi adotada como veículo oficial de divulgação do Sindicato dos Químicos do Rio de Janeiro, então Capital Federal, que lutava pelo reconhecimento e regulamentação da profissão de químico (CARVALHO, 1937). Naquela época, as carreiras da área química eram também exercidas por outros profissionais (engenheiros, médicos, farmacêuticos), pois os cursos de nível superior existentes eram oferecidos por poucos estabelecimentos (SANTOS e FILGUEIRAS, 2011). A RQI foi editada pela “Editoria Químia de Revistas Técnicas Ltda”, organizada pelo próprio fundador do periódico, até abril de 1987. Suas fontes de recursos eram as assinaturas, as vendas avulsas e a veiculação de propagandas.

A estrutura da RQI

A estrutura do periódico se mantém basicamente a mesma até hoje: editorial; expediente; índice; artigos; anúncios de eventos; resenhas de livros e outras publicações. Talvez a mais importante dessas divisões seja aquela relativa às notícias vindas de diversos segmentos industriais (siderúrgico, metalúrgico, cimenteiro, exploração mineral, cosméticos, produtos naturais, farmacêutica, têxtil etc.), pois elas davam um retrato fiel da introdução progressiva de atividades industriais ligadas à química em todo o Brasil, ou então divulgavam novidades

surgidas no exterior (novos produtos, novos processos, novas técnicas de análise). O periódico não é dividido em volumes. Cada publicação corresponde a um número distinto. Até hoje foram publicados 746 números. A periodicidade hoje é trimestral, mas na maior parte do tempo (1933-1986) foi mensal.

A apresentação do periódico sofreu várias mudanças ao longo dos mais de seus 80 anos de vida (Figuras 1 e 2). Após os primeiros 15 números, impressos em papel jornal em preto e branco, o número 16 (agosto de 1933) mostrava um novo formato: capa em papel *couché* com um novo logo da RQI, e a primeiras propagandas em cores. Em 1958, adotou-se o lema “Publicação Mensal Destinada ao Progresso das Indústrias”, que perdurou até 1972.



Figura 1: Capas e formatos dos logos da RQI nas décadas de 1930 a 1960. Da esquerda para a direita: número 1 (fevereiro 1932); número 16 (agosto de 1933); número 63 (julho de 1937); número 146 (fevereiro de 1944). Fonte: imagens do próprio autor.



Figura 2: Capas e logos da RQI a partir da segunda metade do século XX. Da esquerda para a direita: número 435 (julho de 1968); número 491 (março de 1973); número 668 (abril de 1989); número 702 (setembro de 1995); número 743 (2º trimestre de 2014).

Fonte: imagens do próprio autor.

A difusão da RQI na comunidade química brasileira

Cartas publicadas em diversos números do periódico atestam que alunos dos cursos de química, química industrial e engenharia química aproveitavam muitas de suas informações para a melhoria de sua capacitação profissional, principalmente no que diz respeito a novidades no setor da indústria química.

Numa época sem internet, fax e outras comodidades da comunicação, o acesso à RQI significava estar atualizado quanto à evolução da química nos mais diferentes setores. Além desse aspecto mais específico, havia também cartas de leitores, assinantes, indústrias e instituições de ensino endereçadas à redação da RQI elogiando-a, atestando o prestígio que ela havia alcançado, inclusive em outros países da América Latina.

A reputação da RQI no segmento industrial explica porque ela foi, por décadas, um canal excepcional para veiculação de propagandas de produtos químicos, serviços, novas fábricas e divulgação institucional de empresas dos setores químico, agronegócio e farmacêutico. Calcula-se em 12 mil o número de peças publicitárias. Algumas delas são belíssimas obras de arte, feitas sem os modernos programas de computação gráfica (Figura 3).



Figura 3: Propagandas na RQI: da esquerda para a direita: número 40 (julho de 1935); número 75 (junho de 1938); número 151 (setembro de 1944, o primeiro anúncio de plásticos); número 597 (março de 1982). Fonte: imagens do próprio autor.

A RQI também se tornou um veículo de divulgação de eventos e congressos científicos, como o III Congresso Latino-Americano de Química, realizado no Rio de Janeiro em 1937 (Figura 4; CHEIBUB et al, 2012), e os Congressos Brasileiros de Química (CBQ), a partir de 1943. Em 1940, a RQI se desvinculou do Sindicato dos Químicos do Rio de Janeiro, e foi registrada no DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) do Governo Getúlio Vargas sob o número 10.344. A partir de 1941, a RQI começou a ceder espaço a agremiações de classe e científicas (como a ABNT, Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, etc.).

Os artigos publicados na RQI

Outra importante marca da RQI, que se mantém até hoje, é a publicação de artigos (científicos, técnicos e técnico-científicos), alguns deles envolvendo ícones da química nacional (Figura 5) como Eloísa Biasotto Mano, Otto Rothe,

Otto Alcides Ohlweiler, Otto Richard Gottlieb, Fritz Feigl, Sylvio Fróes Abreu, dentre tantos outros. Embora não fosse esse o foco do periódico segundo o editorial pioneiro, tal fato ocorreu por conta da carência de veículos de publicação de artigos de autoria dos poucos pesquisadores químicos então em atividade no país. O acervo da RQI contém os primeiros trabalhos sobre polímeros, nomenclatura e ensino técnico de química de que se tem notícia no Brasil.



Figura 4: Foto histórica do III Congresso Latino-Americano de Química, no Rio de Janeiro, junho de 1937 (AFONSO, 2012). Aparecem Álvaro Alberto, José de Freitas Machado, Carneiro Felipe e Carlos Liberalli (número 62, junho de 1937).



Figura 5: Exemplos de trabalhos publicados por nomes da química nacional (AFONSO, 2012). De cima para baixo: Eloísa Biasotto Mano e Luiz Carlos O. Cunha Lima (número 291, 1956); Otto A. Ohlweiler (número 511, 1973).

Até hoje foram publicados cerca de 2,4 mil artigos. A RQI está indexada no *Chemical Abstracts* e em sete comitês distintos da CAPES com classificação B4 (Ciências Ambientais, Engenharias II e Interdisciplinar) e B5 (Geociências, Engenharias III, Ciências Agrárias I e Química).

A RQI acompanha a evolução da química no Brasil

“Durante a II Guerra Mundial, Jayme Santa Rosa nos editoriais sempre mantinha acesa a chama do desenvolvimento e da consolidação da indústria química no país, ainda mais que muitos produtos antes importados tiveram que ser substituídos por soluções brasileiras ou fabricados por improvisação. (AFONSO, 2012)” O gasogênio foi um exemplo representativo dessa situação. Pouco se falou da guerra em si (exceto quanto à bomba atômica), mas anúncios de empresas alemãs e de outros países europeus desapareceram, surgindo em seu lugar os primeiros anúncios de empresas norte-americanas, notadamente nos segmentos de petróleo, minerais e combustíveis. Alguns empreendimentos nacionais também apareceram; não havia mais apenas anúncios de empresas brasileiras voltadas a produtos naturais.

O período pós-guerra marcou o início da industrialização em massa do Brasil, particularmente centrado em São Paulo. Ainda na década de 1940 surgiram as primeiras citações de termos hoje de uso corrente em nosso dia a dia: poluição, resíduos, plásticos, polímeros. Na década seguinte, televisão, automóvel e eletrodomésticos em geral passam a figurar em seu vocabulário. Testemunhos como esses são uma marca da evolução cultural e comportamental de uma nação graças à inserção da química e dos produtos químicos em seu cotidiano.

Pode-se afirmar que o período entre 1950 e 1970 foi a época áurea da RQI: propaganda maciça; artigos técnicos e científicos notáveis; reportagens sobre a instalação de indústrias (como o parque industrial em Cubatão) e marcos de nossa industrialização (criação da Petrobrás, da CNEN, da CAPES, regulamentação da profissão do químico – Lei 2800/56 etc.); entrevistas e homenagens com nomes famosos da ciência nacional – José de Freitas Machado, Leopoldo Miguez, Álvaro Alberto, dentre outros (Figuras 6 e 7).

A partir do final da década de 1950, a RQI estreitou sua relação com os Conselhos Regionais e Federal de Química. A política governamental industrial ganhou mais espaço. Manteve-se a publicação de matérias sobre ensino de química, tradição que vinha desde os anos 1930. Nessa época, a RQI espelhava, na tenacidade de seu fundador, a necessidade da pesquisa tecnológica

para o avanço do país e a redução de sua dependência do estrangeiro. Outros exemplos dessa postura são a defesa da Petrobrás e a valorização da pesquisa de soluções nacionais para seus próprios desafios tecnológicos.



Figura 6: Homenagem a José de Freitas Machado (1881-1955), em 28/01/1953 (número 251, fevereiro de 1953) (AFONSO, 2012).

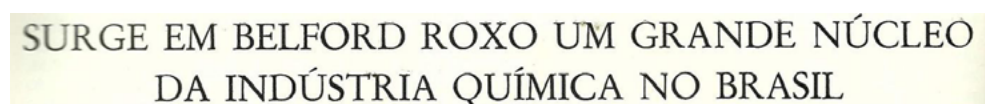


Figura 7: Chamada para a instalação do complexo da Bayer em Belford Roxo, estado do Rio de Janeiro (número 308, dezembro de 1957) (AFONSO, 2012).

O Editorial do número 500 (dezembro de 1973) creditava a longa vida da RQI à missão a que se propunha realizar por meio do histórico editorial de fevereiro de 1932 (SANTA ROSA, 1973). O tema meio ambiente passou a ganhar grande espaço na revista face aos relatos de impactos ambientais decorrentes de um modelo de industrialização sem preocupação com esse assunto.

A partir de abril de 1987 a Associação Brasileira de Química assumiu a responsabilidade pelo periódico; a venda de assinaturas foi desativada, mas manteve-se a publicidade. Consciente do valor inestimável deste tesouro da química chamado RQI, a ABQ o reformulou em 2010, mantendo dentre seus pilares as missões de divulgar informações e eventos que propiciem a difusão da química e a publicação de artigos.

O acervo digital da RQI

Em janeiro de 2012, entrou no ar o portal www.abq.org.br/rqi, o que alinhava a RQI às modernas revistas de todas as áreas de conhecimento. Para consultar o acervo disponível, os números estão agrupados por décadas, conforme

mostrado no menu de opções à esquerda da página de apresentação. Esse menu inclui também os índices de palavras-chave e autores. É aqui que os leitores e pesquisadores devem fazer as suas buscas iniciais, para em seguida acessar diretamente os números selecionados para a pesquisa histórica desejada. O portal tem hoje uma média de 50 acessos/dia, havendo uma expectativa de crescimento à medida que novos números são incorporados ao acervo.

Uma amostra de todo o conteúdo do periódico, incluindo ainda os números ainda não digitalizados, é encontrada na seção “Aconteceu na RQI”, a partir do número 734. Os leitores poderão ter uma boa ideia da evolução da química em todos os setores da vida a partir de fatos relevantes registrados há 1, 25, 50 e 75 anos atrás, como nos exemplos mostrados na Figura 8.



Figura 8: Matérias extraídas da seção “Aconteceu na RQI”. À esquerda, número 91, novembro de 1939 (DE ARAUJO Jr., 1939); à direita, número 94, fevereiro de 1940 (DE ARAUJO Jr., 1940).

CONCLUSÃO

A consequência mais marcante da iniciativa exposta neste trabalho é tornar pública e permanente a memória da química associada à indústria na sociedade brasileira e no mundo ao longo de todo o século XX. Acredita-se que muitas informações e fatos agora revelados ao conhecimento do público suscitarão muita curiosidade e o interesse em pesquisar mais o acervo disponível.

Esse acervo mostra que a química no país é bastante dinâmica desde antes de sua industrialização acelerada verificada na década de 1950, incluindo

o segmento do ensino (técnico e superior); pesquisas de relevância na área química em nosso país existiam antes da estruturação da pós-graduação nos moldes hoje vigentes.

Este trabalho prossegue com a inclusão de novos números no acervo já disponibilizado no portal do periódico, e a digitalização dos números referentes ao período 1932-1948.

REFERÊNCIAS

- Afonso, Júlio Carlos. RQI 80 anos. *Revista de Química Industrial*, n. 734, p. 3-7, 2012.
- Afonso, Júlio Carlos e DOS SANTOS, Nadja Paraense. As origens da Associação Brasileira de Química. *Revista de Química Industrial*, n. 736, p. 12-17, 2012.
- Araujo Júnior, Carlos Eduardo Nabuco de. Casas de vidro. *Revista de Química Industrial*, n. 91, p. 133-134, 1939.
- Araujo Júnior, Carlos Eduardo Nabuco de. A Princesa das Matérias Plásticas. *Revista de Química Industrial*, n. 94, p. 35-36, 1940.
- Carvalho, Joaquim Bertino de Moraes. Ensino de Química e o projeto apresentado pelo Conselho Nacional de Educação. *Revista da Sociedade Brasileira de Química*, v. VI, n. 4, p. 173-182, 1937.
- Cheibub, Ana Maria de Souza Santos; Afonso, Júlio Carlos e Dos santos, Nadja Paraense. O 75º aniversário do III Congresso Sul-Americano de Química: a história da química no Brasil na década de 1930 ilustrada pelas edições da Revista de Química Industrial. *Revista de Química Industrial*, n. 735, p. 13-18, 2012.
- Santos, Nádia Paraense dos e filgueiras, Carlos Alberto Lombardi. O primeiro curso regular de química no Brasil. *Química Nova*, v. 34, n. 2, p. 361-366, 2011.
- Santa Rosa, Jayme da Nóbrega. O porquê da Revista de Química Industrial. *Revista de Química Industrial*, n. 1, p. 1, 1932.
- Santa Rosa, Jayme da Nóbrega. Editorial 500. *Revista de Química Industrial*, n. 500, p. 1, 1973.

CONVERSAS ENTRE PROFESSORXS¹: ALTERIDADES E SINGULARIDADES

GRAÇA REGINA FRANCO DA SILVA REIS²

RENATA LÚCIA BAPTISTA FLORES³

Resumo: Este texto tem como objetivo compartilhar a experiência teórico-metodológica, que se traduz em práticas, em um projeto de pesquisa e extensão que se organiza no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde 2010, vimos desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão com professorxs com o intuito de trocar experiências de práticas curriculares desenvolvidas. Dessa forma, tecemos um Projeto de Formação Continuada que se estabelece a partir da ideia freireana (1987) de que o processo educativo de formação humana, e também acadêmica e profissional, ocorre na relação com o Outro, com os pares, que estão inseridos no mundo, num contexto. O objetivo tem sido pesquisar as práticas cotidianas, vividas e por viver, e as histórias de vida dessxs professorxs, entendendo que essas práticas e essas histórias são parte da multiplicidade de contextos onde se dá a formação profissional (ALVES, 2002). Investigar a formação por meio dessa perspectiva foi se mostrando para nós um potente elemento para compreendermos a tessitura do diálogo entre experiência e docência, o que vimos denominando formação cotidiana.

Palavras-chave: Formação continuada; Formação profissional; Formação cotidiana.

¹ Apesar de não haver consenso em relação a essa forma, fazemos a opção de utilizar a indistinção de gênero (usando x) na referência aos docentes considerando ser um modo possível de afirmar nosso entendimento de que todos os sujeitos são parte, são percebidos na diversidade em que o mundo é composto.

² Professora do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutora em Educação, e-mail – francodasilvareis@gmail.com

³ Professora do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Educação, e-mail – renataflores2010@gmail.com

Abstract: This paper aims to share the theoretical and methodological experience, which translates into practice in a research and extension project that is organized on the Application School of the Federal University of Rio de Janeiro. Since 2010, we have been developing research and extension activities with professorxs in order to exchange experiences of developed curriculum practices. Thus, we weave a Continued Education Project that is established from Freire's idea (1987) that the educational process of human development, as well as academic and professional, occurs in relation to the other, with peers, who are included in world in a context. The goal has been researching the everyday practices, lived and live, and the life stories desxs professorxs, understanding that these practices and these stories are part of the multiplicity of contexts where it gives vocational training (ALVES, 2002). Investigate the training through this perspective was proving to be a powerful element for us to understand the fabric of dialogue between experience and teaching, what we saw styling everyday training.

Keywords: Continuing Education; Professional qualification; Daily training.

A narrativa, que durante muito tempo floresceu num meio de artesão – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em-si” da coisa narrada como uma informação ou relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele.

Walter Benjamin

No filme *Colcha de retalhos*⁴, a personagem Finn, vivida pela atriz Winona Ryder, acompanha a confecção de uma colcha de retalhos que irá receber de presente de casamento e cujo tema é “onde mora o amor”. Nesse contexto, acompanha o trabalho de um grupo de mulheres maduras, que costumam reunir-se a cada ano para confeccionar uma colcha. Trabalho que é recheado pelas lembranças, pelas conversas em que compartilham suas experiências de vida. Cada uma delas borda um pedaço de pano, imprimindo nele algo

⁴ “How to make an american quilt” é uma produção estadunidense, de 1995, baseada em romance homônimo de Whitney Otto e dirigida por Jocelyn Moorhouse

relacionado com o seu sentimento e vivência em relação à temática combinada. No final, elas unem todos os pedaços formando uma linda colcha artesanal, compondo através desses bordados a robustez de um cobertor que é de retalhos, mas, sobretudo, que é também de pedaços de histórias singulares de vidas e, ao mesmo tempo, de expressão de algo que nos toca a todos, no caso, o amor.

Esse enredo nos remete à ideia de que as narrativas são potentes formas de expressão, como percebe Walter Benjamin, das singularidades e, ao mesmo tempo, das questões que nos unem, nos relacionam.

Podemos ir mais longe e perguntar se a relação entre o narrador e sua matéria – a vida humana – não seria ela própria uma relação artesanal. Não seria sua tarefa trabalhar a matéria-prima da experiência – a sua e a dos outros – transformando-a num produto sólido, útil e único? (BENJAMIN, 1994, p. 221)

Essa breve introdução intenta apresentar esse texto que objetiva compartilhar a experiência teórico-metodológica, que se traduz em práticas, em um projeto de pesquisa e extensão que se organiza no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Assim como sugere o filme, nosso objetivo é tecer um diálogo entre o que temos vivido na relação com professores e o que temos acumulado na leitura de autores. As histórias de vida e as noções que usamos serão costuradas numa junção/reflexão/tessitura que objetiva discutir a relação de experiência e formação de professorxs a partir do trabalho que se funda e estrutura em rodas de conversa.

1. AS CONVERSAS ENTRE XS PROFESSORXS

*Ninguém educa ninguém,
ninguém se educa a si mesmo,
os homens se educam entre si,
mediatizados pelo mundo.*

Paulo Freire

Desde 2010, vimos desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão com professorxs com o intuito de trocar experiências de práticas curriculares desenvolvidas a fim de tecer uma Política de Formação Continuada que se

estabelece a partir da ideia freireana (1987) de que o processo educativo de formação humana, e também acadêmica e profissional, ocorre na relação com o Outro, com os pares, que estão inseridos no mundo, num contexto.

Iniciado em agosto de 2010, o projeto “Conversas entre professores: a prática como ponto de encontro, outra forma de pensar a formação e os currículos praticados” atuou em suas primeiras atividades junto a professorxs da rede pública do município de Queimados, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. O objetivo deste trabalho era então pesquisar as práticas cotidianas, vividas e por viver, e as histórias de vida dessxs professorxs, entendendo que essas práticas e essas histórias são parte da multiplicidade de contextos onde se dá a formação profissional (ALVES, 2002). Investigar a formação por meio dessa perspectiva foi se mostrando para nós um potente elemento para compreendermos a tessitura do diálogo entre experiência e docência, o que vimos denominando formação cotidiana.

Ao escolhermos um município da Baixada Fluminense para iniciarmos o trabalho, nossa ideia era poder dialogar com professores de *espaços tempos* que historicamente têm sido reconhecidos apenas por sua relação com a violência. Em nossa visão, esta desqualificação se dá quando, por meio de discursos produzidos, se retira de um *espaço tempo* a sua complexidade. Nessa perspectiva, impera um discurso generalista e generalizante, a partir do qual se conforma uma hegemonia de olhar. Em relação à Baixada Fluminense, por exemplo, o que se avoluma de discurso aponta a região como o *lócus* dos pobres, dos violentos, dos incivilizados (ARROYO, 2010; SKLIAR, 2005), o que se traduz na invisibilização do que ali é produzido para além da caricatura. No entanto, sabemos que a vida cotidiana acontece apesar dos discursos, o que possibilita a produção de movimentos contra-hegemônicos e de resistência a esses discursos. Há hoje na Baixada uma série de movimentos sociais atuando e que promovem o conhecimento-emancipação (SANTOS, 1995), por meio da participação, da solidariedade e da racionalidade estético-expressiva, desinvisibilizando iniciativas que mostram que, assim como a Vila, a Baixada *não quer abafar ninguém, só quer mostrar que faz samba também*⁵.

⁵ Palpite infeliz, música de Noel Rosa, que se refere ao bairro de Vila Isabel. Uso a expressão a partir de um texto de Nilda Alves (2008), em que ela usa a expressão em defesa dos estudos do cotidiano.

Tentando caminhar na direção de um projeto contra-hegemônico de formação, trabalhamos com xs professorxs desse município por meio de rodas de conversa em que cada umx tinha a possibilidade de narrar sua história de vida e suas práticas como praticantes da docência. Acreditamos com isso poder estabelecer um projeto mais emancipatório na perspectiva apontada acima, ou seja, uma formação participativa e pautada na solidariedade. As narrativas dessas histórias contribuem para a formação dessas professoras, porque são tratadas na perspectiva da auto formação, e do autoconhecimento, porque entendemos que “ninguém forma ninguém e que a formação é inevitavelmente um trabalho de reflexão sobre os percursos de vida” (NÓVOA, 2010, p. 167).

Na formação em Queimados, as histórias de vida e as narrativas de práticas se fundaram na exploração da história pessoal tendo como objetivo pensar que a formação se dá a todo o tempo e que por meio dela é possível (re)pensar seu percurso e mudar trajetórias, ou seja, a formação é contínua, cotidiana e singular. Singular porque cada aprendizagem só acontece se vinculada aos entrelaçamentos das redes que se tecem pela vida afora. Isso nos leva à compreensão de que as aprendizagens só são possíveis de dentro para fora, contextualizadas ao que já temos em nós. Isso nos serve para entendermos que toda formação é autoformação e todo conhecimento é autoconhecimento.

De acordo com Pineau, autor que junto com o grupo da Universidade de Genebra formado por Dominicé, Finger e Josso “marca um sentido particular para a entrada e a utilização das biografias educativas como potencializadoras para a compreensão do processo de formação” (SOUZA, 2006b), as histórias de vida em formação e aqui incluímos as narrativas de práticas cotidianas “são práticas multiformes de ensaio de construção de sentido por meio de fatos temporais vividos pessoalmente” (PINEAU, 2006, p. 333) que se inscrevem como práticas reflexivas, pois se dão como *espaçotempo* de auto formação, entendendo que esta acontece no próprio curso da vida. Valorizar a sua própria experiência amplia o conceito de formação questionando as referências habituais e hegemônicas, pois “entrega ao próprio sujeito o encargo de seus procedimentos de formação e a definição de suas necessidades” (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 94).

Pineau (2010) aponta que esta autoformação por meio das histórias de vida se dá de forma enredada num processo que ele concebe como tríplice, ou seja, a heteroformação, a ecoformação e a autoformação. A heteroformação se dá intermediada pela sua vivência na família, na comunidade, sua educação formal e informal e pelas heranças culturais, ou seja, na relação com os outros. A

ecoformação seria a interação do sujeito com o meio ambiente, suas influências climáticas e físicas, entendendo que essa interação física produz culturas diferenciadas. A autoformação se daria então por meio da conscientização desses processos presentes e constitutivos da vida dos sujeitos. Para Pineau este é um processo tríplice, para nós, a tessitura de uma rede que abarca todos os fios entrelaçados da vida cotidiana, ou seja, compreendemos que a autoformação abarca todos esses processos sobre os quais Pineau se refere, mas sem que possamos separá-los. Essa ideia de formação em rede nos ajuda a entender que todos os aspectos da vida das professoras são importantes, ou seja, não há irrelevância nas discussões que traçamos, tudo o que dizem faz parte do que são e do que consideram importante narrar. Um desabafo sobre o espaço de trabalho, do cansaço nas relações com as crianças e com os adultos da escola, o relato sobre o comportamento do filho, da manhã atribulada, da distância casa/trabalho... Enfim...

Nossos encontros com xs professorxs do município de Queimados, aconteceram a cada 21 dias, na sala de informática da Escola Municipal Oscar Weinschenck. As atividades aconteceram sempre no horário de trabalho dxs professorxs, que contavam com a atuação dos coordenadores das escolas em suas turmas nesses dias. Não é demais ressaltar que ao conhecer a vida de muitxs dessxs professorxs, percebemos o quanto o fato de nos encontrarmos nesse horário foi decisivo para a permanência de muitas delas no grupo, pois, em sua maioria, são arrimos de família, com mais de um emprego – muitxs em outro município – e precisam planejar suas aulas, cuidar de seus filhos, e realizar afazeres domésticos. Nesse sentido, e também em muitos outros – transporte e material impresso, por exemplo – o apoio da secretaria de educação foi fundamental.

O trabalho se estruturou com base na troca de experiências entre xs professorxs envolvidos. Todxs apresentavam aulas e atividades realizadas em suas turmas, a partir das quais momentos de rica discussão sobre as experiências vividas foram travados. A partir das narrativas de cada professor(x), uma infinidade de conexões e possibilidades, que produzem mais conexões e possibilidades, puderam ser percebidas e trocadas por todxs que puderam vivenciar aqueles momentos.

... em qualquer situação ou proximidade que esse outro que contemplo possa estar em relação a mim, sempre verei e saberei algo que ele, da sua posição fora e diante de mim, não pode ver: as partes do seu corpo inacessíveis a mim e inacessíveis a ele. Quando nos olhamos, dois diferentes mundos se refletem na pupila dos nossos olhos. (BAKHTIN, 2006, p. 21)

Até 2013 o projeto se deu, então, nesse município, mas com o amadurecimento do trabalho fomos desejando espriar essa experiência para outros *espeçostempos*, entendendo que essa invisibilização em relação aos conhecimentos que se produz é processo vivido hegemonicamente por professoras e professores que atuam, cotidianamente, nas escolas Brasil afora. Em 2013, então, o projeto se desdobrou em outra estratégia: um curso de extensão com possibilidade de inscrição aberta a quaisquer professores do Ensino Fundamental I que desejassem conquistar uma vaga. Durante todo o ano realizamos encontros quinzenais à noite, no auditório do próprio CAP/UFRJ, nos quais promovemos rodas de conversa privilegiando a troca de experiências e leituras que tinham como grandes objetos de reflexão as questões que envolvem esse segmento da educação escolar. Em 2014, esse braço de atividade passou a ter duração de 1 semestre com encontros semanais, às quintas-feiras à noite e com mais uma novidade: além de ser aberto a professorxs em geral – sem quaisquer restrições em relação à rede em que atuam –, passamos a destinar vagas a estudantes do curso de Pedagogia da UFRJ. Pela primeira vez realizamos uma proposta de trabalho na qual formação continuada e inicial puderam coabitar.

Neste ano de 2015, com um percurso de atuação já vivenciado, teremos os dois braços do projeto – atuação em município vizinho e curso semanal no CAP – em franca realização. Além disso, estruturamos um grupo de pesquisa “Conversas entre professorxs: alteridades e singularidades” que conta com cinco bolsistas⁶ e que semanalmente se reúne para ler, estudar, discutir... enfim, aprofundar-se teoricamente e lidar com os materiais que a prática constrói. Firmamos acordo com o município de Itatiaia este ano e desde março atuamos por lá uma vez por mês. O município possui pouco menos de 30 mil habitantes e sua rede municipal de ensino conta com X10 escolas. O grupo com o qual trabalhamos é de professorxs de quarto e quinto anos do Ensino Fundamental Inicial. No segundo semestre, em paralelo ao projeto iniciado em Itatiaia, ocorrerá no CAP UFRJ o “Conversas sobre práticas nas séries iniciais do Ensino Fundamental”, que consiste - em curso de extensão, já em sua terceira edição, organizado e ministrado por dez docentes do Colégio de Aplicação, e voltado a professorxs da Educação Básica e graduandxs de Pedagogia da UFRJ.

⁶ Franco Biondo, Maria do Carmo Holanda Ferreira, Izabela Borges, Thaís Lima de Oliveira Santos e Letícia Silva Souza

Não é demais ressaltar que apostamos nesse projeto e nessa abordagem como atuação contra-hegemônica potencializadora de necessárias revisões acerca do cotidiano das escolas e de seus profissionais, porque é o espanto com o “bem-sucedido” que ainda ecoa, como logo nos primeiros encontros um professor de Itatiaia nos faz lembrar com seu relato relatado por um de nossos bolsistas, Franco:

Outro professor relatou uma visita ao Museu Imperial de Petrópolis, na qual seus alunos de quinto ano acompanharam um guia do local. **O guia**, ao final da visita, **disse ter ficado impressionado** com os alunos, os quais souberam responder muitas perguntas que ele havia feito (2015)

Os estereótipos estão construídos, o senso-comum parece uníssono: era para os estudantes da escola pública itatiaense não saberem?! Mas, no fundo, parece que falam do que não conhecem, porque esse grupo que ‘impressionou’ o guia existe; x professor(x) que com esses estudantes trabalha, existe. Mas quem são esses Outros?

2. ALTERIDADES E SINGULARIDADES: DISCUTINDO O RECONHECIMENTO DO OUTRO, PROFESSOR(X), A PARTIR DE UM RELATO DE VIDA

*... os indivíduos não contam,
são contados.*

Tzvetan Todorov

Práticas de colonização de grupos não hegemônicos são regularmente conhecidas e repetem com frequência uma lógica de subalternização, desvalorização, invisibilização dos sujeitos, de suas histórias e suas ações. Tzvetan Todorov (2003) trouxe contribuição inestimável à discussão destas com a publicação de ‘A conquista da América.’ A partir da análise da conquista do continente, especialmente buscando através dos documentos históricos existentes resquícios, indícios, das relações travadas entre colonizadores e colonizados, fomenta importante reflexão sobre a questão da alteridade. Falando de Colombo num trecho, indica:

Sua atitude em relação a esta outra cultura é, na melhor das hipóteses, a de um colecionador de curiosidades, e nunca vem acompanhada de uma tentativa de compreender: observando, pela primeira vez, construções em alvenaria (durante a quarta viagem, na

costa de Honduras), contenta-se em ordenar que se quebre delas um pedaço, para guardar como lembrança. (TODOROV, 2003, p. 49)

Na contramão dessa lógica investimos num trabalho que objetiva exatamente desinvisibilizar e, com isso, conhecer/fazer conhecer e compreender as ‘construções’ cotidianas de professorxs em suas salas de aula.

Trabalhamos com os relatos de experiência e com a escrita de memoriais, o que nos possibilita conhecer essas professoras, suas histórias e expectativas em relação à docência. Gente de vida comum que, assim como nós, faz acontecer as escolas cotidianamente

Para Pacheco (2008) essxs professorxs que estão lá no cotidiano das escolas em geral não se constituem como campo de interesse nas pesquisas quantitativas e generalistas, em função do que ele denomina dupla discriminação. A primeira discriminação se refere à crença de que a essxs professorxs cabe apenas a “função” de reproduzir as propostas oficiais formuladas nas diferentes instâncias do poder, portanto, não há para essas “praticantes” um lugar na história. A segunda discriminação se relaciona aos saberes tecidos na prática que “ocupam”, nos discursos das pesquisas hegemônicas, um lugar de menor importância em relação à teoria, “numa clara alusão à dicotomia teoria-prática, conhecimento-senso comum ou saber-fazer, consagrada pelo pensamento moderno” (CERTEAU, 1994, p.51).

Como Pacheco, andamos na contramão desse discurso discriminatório, pois acreditamos que nas histórias de cada praticante estão registradas práticas cotidianas, de produção de saberes e de redes trançadas nos múltiplos *espaçotempos* das “escolas reais” (OLIVEIRA, 2003), que só elas sabem fazer. Dialogar com essxs professorxs, por meio dos encontros entre elxs e com elxs, reconhecendo e valorizando saberes e conhecimentos produzidos em suas práticas, tem se apresentado para nós como outro caminho, percurso capaz de revelar processos de formação e saberes ocultados ou invisibilizados.

Muitas perguntas nos movem, nos ajudando a caminhar pelo campo da pesquisa, sempre curiosos. Dessa maneira, tentamos romper com os métodos convencionais de investigação, buscando uma superação do que a modernidade privilegiou, o conhecimento-regulação (SANTOS, 2009), que tem engessado a vida de todo dia e as práticas cotidianas em modelos empobrecidos e generalizantes, desconsiderando os sujeitos. Queremos assim, deixar de apenas confirmar “[...] aquilo que nossas hipóteses iniciais previam que encontraríamos” (OLIVEIRA, 2008, p. 142). Propomos aqui privilegiar o conhecimento-emancipação, que

compreende o processo de conhecimento como “[...] uma trajetória entre um ponto de ignorância chamado colonialismo a um ponto de conhecimento chamado solidariedade” (SANTOS, 2009, p. 28).

Num contexto em que o entendimento hegemônico acerca da formação docente se encaminha crescentemente para a priorização do predomínio da técnica e da instrumentalização dxs professorxs em detrimento de sua formação político-filosófica (WEBER, 2003), este projeto se inscreve na intenção de realizar uma prática combativa a esta lógica. Com Gramsci (1916) e seus interlocutores, lembramo-nos de que:

A corrente humanística e a profissional ainda chocam-se no campo do ensino popular: ocorre tentar fundi-las, mas não se deve esquecer que antes do operário existe o homem, ao qual não deve ser retirada a possibilidade de movimento nos mais amplos horizontes do espírito para submetê-lo subitamente à máquina. (Zine apud Gramsci)

Recentemente aprovado, aliás, o Plano Nacional de Educação 2011-2020 mostra-se ainda bastante comprometido por esta visão tecnicista sistematizando de fato metas e estratégias que se revelam caminhos para ações pulverizadas de secretarias municipais e estaduais, de programas do MEC ou da CAPES e, ainda, muitas vezes via empresas privadas, fundações ou institutos, e que se concretizam em larga escala pela distribuição de kits, de materiais prontos. Uma política que entendemos esvaziar de modo brutal não apenas o percurso formativo dxs docentes, mas sobretudo a consistência de seu sentido profissional, reduzindo sua atuação a aplicadores de materiais que sequer produziram, expropriando seu saber.

No sentido contrário deste encaminhamento e reafirmando princípios do entendimento da formação profissional como também formação humana, dos sujeitos que se conformam profissionais, buscamos um percurso teórico-metodológico que refute a lógica do “treinamento em serviço” e valorize a ideia da formação contínua, que também se constrói no diálogo, na relação com o Outro e na reflexão com as/a partir das práticas cotidianas.

...a formação que acompanha a vida profissional do professor deve ocorrer de forma contínua, marcada por estudos, reflexões, retomadas, planejamentos, enfim, ações que contribuam efetivamente com seu exercício docente, incidindo, portanto, sobre a realidade escolar onde atua. Para isso, é preciso maior investimento na formação continuada, envolvendo os professores em momentos de estudos que contribuam decisivamente com o seu fazer pedagógico. (COSTA-HÜBES, 2013, p. 504)

Nossa intenção é ouvir o que professorxs têm a contar sobre suas práticas, compartilhar experiências, promovendo assim uma formação continuada onde todos aprendem/ensinam, numa perspectiva de horizontalização de saberes, produzindo diálogos que possam expressar os conflitos cotidianos que se apresentam em suas salas de aula e assim, coletivamente, pensar em caminhos que possam começar a trilhar.

Percebemos este percurso como fecundo, pois a partir de alguns conceitos estruturados por Bakhtin (2006), entendemos ser esta uma dinâmica em que é possível favorecer o acesso de uns a estratégias e reflexões de outrxs – colegas professorxs, e vice-versa; assim como possibilitar que o próprio sujeito se “enxergue” de outros ângulos, num exercício de nos ver de fora, a partir do excedente de visão, nossas próprias atuações, desvelando e construindo outras práticas possíveis.

O excedente de visão é o broto em que repousa a forma e de onde ela desabrocha como uma flor. Mas para que esse broto efetivamente desabroche na flor da forma concludente, urge que o excedente da minha visão complete o horizonte do outro indivíduo contemplado sem perder a originalidade deste. Eu devo entrar em empatia com esse outro indivíduo, ver axiologicamente o mundo de dentro dele tal qual ele o vê, colocar-me no lugar dele e, depois de ter retornado ao meu lugar, completar o horizonte dele com o excedente de visão que desse meu lugar se descortina fora dele... (BAKHTIN, 2006, p. 23)

A fim de caminharmos para a conclusão desse texto, trazemos um relato que se deu no ano de 2011 e que nos parece contribuir com esta ideia do quanto a troca de práticas entre professorxs potencialmente enriquece o cotidiano de todxs xs envolvidos. Numa das rodas de conversa, Maria contou uma passagem de sua aula:

Essa questão da agitação da turma não é particularidade da turma dela [mostra uma colega que acabara de reclamar da sua turma] até pela diversidade, né? No caso, a minha turma tem crianças que vão dos 10 anos aos quinze anos completos, tem aluno que completou 15 anos agora, dia 16 de março então... A atividade diferente que eu fiz com a minha turma foi justamente por conta desse agito. O que estava acontecendo? Eu estava com dificuldades de fazer atividades com eles fora da sala de aula. Eles brigam muito, eles batem nos outros, né? E aí a atividade diferenciada que eu consegui fazer com eles foi levar um CD, uma música tranquila, ambiente. A música falava de paz mesmo, a gente fez uma roda no pátio e conversamos sobre o que é... o que representava a paz para cada um deles... Aí eu coloquei essa música ambiente, eu conversei com eles o seguinte: a gente vai ter que fazer a atividade seguindo a música. Quando você não estiver mais escutando o volume do som é porque você

está falando muito alto. E aí eu deixei que eles se expressassem como quisessem, com desenhos... ou mesmo escrevendo e tal... e foi numa atividade assim que eu desconheci a minha turma...[...] Eles ficaram tranquilos, desenharam, pintaram, depois a gente voltou de novo para a roda e cada um fez a exposição do seu desenho, da sua escrita, da sua fala... Foi uma coisa assim, interessante. Dali eu já levei pra sala de aula as falas deles e a gente conseguiu fazer um acordo... por exemplo, a gente está na semana da gentileza, então durante uma semana é proibido qualquer atitude de agressividade de violência contra o colega. Eles criaram as regras da turma.[...] Então eu fiz um cartaz, coloquei lá pra lembrar a eles que todo dia tem que fazer um ato de gentileza, tem que elogiar um colega, né? E que não pode xingar, não pode brigar, não pode bater... e, assim, está dando certo. Eu até trouxe aqui, depois quem quiser ver tem as fotos aqui do momento que foi...

Na sala de aula, eu peguei dois trechinhos dessa música, dois versinhos, inclusive essa foi a tarefa para casa, eles tinham que identificar na música onde estava escrito a palavra paz, circular e tal, e conversar com a família, com a mamãe, com o papai em casa, cinco ações que a gente pode fazer para promover a paz. E aí ontem eu tive o retorno disso. Algumas crianças viraram pra mim e disseram:

- Tia, eu adorei fazer o trabalho de casa com a minha mãe. A minha mãe disse que foi muito boa essa atividade e eu também gostei muito!!

Então, a gente percebe que às vezes também essa questão da agressividade é porque não é trabalhado com eles o outro lado da não agressividade, a gente também reclama, eu reconheço que essa é uma falha minha mesmo... poxa, essas crianças só sabem bater, mas aí eu pensei: o que é que eu estou fazendo para que eles ajam diferente? .

Ao realizar a atividade e (re)pensar o seu modo de olhar e trabalhar com as questões disciplinares que estavam “atrapalhando” sua relação com a turma e conseqüentemente qualquer possibilidade de relação dessas crianças com a escrita e a leitura, Maria traz para a sua prática táticas que podem ajudá-la a trabalhar junto a essas crianças. Podemos inferir que a professora nessa atividade aprendeu/ensinou outras formas de ouvir e participar da aula e agregou ainda a participação das famílias no processo. Os saberes que Maria colocou em prática tornaram visível, para ela e para o grupo de professores da pesquisa, que há outras possibilidades de relação entre professorxs e estudantes, e que essas outras possibilidades talvez possam ajudá-lxs a entender melhor os processos de letramento que envolvem (ou não) seus alunxs.

Sua narrativa nos remete à ideia da *ecologia de saberes* (SANTOS, 2009) que se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos que podem e devem conviver sem hierarquização apriorística de uns em relação aos outros. A copresença entre eles significa que todas as formas de conhecer e conviver no mundo são contemporâneas, não há fracassados nem atrasados. Para isso, é necessário reconhecer a pluralidade de vivências e

(com)vivências de cada um a partir das suas singularidades para além do que nossa ideia moderna preza e considera.

A ecologia de saberes entende conhecimentos e ignorâncias como interdependentes. “A ignorância só é uma forma desqualificada de ser e de fazer quando o que se aprende vale mais do que o que se esquece” (SANTOS, 2010, p. 56). A validade exclusiva dos conhecimentos científicos é uma das marcas da sua hegemonia e da sua soberania social e esse se encontra distribuído socialmente de forma igualitária. Existem grupos sociais com maior acesso a essa forma de conhecimento, o que não é o caso de muitos dos alunos de quarto ano ALFA em Queimados. Suas “ignorâncias” tornam-se suas marcas porque os conhecimentos que os habitam não são considerados válidos. Muitos desconhecem aquilo que a escola espera deles, pois a “ciência é, muitas vezes, o pretexto evocado para excluir aquele que não tem a catinga do bando” (MAFFESOLI, 2011, p. 27). Dessa forma, são impossibilitados de seguir adiante ao não conseguirem acessar os conhecimentos que “deveriam” em função daqueles que já possuem.

A ecologia de saberes entende que a ignorância pode ser um ponto de chegada quando desaprendemos o já sabido a fim de abrimo-nos a outros saberes que julgávamos irrelevantes. Isso nos interessa porque, ao buscar outras formas de trabalho que não as pré-concebidas de como, por exemplo, alfabetizar essas crianças, temos, juntas, a possibilidade de buscar outras possibilidades que nos ajudem a pensar em práticas alternativas, como aponta o relato de Maria. Ela busca outras maneiras de trabalhar, possibilidades concretas para o início de um diálogo sobre alternativas ao que parece posto.

A caracterização dos diferentes saberes e modos de conhecer e a definição das condições da sua validação passam, nesta concepção, por um caminho que recusa a ambição legislativa da epistemologia e a possibilidade de qualquer forma de soberania epistémica (ARRISCADO NUNES, 2010, p. 263).

A ecologia de saberes reconhece, *a priori*, todas as formas de saber, o que não implica no descrédito do conhecimento científico, pois como nenhum saber dá conta de responder sozinho por todas as intervenções possíveis no mundo, a ecologia de saberes entende o saber como incompletude e reforça o seu caráter de interconhecimento e de complementariedade.

O uso que Maria fez dos saberes que trouxe validou outra forma de trabalho como uma alternativa ao que estava combinado e determinado, pois no início de seu relato ela diz que estava com dificuldades de realizar atividades

com os alunos. Estava previsto que os alunos que “atrapalhassem a aula” deveriam ser retirados de sala e isso para ela prejudicava o trabalho. Sua alternativa se mostra válida, pois ela parece estar em busca de outros caminhos que não o da exclusão.

Ela sai em busca de um trabalho que respeite as diferenças, inclusive quando decide que cada um vai representar o que ouviu da forma como quisesse fazê-lo. Ao respeitar esses tempos, pedindo que cada um representasse a música da forma que fosse possível, Maria transforma sua sala num espaço onde a copresença entre diferentes tempos é possível, pois permite a percepção das distintas temporalidades como formas de viver a contemporaneidade, sem estabelecer hierarquias ou juízos de valor sobre elas.

Nessa busca por modos de fazer que incluíssem todos, Maria nos mostra que outras formas de conviver com as crianças são possíveis e que nessa experiência vivida ela pensa em soluções locais que se apresentam naquele *espaçotempo* que é a sua sala de aula. Maria não sai em busca de soluções globais para a questão relativa “ao comportamento” de sua turma. Não é nos currículos oficiais e nem na solução apresentada pela escola – tirar de sala os alunos que não se “comportam” – que ela encontra caminhos possíveis. Sua solução é local e pode ser ampliada e (re)visitada por outras colegas que, como ela, vivem dificuldades muito próximas naquele *espaçotempo* de Queimados.

Maria deixa de se preocupar com a produtividade pedagógica de seus alunos e alunas, permitindo que cada um possa experienciar sua relação com a escrita e a compreensão do texto da forma que lhes for possível, demonstrando uma percepção de mundo mais solidária e menos produtivista, possibilitando também, ao enviar o dever de casa, formas de cooperação entre as famílias e as crianças, com base em valores não produtivistas.

Lutar por mais felicidade me deixa mais feliz, sem que isso signifique frustração pelo não conseguido. Na medida em que abdicamos do impossível sonho de tudo fazer, aprendemos a nos felicitar com o sucesso daquilo que podemos fazer, sempre motivados por desejos fortes que vejo como fonte de prazeres e alegrias possíveis, nunca como fonte de frustração. A ambiguidade, precariedade, limitação dos resultados são parte de sua própria existência, como de todas as existências, sempre apenas o melhor possíveis, jamais ideais (OLIVEIRA, 2010, p. 35).

Além disso tudo, acreditamos que com essa prática, nossa atuação alteritária contribui para que cada sujeito, diferentes pessoas, que compõem, vivem e

constroem cotidianamente escolas brasileiras desinvizibilizem-se ao falar de si e de suas atividades, que essas pessoas deixem de *ser contadas* e tenham a oportunidade *de contar*.

REFERÊNCIAS

- Alves, Nilda. A experiência da diversidade do cotidiano e suas consequências na formação de professores. In: FILHO, Aldo Victorio; MONTEIRO, Solange Castella- no Fernandes (Org.). **Cultura e conhecimento de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 13-30.
- Arriscado Nunes. O resgate da epistemologia. In: Santos, Boaventura de Sousa, Meneses, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 261-290.
- Bakhtin, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, 468p.
- Benjamin, Walter. Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- Certeau, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- Costa-Hübes, Terezinha da Conceição. Formação continuada para professores da educação básica nos anos iniciais: ações voltadas para municípios com baixo Ideb. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: vol. 94, n. 237, p. 501-523, maio/ago 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n237/a08v94n237.pdf>Boneco2_RevistaUFG_2014.doc>
- Delory-Momberger, Christine. **Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto**. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.
- Ferraço, Carlos Eduardo. Pesquisa com o cotidiano. In: **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, SP, v. 28, n. 98, p. 73- 95, Jan/abril. 2007. JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.
- Freire, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Gramsci, Antônio. **Cronache Torinesi (1913 – 1917)**. Torino: Einaudi, 1980. (A cura di Sergio Caprioglio). pp. 669 – 671.
- Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/12/24.htm>>. Último acesso em 02/5/15.
- Maffesoli, Michel. **Quem é Michel Maffesoli: entrevistas com Cristophe Bourseiller**. Petrópolis: De Petrus et Alii, 2011.
- Nóvoa António. A formação tem que passar por aqui: as histórias de vida no Projeto Prosalus. In: Nóvoa, António; Finger, Matthias (Orgs.) **O método (auto)biográfico e a formação**. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010. p. 155-188.

Oliveira, Inês Barbosa de. **Currículos Praticados** – entre a regulação e a emancipação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Oliveira, Sgarbi. **Estudos do cotidiano & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Pacheco, Dirceu Castilho. **Arquivos pessoais de praticantesdocentes e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos**. 157 f. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2008.

Pineau, Gastón. As histórias de vida em formação: gênese de uma corrente de pesquisa-ação-formação existencial. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 329-343, maio/ago. 2006.

Santos, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Para uma pedagogia do conflito. In: Freitas, Ana Lucia Souza de; Moraes, Salete Campos de (Org.). **Contra o desperdício da experiência**: a pedagogia do conflito revisitada. Porto Alegre: Redes, 2009, p. 15-40.

Todorov, Tzvetan. **A conquista da América**: A questão do outro. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Weber, Silke. Profissionalização docente e políticas públicas no Brasil. In: **Revista Educação e Sociedade**. Campinas: vol. 24, n. 85, p. 1125-1154, dezembro 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

PRESERVAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO ESPAÇO MEMORIAL CARLOS CHAGAS FILHO – PRIMEIRA ETAPA

GABRIELA LÚCIO DE SOUSA¹

ANA PAULA CORREA DE CARVALHO²

THAIS DE ALMEIDA LAMAS³

DANIELE BOTARO⁴

Resumo: Este artigo apresenta considerações sobre a primeira etapa do Projeto de Preservação do Acervo Bibliográfico do Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF), museu de história da ciência localizado dentro do Instituto de Biofísica Calos Chagas Filho (IBCCF), na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Aborda ainda, a importância de elaborar propostas de preservação para acervo bibliográfico em consonância com o código de ética do Conselho Internacional de Museus – ICOM, além das diretrizes recomendadas pelo Instituto Brasileiros de Museus – IBRAM, através do Plano Museológico e o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados.

Dentre os 1406 livros que compõem o acervo bibliográfico, 32 deles passaram por situação de sinistro: uma inundação ocasionada pela ruptura de uma tubulação no andar superior durante a construção de um laboratório. Em 2013 iniciou-se um projeto de conservação desses livros com objetivo de normatizar os procedimentos de preservação, conservação, restauração e diagnóstico de acervo bibliográfico.

¹ Graduada do curso de Conservação e Restauração – UFRJ. E-mail: gabriela.lucio@gmail.com

² Professora do curso de Conservação e Restauração – UFRJ. E-mail: apgogh@yahoo.com.br

³ Graduada do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação – UFRJ. E-mail: thais.almeida_@hotmail.com

⁴ Coordenadora do Espaço Memorial Carlos Chagas Filho. Pós-doutoranda em Divulgação Científica do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho – UFRJ. E-mail: danibot13@gmail.com

Palavras-chave: Código de Ética-ICOM, Conservação, preservação, diagnóstico, museu-acervo.

Abstract: This article presents considerations about the first stage of the Preservation Project of the Library Collection of the Memorial Center Carlos Chagas Filho (EMCCF), a museum of the history of science of the Biophysics Institute Carlos Chagas Filho (IBCCF), at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ).

The article also addresses the importance of developing conservation proposals for bibliographic collection in line with the code of ethics of the International Council of Museums - ICOM, besides the guidelines recommended by the Brazilian Institute of Museums - IBRAM throughout the Museological Plan and the National Inventory.

Among the 1406 books that composes the books collection, 32 of them passed through a sinister: a flood caused by the rupture of a pipe during the construction of a laboratory located upstairs. In 2013 a conservation project of these books was started in order to standardize the procedures in the preservation, conservation, restoration and diagnostic of the books collection.

Keywords: Ethics-ICOMCode, conservation, preservation, diagnosis, museum-collection.

INTRODUÇÃO

O Espaço Memorial Carlos Chagas Filho (EMCCF) foi fundado em 20 de Dezembro de 2000, por iniciativa da direção do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo como principal objetivo homenagear, resgatar e divulgar a história da pesquisa no IBCCF e de seu patrono e fundador, o médico, pesquisador, professor e cientista Carlos Chagas Filho.



Figura 1 - Vista panorâmica do Museu, esse espaço era o antigo escritório de Carlos Chagas Filho. Foto das autoras (2014).

A criação do EMCCF se deu com o apoio e atuação de muitos profissionais, e fundamental apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). O local escolhido para implantação do museu corresponde às salas que acomodavam o antigo escritório do pesquisador e a de sua secretária. Áreas que gozam de posicionamento privilegiado na entrada do Instituto de Biofísica, que nestes últimos anos, abriga a exposição de longa duração do museu. A coleção do EMCCF foi formada após o falecimento de seu patrono, sendo grande parte do acervo doado por sua família, o qual encontra-se em exposição desde 2000. No entanto, para que o museu continue cumprindo suas várias funções, entre elas: a comunicação (incluindo a exposição), programas educativos, pesquisa é preciso que seu acervo seja preservado.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE MUSEUS E A PRESERVAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Salvador Viñas, autor da “Teoria Contemporânea da Restauração”, considera que os trabalhos no campo da conservação e restauração visam conservar a informação contida em cada objeto: “La información es el objetivo principal del restaurador en este campo” (VIÑAS, 2010, p. 22).

Assim, “os objetos de interesse da conservação têm, portanto, em comum sua natureza simbólica, todos têm o potencial de comunicação, seja de significados sociais, seja de sentimentais”. (GRANATO, 2007, p.6). Cabendo, portanto, aos profissionais que atuam nos museus preservar, conservar e, quando necessário, restaurar o acervo dentro dos padrões éticos vigentes.

O Código de ética para museus⁵ afirma que, os museus mantêm acervos em benefício da sociedade e de seu desenvolvimento, dessa forma: “Os museus têm o dever de adquirir, preservar e valorizar seus acervos, a fim de contribuir para a salvaguarda do patrimônio natural, cultural e científico”.

Nesse sentido, seus acervos constituem patrimônio público significativo, ocupam posição legal especial e são protegidos pelo direito internacional. A noção de gestão é inerente a este dever público e implica zelar pela legitimidade da propriedade desses acervos, por

⁵ O Código de Ética para Museus foi elaborado pelo Conselho Internacional de Museus. Corresponde à regulamentação de padrões éticos para museus, estabelecidos nos Estatutos do ICOM.

sua permanência, documentação, acessibilidade e pela responsabilidade em casos de sua alienação, quando permitida. (PADILHA, 2014)

Ainda, segundo o código de ética:

O museu deve acompanhar com atenção o estado de conservação dos acervos para determinar quando um objeto ou espécime necessita de intervenções de conservação-restauração ou de serviços de um conservador-restaurador qualificado. O principal objetivo deve ser a estabilização do objeto ou espécime. Todo procedimento de conservação deve ser documentado e, na medida do possível, reversível; toda alteração do objeto ou espécime original deve ser claramente identificável. (ICOM, 2004).

O código de ética ressalta também que os museus devem funcionar de acordo com a legislação internacional, regional, nacional ou local e obrigações de tratado do seu país. “Para além disso, o órgão administrativo deve cumprir com todas as responsabilidades legais ou quaisquer condições relativas aos vários aspectos, funcionamento e acervo do museu.” (ICOM, 2004).

Em consonância a este pensamento o Instituto Brasileiro de Museus adverte que é de responsabilidade dos museus e dos profissionais de museus a elaboração⁶ do Plano Museológico, que deverá conter o programa de acervos:

Art. 5º. O Plano Museológico adotado para os museus do IPHAN é composto pelas seguintes partes:

II - Programas:

c) Programa de acervos, aquele que organiza o gerenciamento dos diferentes tipos de acervos da instituição, incluindo os de origem arquivística e bibliográfica, podendo ser dividido em diferentes subprogramas, tais como: aquisição, documentação, conservação e restauração.

O Plano museológico, portanto, torna-se ferramenta fundamental para nortear as ações no âmbito da conservação das coleções museológicas, incluindo o acervo bibliográfico. Deve ser uma construção coletiva, ou seja, elaborado com a colaboração de todos da equipe do museu.

⁶ Portaria Normativa número 1, de 5 de Julho de 2006. (D.O.U. de 11/07/2006). Dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/Portaria-01_2006.pdf. Acesso em: 26/06/2015. O plano Museológico do Espaço Carlos Chagas Filho, começou a ser elaborado com apoio da museóloga Gabriela Farias. No entanto, ainda não foi concluído/implementado.

Ainda no âmbito da legislação, através do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, temos a resolução⁷ que normatiza o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados – INBCM, “que estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados” (DOU, 2014). O Artigo 3º aponta alguns itens que devem conter na ficha do objeto/obra no sentido de identificar o bem cultural de caráter bibliográfico:

II - Elementos de descrição para identificação do bem cultural de caráter bibliográfico:

- j) dimensão física - informação obrigatória do tamanho do objeto e da extensão do item de acordo com a terminologia sugerida no próprio objeto, em números arábicos correspondentes ao número das partes físicas tais como: páginas, folhas, lâminas, cadernos;
- k) material / técnica - informação obrigatória das características físicas do objeto, como materiais do suporte no qual é constituído, presença de ilustrações e materiais adicionais;
- l) encadernação - informação obrigatória das características físicas da encadernação referentes às obras raras;
- m) resumo descritivo - informação obrigatória da descrição textual do objeto apresentando as características que o identifique, inequivocamente, assim como sua função original;
- n) estado de conservação - informação obrigatória do estado de conservação em que se encontra o objeto na data da inserção das informações. (INBCM, 2014).

Como podemos observar, informar o estado de conservação do acervo bibliográfico é fundamental para auxiliar nas decisões de preservação. O que é possível através do diagnóstico do estado de conservação das coleções.

O grande desafio para as atividades no âmbito da preservação, conservação e/ou restauração é a escolha de uma metodologia de trabalho. Para tanto, é importante compreender alguns conceitos. Sobre preservação, podemos considerar que: “deve ser entendida de modo extremamente abrangente, compreendendo todas as ações desenvolvidas pela instituição, visando retardar a deterioração e possibilitar o pleno uso de todos os documentos sob sua guarda” (ZÚÑIGA, 2005, p.242). Ainda, segundo a autora: “Diz respeito tanto às ações preventivas quanto às interventivas” (ZÚÑIGA, 2005, p.242).

Sobre o conceito de conservação: “Compreende o tratamento, ou seja, a intervenção, a fim de possibilitar ao usuário o manuseio do documento sem que

⁷ Resolução Normativa Número 02: 29 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/09/2014&jornal=1&pagina=14&totalArquivos=120>>. Acesso em: 25 de Maio de 2015.

represente qualquer risco sua integridade física” (ZÚÑIGA, 2005, p.242). Já o Comitê Internacional de Conservação ligado ao Conselho Internacional de Museus, ICOM – CC na XVª Conferência Triannual, em Nova Delhi, realizada no ano de 2008, definiu os conceitos, de conservação e de restauração, como:

Conservação – São todas aquelas medidas ou ações que tenham como objetivo a salvaguarda do patrimônio cultural tangível, assegurando sua acessibilidade às gerações atuais e futuras. A conservação compreende a conservação preventiva, a conservação curativa e a restauração. Todas estas medidas e ações deverão respeitar o significado e as propriedades físicas do bem cultural em questão.

Restauração – Todas aquelas ações aplicadas de maneira direta a um bem individual e estável, que tenham como objetivo facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Estas ações somente se realizam quando o bem perdeu uma parte de seu significado ou função através de alterações passadas. Baseia-se no respeito ao material original. Na maioria dos casos, essas ações modificam o aspecto dos bens. (ABRACOR, 2008, p.1).

Sobre a Conservação Preventiva, podemos considerar como afirma Zúñiga: “Conjunto de ações não interventivas, que visam a prevenir e retardar os danos que possa sofrer o acervo como um todo, minimizando a deterioração dos documentos arquivísticos” (ZÚÑIGA, 2005, p.242). Sendo, portanto, “um elemento importante na política dos museus e da proteção de acervos.” (ABRACOR, 2010).

Lembrando que, “é responsabilidade básica dos profissionais de museus criar competências e manter ambientes adequados para a proteção dos acervos e sua guarda, tanto em reserva, como em exposição ou em trânsito”. (ABRACOR, 2010).

É importante salientar que a conservação preventiva trata de ações como a formação de ambientes estáveis e seguros, incluindo o acervo e as pessoas estão em contato constante com ele. Caldeira afirma que:

A Conservação Preventiva surgiu, solidamente como campo de trabalho e pesquisa científica, nos Estados Unidos, na década de 80 estabelecendo-se como atividade responsável por todas as ações tomadas para retardar a deterioração e prevenir danos aos bens culturais por meio da provisão de adequadas condições ambientais e humanas. (CALDEIRA, 2006, p.99).

Ressaltamos que a conservação preventiva era vista com muita descrença por parte dos conservadores, por acreditar-se que ela poderia ser executada por qualquer profissional sem uma formação específica, pela necessidade do deslocamento do individual para o coletivo e pela sua interdisciplinaridade. O conservador tem que interagir e escutar todas as áreas, não apenas a sua.

Já o diagnóstico é fundamental para preservação, pois: “O diagnóstico do estado de conservação das coleções facilita qualquer decisão que diz respeito à conservação das coleções de uma instituição” (ROMERO, 2005, p.46). Portanto, é através do diagnóstico que conseguimos avaliar o estado de uma peça ou de uma coleção.

O acervo bibliográfico deste espaço guarda não só a memória do IBCCF, mas também um traço de seu criador, Carlos Chagas Filho: um apaixonado pelo conhecimento. Dentre os 1406 livros que o EMCCF possui estão itens do acervo pessoal de Carlos Chagas Filho e também itens provenientes de doações de docentes e amigos do Instituto. Ao longo do tempo, alguns livros foram expostos a condições adversas e não adequadas de conservação as quais causaram expressiva deterioração em alguns exemplares.

Com o objetivo de salvaguardar esses livros para uma intervenção mais ativa no futuro, um projeto de conservação foi elaborado. Esse projeto foi dividido em duas etapas: 1) A primeira etapa será a de conceituação histórica do EMCCF, conservação de acervos bibliográficos, diagnóstico e mapeamento de danos (descritas abaixo) e 2) A segunda etapa será de conservação interventiva do acervo.

A partir de pesquisas feitas pela equipe do EMCCF para um projeto de gestão do acervo bibliográfico do museu, esse acervo foi classificado como Coleção Especial Carlos Chagas Filho, já que grande parte do acervo pertenceu a ele. Todo o acervo bibliográfico permaneceu no mesmo lugar por anos, na biblioteca do Carlos Chagas Filho, localizada na sua antiga sala, onde atualmente está o EMCCF. Trinta e dois livros que compõem o acervo passaram por uma inundação há alguns anos, devido à construção de um laboratório no andar superior que provocou a ruptura de uma tubulação. Os livros inundados foram separados e secados, mas nenhuma outra intervenção foi realizada.

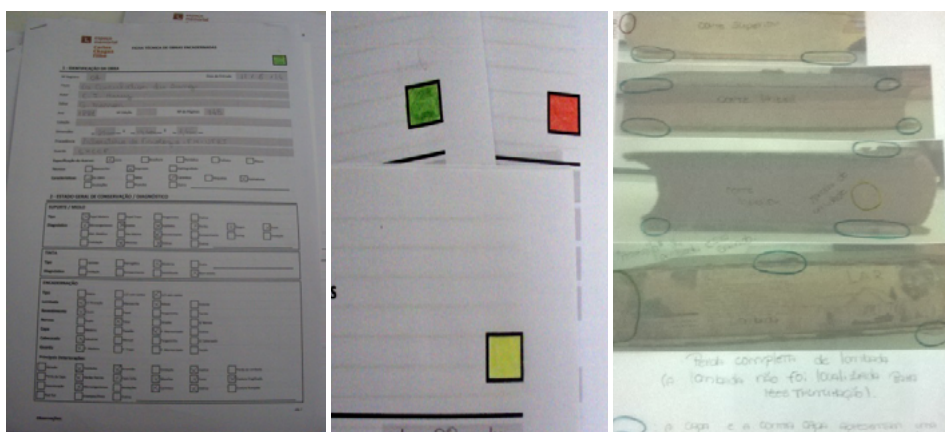


Figura 2 – Os 32 livros danificados do acervo. Foto das autoras (2014).

Os trinta e dois livros escolhidos permaneceram por anos no mesmo lugar, mas atualmente, estão na reserva técnica do EMCCF, criada em Maio de 2011. Essa reserva conta com estantes deslizantes e um espaço considerável para acondicionamento do acervo, mas ainda necessita de um mapeamento de controle das condições climáticas e de um controle de umidade relativa do ar e de temperatura.

No momento, o museu possui um projeto de compra do material necessário para iniciar esse mapeamento, e aguarda o retorno financeiro necessário para a execução do procedimento. Tanto os objetos quanto os livros foram incorporados ao acervo sem catalogação e sem nenhum processo de higienização específica, como por exemplo, limpeza com trincha ou pó de borracha. Com a chegada à equipe de estagiários da área de conservação, iniciou-se uma frutífera parceria com a professora Ana Paula, da Escola de Belas Artes da UFRJ com o objetivo de iniciar a estabilização do acervo bibliográfico para posterior intervenção.

Com a conceituação compreendida pela equipe, iniciou-se o processo de diagnóstico preliminar, porém nenhum teste químico foi realizado nessas obras. Para o diagnóstico, foi utilizada uma ficha simples e o preenchimento só foi realizado após o exame minucioso de cada obra. Após o preenchimento das fichas, cada livro foi fotografado em seis posições: frente, costa, lombada, corte superior, corte inferior e corte lateral. Com as fotografias feitas, montou-se o mapeamento de danos de cada livro, e através das fichas preenchidas e desses mapeamentos de danos, elaboramos uma tabela com os principais danos presentes no acervo.



Figuras 3, 4 e 5 - Etapas do diagnóstico dos livros: preenchimento da ficha, classificação por cores e mapeamento de danos. Fotos das autoras.

Como o objetivo imediato não é o de restaurar nenhuma obra, a recomendação sempre do nosso protocolo prevê higienização, oxigenação e acondicionamento dos itens.

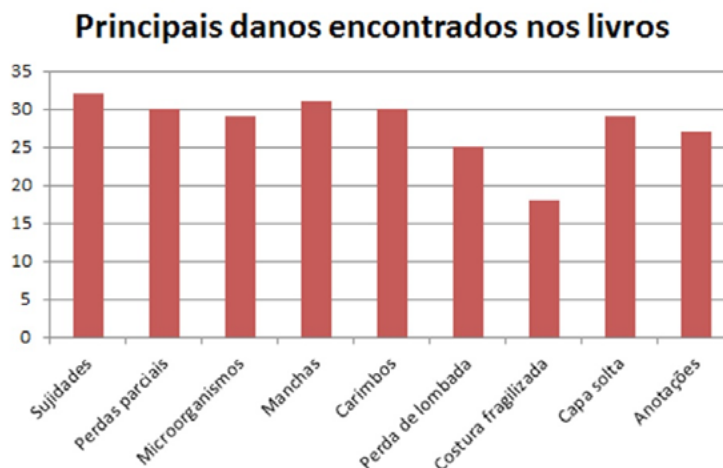


Figura 6 – Tabela dos danos encontrados nos livros

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas ações mostraram que, apesar da inundação e de problemas com o atual acondicionamento, os livros estão realmente estáveis e com poucos problemas aparentes. Uma higienização com trincha macia e um acondicionamento com materiais de qualidade arquivística serão suficientes para o acervo, lembrando também que, por se tratar de uma coleção, essa solução é a mais adequada para o momento.

Atendendo o que adverte a literatura especializada no campo da conservação e na legislação no âmbito dos museus, buscou-se com este trabalho, atender uma das principais funções do museu que é a preservação do seu acervo. Pois, a preservação de acervos de qualquer natureza/suporte não constitui um fim, uma ação em si mesma. Ela se relaciona com o patrimônio, com critérios de escolhas e com políticas de preservação e finalmente, com leis de proteção.

REFERÊNCIAS

Abracor. *Terminologia para definir a conservação do Patrimônio cultural tangível*. In: Conferência Triannual, XV edição, 2008, Nova Delhi. (Anais – Tradução ao português da Resolução adotada pelos membros do ICOM – CC).

Rio de Janeiro: ABRACOR – Boletim Eletrônico da Associação Brasileira dos Conservadores – Restauradores, 2010, número 1.

Caldeira, Cristina. Conservação Preventiva: Histórico, Revista CPC, volume 1, número 1, p. 91-102, 2005.

DOU. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 2014.

Faria, Anna Gabriela Pereira. Memória, Ciência e Universidade: um estudo sobre o Espaço Memorial Carlos Chagas Filho. 2013. 79 folhas. Tese (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) / Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Rio de Janeiro, 2013.

Granato, Marcus et al. Conservação de acervos. *Série MAST Colloquia*, volume 9, p. 5-13, 2007. Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados – INBCM. Resolução Normativa Número 02: 29 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/09/2014&jornal=1&pagina=14&totalArquivos=120>>. Acesso em: 25 Maio 2015.

ICOM. *Código de Ética do ICOM para Museus*. 2004.

Lino, Lucia Alves da Silva et al. Política de Preservação no âmbito do gerenciamento de Coleções Especiais: um estudo de caso no Museu de Astronomia e Ciências Afins. In: Encontro Nacional de Acervos Raros, sétima edição, 2006, Rio de Janeiro. (Proceedings). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2007. p. 59 – 76.

Ogden, Sherelyn. *A escolha de invólucros de qualidade arquivística para armazenagem de livros e documentos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; The Commission on Preservation & Access, 1997.

Ogden, Sherelyn. *A limpeza de livros e de prateleiras*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; The Commission on Preservation & Access, 1997.

Ogden, Sherelyn. *Métodos de armazenagem e práticas de manuseio*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; The Commission on Preservation & Access, 1997.

Padilha, Renata Cardozo. *Documentação Museológica e Gestão de Acervo*. Florianópolis: FCC Edições, 2014. Vol. 2

Romero, Hernández Pilar. *La Administración de Colecciones – Una Herramienta para la conservación de bienes culturales*. Cidade do México: Escuela Nacional de Conservación, Restauración y Museografía Manuel del Castillo Negrete; Instituto de Antropología e Historia, 2005.

Santiago, Mônica Cristina. *Conservação de documentos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

Viñas, Salvador Muñoz. *La Restauración Del Papel*. Madrid: Editorial Tecnos, 2010.

Zúñiga, Solange. Políticas públicas, vontade política e conscientização dos níveis decisórios para preservação, *Cadernos do CEOM - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina*, Ano 18, número 22, p. 231-255, 2005.

AFROBETIZAR – UMA POSSIBILIDADE DE AÇÃO EDUCATIVA A PARTIR DA AFIRMAÇÃO E FORTALECIMENTO DA NEGRITUDE EM COMUNIDADES

GESSICA JUSTINO
FRANK WILSON ROBERTO

Resumo: O presente artigo descreve o Afrobetizar, projeto de intervenção social realizado nas comunidades do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, localizadas na zona sul do Rio de Janeiro. Serão apresentadas as motivações que levaram à construção do mesmo, a contextualização da localidade e da comunidade e os caminhos metodológicos para as ações e alguns resultados alcançados até o presente momento.

Palavras-chave: ações afirmativas, identidade cultural e afro descendência.

Abstract: This article describes the Afrobetizar Project, social intervention project carried out in the communities of Cantagalo and Pavão-Pavãozinho, located in the southern part of Rio de Janeiro. We'll present the motivations that led to the building of it, the contextualization of the locality and the community and the methodological approaches to the actions and some results achieved to date.

Keywords: affirmative action, cultural identity and african descent.

INTRODUÇÃO

O projeto **Afrobetizar** surgiu nos diversos encontros com as crianças nos becos, nas festas, nas subidas e nas descidas do morro do Cantagalo. Foi encorajado e desafiado pelos sorrisos debochados e olhares de espanto da molecada. Era o começo de uma relação de espelhamento.

Afrobetizar, ao contrário de ser (só) uma neologia geradora de expectativas estereotipadas ligadas ao prefixo “afro”, tem por objetivo principal levar as pessoas ao reconhecimento e autoconhecimento de si a partir do que lhe é próprio, para se inserirem socialmente diante de uma condição de empoderamento de sua condição de cidadão.

Trata-se em específico de uma realidade carioca, mas presente também nos conglomerados urbanos brasileiros, onde a favela, segundo a escritora Maria Carolina de Jesus, é um “quarto de despejo” (JESUS, 1993). Assim como outras comunidades, o Cantagalo e Pavão Pavãozinho tem uma população composta em sua maioria por negros e nordestinos, associados diretamente à condição de problema social, condenados a carregar um estigma de cidadão à margem, ou como prefere Elias, *outsider* (ELIAS, 2000).

CONTEXTO E DISCUSSÃO

A favela do Cantagalo é uma das mais antigas da cidade, localizada numa das áreas mais nobres da Zona Sul, entre Copacabana e Ipanema. Pelo relato de alguns moradores, o local era um reduto de quilombolas vindos do interior de Minas Gerais e de outras regiões produtoras de Café. Estes se consolidaram na região que compreende o Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, denominado hoje de PPG (sigla que representa a junção territorial das duas comunidades). Anos depois, o local foi um ponto de resistência no momento em que as favelas da cidade foram avaliadas como área de risco e os moradores acabaram por ser removidos para a zona oeste do Rio de Janeiro. Esses locais desocupados acabaram nas mãos de grandes construtoras e se tornaram condomínios de luxo, edificações comerciais e grandes vias urbanas, em uma das áreas mais valorizadas como o entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Embora as remoções tenham alcançado seus objetivos em grande escala, o Cantagalo permaneceu, resistiu e continuou a expandir-se em números de moradores descendentes dos fundadores da comunidade, os negros quilombolas, e também as famílias oriundas dos estados nordestinos que chegavam em busca de melhoria de vida e trabalho.

Com o passar dos anos, essa presença negra, agente de uma cultura potente de manifestações artísticas populares como o samba e o jongo, se viu apartada e oprimida em sua condição favelada. Essa população tem se distanciado de uma consciência sociopolítica, pela necessidade de autoafirmação

que se viabiliza inicialmente por um recorte racial. “Pode ser tentador pensar na identidade, na era da globalização, como estando destinada a acabar num lugar ou noutro: ou retornando a suas “raízes” ou desaparecendo através da assimilação e da homogeneização” (HALL, 1992, p.24).

Faz-se necessário fomentar, nas crianças uma reflexão crítica sobre a situação do negro na sociedade. O Corpo como território de afirmação (da negritude) deixava de ser “meu” e torna-se do “outro”. É nele, o Corpo, onde são travadas as batalhas para a permanência no mundo. Era comum que as crianças se ofenderem uns aos outros tendo como xingamento termos como macaco, nariz de chapoca, cabelo duro e etc. Esse conflito acontece, segundo Hall (idem, p.24), pois: “em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, (...) que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais (...) cada vez mais comuns num mundo globalizado.”

O Afrobetizar foi virando uma proposta cuja intenção era proporcionar experiências onde se perceber negro passasse a ser associado à alegria, a algo positivo naturalmente. Era preciso alfabetizar a criança na negritude para que elas pudessem falar sobre suas vidas enquanto crianças negras com menos agressividade e mais carinho. Para tal, tínhamos ao nosso favor a Vontade de Fazer e a lei.

A LEI QUE “NÃO É LETRA MORTA”.

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

O grupo de educadores do projeto busca tornar evidente para os alunos que a tomada de consciência de cada indivíduo, a partir de seu papel enquanto cidadão ativo, pode fazer a diferença na sociedade e ampliar a perspectiva nas condições de vida das crianças. As atividades acontecem na sede do Museu de Favela (MUF) que funciona em um espaço cedido pela Paróquia Local. Esses

são parceiros que juntos entendem que a educação, ou melhor, a Afrobetização, é baseada no respeito e as diferenças são nossos agentes de integração onde ser diferente é SER.

Somos diferentes e ser igual é uma impossibilidade humana salvo a igualdade dos direitos à vida e de oportunidades de ser sem exclusão. Tendo em vista que a maior parte da população negra no Brasil nunca usufruiu desses direitos, Afrobetizar se faz preciso para mudança desse quadro social. Mais do que falar de negritude, essa forma de educar não é linear, não está nos padrões das escolas brasileiras e aplica em suas atividades o reconhecimento das inteligências múltiplas aliado à produção partilhada do conhecimento. Entendemos que todas as formas de expressão devem-se somar para a elaboração das aulas onde a criança é construtora e participante ativa, estabelecendo uma comunicação horizontal de valorização. As aulas de Danças Populares, Capoeira Angola e a brinquedoteca são interligadas a outros traços que caracterizam o Afrobetizar: Roda de bate papo, rima, leitura dramatizada, desenho e pintura, entre outras. Como protagonista de cada aula a própria criança dentro da sua realidade atual projeta sua realidade de ascensão futura, através da interação e estímulo ao protagonismo.

Algumas percepções são fundamentais para tomada de consciência dos participantes do projeto. Uma delas refere-se à própria atitude oficial e do senso comum em relação ao tema. Um exemplo que bem ilustra é o fato das escolas majoritariamente apresentarem-se como monocromáticas nas representações nos livros e histórias, apontando um nível de excludência. Se faz necessária uma ponte que supra as informações que não chegam através da escola. O Decreto-Lei nº11.645/2008 é um avanço significativo, no entanto a realidade é que há uma defasagem na formação da geração atuante de professores, além do material didático que carrega as informações necessárias chegarem nas escolas a lentos passos. A descompasso da aplicação efetiva desse novo paradigma metodológico e conceitual se potencializa mais por existir uma cobrança para que a lei seja respeitada ao mesmo tempo que faltam metodologias para aplicá-la.

Nesse ponto, as universidades têm um papel fundamental, pois podem fomentar essa discussão tanto nas ações curriculares através da criação e atualização de disciplinas e programas que atendam essa demanda, como em projetos de pesquisa e extensão que estreitem os espaços entre a universidade e a sociedade.

Como a necessidade do projeto era invocar experiências profundas e intensas, o principal meio foi provocar sensações com o corpo, trabalhar com corporeidade, não no sentido só do movimento de dança ou de capoeira e sim na capacidade

de ter consciência e acesso às possibilidades corporais. Isso leva as crianças a assumirem espaços nos quais tradicionalmente não estão inseridas, a terem poder de posicionamento político e responsabilidade social, ambiental e cultural.

Nos primeiros momentos do projeto, as crianças tinham rejeição à aparência dos educadores, diferentes do padrão já conhecido por elas. A equipe é composta por negros que cursaram ou estão na universidade realizando projetos de sucesso na vida, e tem como intuito trabalhar o protagonismo negro e inverter o processo histórico brasileiro que deprecia e minimiza a representatividade negra. Sendo os professores referências de um ideal comumente não alcançado por negros, desperta nas crianças outra perspectiva na vida.

A PROPOSTA METODOLÓGICA

A proposta metodológica era de que as aulas – ou vivências – não fossem verticalizadas e sim uma produção partilhada de conhecimento respeitando as inteligências múltiplas onde o educador propõe e também permite que a criança traga informações do seu cotidiano e insira na atividade. Essas vivências são preparadas para serem aplicadas de forma progressiva, de forma que seja flexível para essas intervenções. Partiu-se de temas que tem como ponto de partida algum elemento da realidade local e este é desdobrado para muitas possibilidades: Do funk chegamos no jongo, que levou a rima que ligou ao rap, que descobriu o repente. Do passinho ao frevo, que mixou com movimentações da capoeira... que de repente chega ao mineiro pau e conecta de novo com o passinho. Entre tudo isso o mais importante é que a transmissão dessas manifestações é calcada do contexto histórico pela qual cada uma foi criada e sua aproximação com a vida cotidiana de cada criança.

Lidar com experiências corporais é ativar um caminho infinito de emoções e questões psicológicas, por isso não nos foi só suficiente estar nas atividades. Pela percepção de aspectos ligados àquele cotidiano como *adultização* precoce, violência e miséria, concluiu-se que uma tarefa fundamental para esse processo era aproximar e incluir a família e a escola. A partir desse ponto, o roteiro diário de buscar cada criança nas suas casas criou a oportunidade de conversar com os pais para conhecer sua realidade de dentro, buscar soluções e principalmente nos tornamos parte da família. Esse elo de confiança foi extremamente importante. Por outro lado, temos em torno de 10 das 30 crianças que, por indisciplina, foram convidadas a se retirar da escola. No entanto, não

observamos nenhum comportamento em nossas atividades que justificasse o afastamento. Mesmo após visitar algumas escolas e conversar com diretoras e orientadoras educacionais, não obtivemos a presteza necessária. Será que a escola monocromática está pronta para flexibilizar o olhar e fluir de acordo com a realidade dos seus alunos?

RESULTADOS PRELIMINARES E PROJEÇÕES

Em dois anos de projeto o maior resultado não tem sido uma alta performance física nas atividades, mas principalmente a elevação da autoestima de cada criança, expansão do olhar para o mundo e de possibilidades de escolhas para o futuro. A aferição desse resultado não é calcada em um processo quantitativo, mas através da percepção da adesão, permanência e mudança de atitude dos jovens envolvidos.

Outro apontamento importante é a flexibilização e adequação da metodologia aos caminhos que vão sendo direcionados com o andamento real do projeto, solidificando na prática o que a teoria indica, criando uma via de retroalimentação. Nesse aspecto, o ganho maior é na formação contínua dos educadores envolvidos no projeto que, ao proporem mudanças, estão experimentando essas neles mesmos.

CONCLUSÕES

Com isso concluímos que não basta dizer que é bonito ser negro, contar histórias de heróis negros ou falar de um continente africano romantizado. Essas crianças precisam viver uma experiência sensorial no corpo, uma experimentação positiva para que interiorizem esse sentimento de valorizar a si e conseqüentemente a própria cultura. Entendemos que é importante que as crianças e jovens tenham contato com o que outros brasileiros semelhantes em identidade produzem como cultura e como isso é fundamental para o rompimento de uma condição marginal enquanto cidadãos. Mais do que uma condição individual, é primordial um sentimento coletivo de pertencimento a um coletivo que, no todo, compõe a tão exaltada nação brasileira.

“O Homem só é inteiro quando brinca e é somente quando brinca que ele existe na completa acepção da palavra Homem.”

REFERÊNCIAS

Elias, Norbert. Introdução. In: Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, Rio de Janeiro, Zahar 2000.

Hall, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, UFMG, 2013.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*, tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro, DP&A, 1992.

Jesus, Carolina Maria de. *Quarto de despejo – diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, Série Sinal Aberto, 1993.

Peres, Marta Simões. *Paratodos. Diversidade, dança e saúde*. in Ferraz, Wagner e Mozzini, Camila. *Estudos do corpo: encontros com arte e educação*. Porto Alegre: Indepin, 2013.

EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS DE UM PROJETO DE EXTENSÃO COM IDOSOS SOCIALMENTE VULNERÁVEIS

CLAUDIA REINOSO ARAUJO DE CARVALHO

SUELEN GEMAQUE PINHO

MARIANA VIANNA ZAQUIEU DA FONSECA

PALOMA VIANNA RIBEIRO VIEIRA

Resumo: A proposta deste artigo é relatar a experiência de um projeto de extensão do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro- SMDSRJ. O projeto atendeu idosos em situação de vulnerabilidade social, que perderam seus vínculos familiares e sociais e teve por objetivo resgatar suas histórias de vida de forma que estes pudessem aprimorar o desempenho de funções psicológicas e sociais, tais como: melhora da autoestima, integração e reconhecimento social, alívio de sentimentos negativos e o estabelecimento de uma perspectiva de futuro. Para tal foram realizados grupos terapêuticos utilizando diferentes atividades com o objetivo de gerar reflexões sobre o processo de envelhecimento. Neste artigo foi apresentado o projeto e discutidos os benefícios das ações do projeto para os idosos e o papel do mesmo na formação dos alunos. Conclui-se que as atividades realizadas facilitaram a comunicação entre os participantes e contribuíram para o resgate e a construção de novas relações interpessoais. Por outro lado, para os alunos e professores envolvidos, o projeto gerou um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, possibilitou a geração de novos saberes, além de ter sido uma oportunidade de estreitar os laços entre a universidade e a sociedade.

Palavras chave: Terapia Ocupacional, vulnerabilidade social, envelhecimento, educação superior, Gerontologia.

Abstract: The purpose of this paper is to report the experience of an extension project for the Degree in Occupational Therapy from Federal University of Rio de Janeiro-UFRJ, in collaboration with the Department of Social Development of the city of Rio de Janeiro. The project serves elders in socially vulnerable, who lost their family and social ties; main objective is to rescue the life stories of older people so that they can improve the performance of the psychological and social functions. For this therapeutic groups with different activities are performed in order to generate insights into the process of aging. This research describes the project, analysis of the proposed activities, the discussion of the net profit of the same and the contribution of the project in the education of students is presented. We conclude that the activities facilitate communication between elders and contribute participants in the rescue and building new relationships. Moreover, for students and teachers learning it generates, together with theoretical reflection, allows the generation of new knowledge as well as being an opportunity to strengthen ties between the university and society.

Keywords: Occupational Therapy; social vulnerability; aging; higher education, Gerontology.

INTRODUÇÃO

Os projetos de extensão universitária buscam oferecer aos estudantes campo para experimentação, compreensão, participação e exercício de ações que sejam compatíveis com seu momento de formação, possibilitando desta forma o desenvolvimento das habilidades e competências requeridas para atuação na área (UFRJ, 2015).

No que se refere à atenção aos idosos, a formação desenvolvida pelo Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFRJ tem procurado compartilhar conceitos, métodos e técnicas de avaliação e intervenção visando amparar a atuação do futuro profissional em distintas modalidades de atenção, entre elas a abordagem ao idoso em vulnerabilidade social, que experimenta a ruptura de seus vínculos familiares e sociais e muitas vezes encontram-se vivendo nas ruas ou abrigado em serviços de assistência social.

Embora alguns idosos consigam envelhecer mantendo bom nível de qualidade de vida, preservando sua autonomia e independência, muitos outros experimentam a inatividade, a diminuição de seu potencial cognitivo e criativo,

além de limitações na esfera social. Os idosos que por algum motivo encontram-se institucionalizados e os que já viveram nas ruas são os mais vulneráveis em tais aspectos (BROWN ET AL., 2013; DEL DUCA ET AL., 2012; FREITAS ET AL., 2010).

As intervenções psicossociais com grupos são uma ferramenta importante para o cuidado à população idosa e mostram-se capazes de auxiliar no enfrentamento dos desafios do envelhecimento e na descoberta de suas potencialidades (RABELO; NERI, 2013).

Oficinas terapêuticas e atividades grupais são estratégias de promoção da saúde que se tornaram populares e sua efetividade vem sendo reconhecida no meio científico (CAMPBELL; HA, 2009).

As ferramentas expressivas, verbais, plásticas e corporais utilizadas nas oficinas funcionam como elementos organizadores e estruturadores de um tipo de clínica, voltada para a produção de subjetividades e de novas possibilidades de existência. A experiência grupal gera reflexões acerca de valores, direitos e da própria relação com a coletividade. Os grupos para idosos são espaços que utilizam o diálogo e a comunicação como a base de suas atividades. São inúmeros os benefícios advindos da participação neste tipo de proposta de intervenção: trocas sociais, de experiências e dificuldades, aprendizagens, estímulo das capacidades cognitivas, apoio emocional (RABELO; NERI, 2013).

Projetos com atividades artísticas, aliados ao conhecimento em gerontologia mostram-se facilitadores para o estabelecimento de novas relações dos idosos com seu meio social, pois proporcionam possibilidades de ressignificação de sua experiência de envelhecimento através da criação plástica e estética (LIMA; SILVEIRA, 2009).

A utilização do processo de *revisão de vida*, é um potente e importante recurso a ser utilizado pelos terapeutas ocupacionais junto à população idosa. O trabalho com *revisão de vida* permite que a trajetória do indivíduo seja revivida, porém atualizada e moldada pelo que se é e pelo que faz sentido para a pessoa no presente (PEREZ; ALMEIDA, 2010).

O processo de revisão de vida é descrito como:

lembança intencional, estruturada em torno de eventos de transição e aplicada à avaliação de si mesmo e da própria existência, possibilitando resolver problemas antigos, dando novos significados a sua vida (PEREZ; ALMEIDA, 2010, p.225)

Nesta perspectiva foi desenvolvido o projeto de extensão intitulado “A Terapia Ocupacional no atendimento à idosos em situação de vulnerabilidade social. O uso de atividades auto-expressivas e da abordagem de revisão de vida como recurso terapêutico”.

O objetivo deste artigo foi relatar a experiência de docentes e alunos bolsistas do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro no referido projeto de extensão universitária e discutir seus resultados considerando a resposta dos idosos em relação às atividades propostas e o efeito desta ação de extensão na formação dos estudantes extensionistas.

O PROJETO DE EXTENSÃO

As ações do projeto foram realizadas no ano de 2014 por alunos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão – *PIBEX-UFRJ* e docente do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFRJ em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro (SMDS-RJ). Para sua implementação foi estabelecido o termo de cooperação técnica numero 08/003.806/2011.

O projeto foi desenvolvido em unidade da SMDS- RJ voltada para o atendimento a idosos, de ambos os sexos, independentes ou com algum tipo de dependência que perderam seus vínculos sociais e familiares e por esta razão encontravam-se abrigados provisoriamente na unidade. Grande parte dos idosos não possuía renda e vivia em situação de rua, muitos eram portadores de transtornos mentais, alguns eram usuários de drogas e álcool e alguns foram vítimas de negligência e maus tratos por parte dos familiares.

A equipe da unidade era constituída por assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais. Como não havia terapeuta ocupacional na equipe, o projeto era o que viabilizava o contato dos idosos com os profissionais desta área e, portanto, foi um meio de divulgação da Terapia Ocupacional na área social.

A proposta envolveu o resgate de história de vida dos idosos de forma que estes pudessem aprimorar o desempenho de funções psicológicas e sociais, das quais se destacaram: melhora da autoestima, cumprimento de papéis sociais, integração e reconhecimento social; alívio de sentimentos negativos e o estabelecimento de uma perspectiva de futuro.

Outros objetivos foram o estímulo das funções cognitivas (incluindo a atenção, a concentração e a memória), da criatividade, da iniciativa e da orientação

espaço-temporal e a criação de ambiente de acolhimento aos idosos por meio da construção de vínculos com docentes e discentes do curso de Terapia Ocupacional.

Foram realizados grupos terapêuticos ocupacionais com os idosos, utilizando como recurso terapêutico as atividades expressivas de diversas naturezas aliadas à abordagem de revisão de vida (PEREZ; ALMEIDA, 2010).

O interacionismo simbólico tendo como referência o sociólogo canadense Erving Goffman constituiu um importante referencial teórico para a abordagem do grupo. Na perspectiva teórica do **interacionismo simbólico**, o foco se concentra nos processos de interação social que ocorrem entre indivíduos ou grupos, mediados por relações simbólicas. O ser humano age com relação às coisas (objetos, outras pessoas e tudo o mais que se encontra no seu cotidiano...) informado pelos sentidos que elas têm para ele, preocupando-se em transmitir certas impressões aos outros e tentando compreender a intenção dos atos dos outros (GOFFMAN, 1982).

As atividades propostas funcionaram como disparadoras dos temas abordados em cada encontro, que eram relacionados aos ciclos de vida, tais como: “infância”, “juventude”, “vida adulta” e “envelhecimento”. O foco do projeto era compreender como se deu a história de vida destes idosos, privilegiando suas narrativas.

A ambiência (atenção ao espaço físico que inclui ainda a acessibilidade) faz parte da atenção terapêutica ocupacional e foi um aspecto também trabalhado no projeto. As intervenções no ambiente compreenderam a reorganização da mobília de forma a prevenir quedas e facilitar a mobilidade dos idosos, a decoração dos espaços antes impessoais e também a decoração temática: festa junina e natal por exemplo.

OS BENEFÍCIOS DAS ATIVIDADES PROPOSTAS PARA OS IDOSOS

Um resultado positivo que pareceu, em grande parte, ser produto das intervenções grupais foi o desenvolvimento das vivências afetivas manifestadas através da preocupação com o outro, dado que não percebíamos anteriormente. No início da intervenção era observado que os idosos conversavam pouco entre si. Ao longo do tempo, percebemos que, em grupo, os idosos se comunicavam com mais clareza e procuravam se ajudar.

As atividades mais aceitas pelos idosos foram as mais simples e que envolveram a construção de produtos de uso pessoal, tais como a confecção de

carteiras, cachecóis de lã e pinturas em camisetas. Por outro lado, atividades complexas e que exigiram continuidade foram as menos aceitas. Estas demandavam atenção e estímulos frequentes e nem sempre obtiveram o êxito desejado. O plantio de mudas de rosas, atividade proposta com o intuito de, além dos objetivos psicossociais, favorecer a ambiência do local e propiciar um espaço mais acolhedor, não obteve o êxito desejado por ter exigido cuidados diários que os idosos nem sempre conseguiram manter.

Algumas atividades foram especialmente efetivas no sentido de facilitar a formação de relações interpessoais e ao mesmo tempo propiciar um ambiente mais humanizado e acolhedor, como por exemplo: a confecção de quadros e a construção de mural com fotos.

O uso da fotografia como recurso terapêutico foi importante, pois permitiu resgatar uma experiência já vivida, tornando-se um instrumento relevante na busca da identidade e na criação de vínculos. As fotos muitas vezes permitiram lembrar outros idosos que já não estavam na unidade por terem sido transferidos para outras instituições, o que gerou lembranças e vivências afetivas. O uso do recurso fotográfico auxiliou na construção da relação entre o grupo, pois enquanto analisavam as fotografias, os idosos quase sempre compartilhavam momentos onde relembavam pessoas e ocasiões importantes. As atividades realizadas durante o projeto tiveram a função, de ser tornarem significativas para os idosos. O uso de fotografias foi bastante efetivo no que se referiu aos objetivos do projeto.

Atividades com diferentes etapas possibilitaram maior adesão, pois, permitiram aos que possuíam mais dificuldades, o envolvimento nas etapas mais simples, não deixando de participar e, ao mesmo tempo, por exigirem mais comunicação entre os participantes e decisões coletivas, trabalharam a escuta e a tolerância diante da dificuldade do outro.

No decorrer das atividades propostas foi observado um predomínio dos idosos do sexo masculino, cabendo destacar aqui, que eles foram a maioria no local.

As principais narrativas recorrentes no grupo diziam respeito ao abandono, ao desejo de voltar às ruas ou de ser abrigado em local definitivo. Outros temas frequentes foram os referentes às atividades laborais desenvolvidas no passado, onde se observava, com muita frequência, relatos acerca da fragilidade dos vínculos formais de trabalho e inconstância nos empregos. A religiosidade foi também um tema prevalente.

O PROJETO DE EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS

Desde o início do projeto os alunos foram envolvidos em grupo de estudos referentes às temáticas de envelhecimento, grupo, técnica de revisão de vida, humanização em saúde, pesquisa-intervenção e atividades auto expressivas em Terapia Ocupacional.

Foi realizada supervisão semanal com os alunos bolsistas para debate e reflexão das atividades que foram desenvolvidas, mediante orientação e estudo com base em textos nos temas de Gerontologia, Ciências Sociais e Terapia Ocupacional. Os encontros de supervisão eram percebidos como um momento de troca de percepções, dúvidas e inquietudes e se configuravam em uma experiência de ganho duplo: Se por um lado os alunos adquiriram novos saberes e habilidades com a imersão direta naquele espaço social, por outro garantiram uma melhor formação que poderá ser convertida em uma prática futura mais eficaz.

Os alunos bolsistas do projeto contribuíram com a disciplina Terapia Ocupacional em Gerontologia. A referida disciplina, ofertada aos alunos do sexto período do Curso de Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é composta de quatro unidades de aprendizagem, a saber: Envelhecimento Normal; Políticas Públicas de Atenção aos Idosos; Principais doenças prevalentes na população idosa e suas implicações para a Terapia Ocupacional e Serviços e possibilidades de atuação em Terapia Ocupacional em Gerontologia. Os alunos envolvidos com o projeto ministraram uma aula na disciplina sobre a atuação da Terapia Ocupacional com idosos no contexto do Sistema Único de Assistência Social- SUAS. A aula foi também uma forma de divulgar o projeto e despertar o interesse de outros alunos para a temática.

Durante e após o período de realização do projeto seus resultados parciais e finais converteram-se em produção científica elaborada pelos alunos e apresentada em jornadas, congressos, artigos e outros meios de divulgação dos produtos acadêmicos.

CONCLUSÃO

As atividades realizadas no projeto contribuíram para o resgate e a construção de novas relações interpessoais, facilitaram o relacionamento e a comunicação entre os participantes. Além disso, os idosos foram encorajados a romper

barreiras relacionadas à autoestima, motivação e auto expressão, e também estimulados a desenvolver a potencialidade de suas funções cognitivas.

O projeto de extensão aqui apresentado constituiu uma oportunidade ímpar de estreitar o relacionamento entre a universidade e a sociedade, na medida em que este se apresentou como uma via de mão dupla na qual a comunidade acadêmica teve a oportunidade de aplicar seus conhecimentos em benefício da sociedade. No retorno à universidade, os docentes e discentes envolvidos trouxeram um aprendizado que submetido à reflexão teórica se acrescentou aquele conhecimento, possibilitando a geração de novos saberes.

REFERÊNCIAS

Brown, Rebecca; Dan, Kiely; Bharel, Monica; Mitchell, Susan L. Factors associated with geriatric syndromes in older homeless adults, *J Health Care Poor Underserved*, v. 24 n. 2, pp. 456-68, 2013.

Del Duca, Giovani Firpo; Silva, Shana Ginar da; Santos, Iná; Hallal, Pedro C. Indicadores da institucionalização de idosos: estudo de casos e controles. *Rev. Saúde Pública*; v 46 n 1, pp.147-53, 2012.

Freitas, Maria Célia de ; Queiroz Terezinha Almeida; Sousa, Jacy Aurélia Vieira de. O significado da velhice e da experiência de envelhecer para os idosos. *Rev. Esc Enferm USP*, v 44n2, pp.407-12, 2010.

Goffman, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Ingersoll-Dayton, Berit, Campbell, Ruth ; Ha, Jung-Hwa. Enhancing forgiveness: a group intervention for the elderly. *J Gerontolo Soc Work*, v 52 n 1, pp.02-16, 2009.

Lima, Leonardo Jose Costa; Silveira, Nadia Dumara Ruiz. Visões sobre o envelhecer: o distanciamento e a proximidade da velhice com a grande cidade. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 20, n. 3, pp. 171-179, set./ dez. 2009.

Perez, Marina Picazzio; Almeida, Maria Helena Morgani. O processo de revisão de vida em grupo como recurso terapêutico para idosos em Terapia Ocupacional. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 21, n. 3, p. 223-229, set./dez. 2010.

Rabelo, Dóris Firmino; Neri, Anita Liberalesso. Intervenções psicossociais com grupos de idosos. *Revista Kairós Gerontologia*, v. 16 n.6, pp.43-63. 2013.

Universidade Federal Do Rio De Janeiro. Pró-reitoria de extensão. Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas. Disponível em: < <http://www.pr5.ufrj.br/index.php/o-que-e-extensao/conceito> >. Acesso em: 16, ago 2015.

PREVALÊNCIA E CARACTERIZAÇÃO DE FORAME NO OSSO ESTERNO HUMANO

ANA CRISTINA SILVA REBELO

JOÃO ROBERTO DA MATA

FABIANA RIBEIRO DA MATA

PAULO CÉSAR MOREIRA

AUGUSTO CESAR RIBEIRO FIGUEIREDO

ARTHUR FERREIRA DO VALE

Resumo: O osso esterno é uma área de frequentes variações anatômicas podendo ser observadas a partir de diferentes métodos tais como ossos secos, imagens e autopsias e a presença deste forame tem sido associada a possíveis riscos em diversas atividades clínicas. Foram avaliados 28 ossos esternos de gêneros indeterminados, selecionados de forma aleatória, do acervo do ossuário do Departamento de Morfologia da Universidade Federal de Goiás. Os achados foram documentados fotograficamente e os dados foram tabelados e comparados com os descritos da literatura. O material foi manuseado para verificação da presença do forame esternal, aferiu-se o diâmetro longitudinal (vertical) e transversal (horizontal) dos forames presentes e descrição de suas características. Quanto à análise dos dados, o resultado global foi expresso por frequência e percentual de ossos com variações anatômicas do forame. A dimensão longitudinal do forame esternal apresentou-se com variação de 0,3 até 0,9cm, com tamanho médio de 0,65cm, sendo este valor inferior a 1,1cm já registrado. Já os diâmetros transversais apresentaram o tamanho médio de 0,53cm, se assemelhando a outros registros. O forame esternal se apresentou principalmente nos formatos arredondados e ovalado, com percentagem ligeiramente superior a já relatada, o que reforça a descrição do osso esternal como área anatômica de frequente variação, e reitera os cuidados adicionais nos procedimentos médicos que envolva a área esternal.

Palavras-Chave: morfologia, forame esternal, acupuntura.

Abstract: The sternum is an area of frequent anatomical variations and can be observed from different methods such as dry bones, images and autopsies and the presence of the foramen has been associated with possible risks in various clinical activities. We evaluated 28 Sterna bones of indeterminate gender, randomly selected, the acquis of the ossuary of the Department of Morphology of the Federal University of Goiás The findings were documented photographically and data were tabulated and compared to those described in literature. The material was handled for the presence of sternal foramen, has measured up the longitudinal diameter (vertical) and transverse (horizontal) foramina present and description of its features. The analysis of the data, the overall result was expressed by frequency and percentage of bones with anatomical variations of the foramen. The longitudinal dimension of the sternal foramen presented with change of 0.3 to 0,9cm, with an average size 0,65cm (Table 1), which is of less than 1.1 cm on record. Since the transverse diameter showed the average size of 0,53cm, resembling other records. The sternal foramen is mainly presented in the round and oval shapes, with a slightly higher percentage ever reported, which reinforces the description of the sternal bone as an anatomical area of frequent variation, and reinter additional care in medical procedures involving the sternal area.

Keywords: morphology, sternal foramen, acupuncture

INTRODUÇÃO

Este estudo é fruto de um projeto de extensão intitulado “A Comunidade vai à UFG” que atende a comunidade na qual a Universidade está inserida, o qual propicia meios de amenizar a deficiência da rede de ensino pública e privada do estado de Goiás de laboratórios de morfologia com acervo museológico de peças anatômicas humanas e de animais fixadas e dissecadas. Oportuniza aos alunos das áreas não biológicas da Universidade Federal de Goiás (UFG) o contato com os conhecimentos da morfofisiologia humana e animal.

Este projeto teve origem a partir da experiência de docentes que durante as aulas práticas observavam as dúvidas frequentes da comunidade interna e externa à UFG em relação ao grande número de variações anatômicas, dessa forma o objetivo geral dessa pesquisa foi demonstrar a prevalência e caracterização do forame esternal em ossos humanos a fim de correlacioná-las com estudos clínicos e antropológicos de maneira a facilitar o processo de ensino e

aprendizagem na área de Morfologia, especialmente durante as aulas de osteologia ministradas aos cursos das áreas de Ciências Biológicas e da Saúde na UFG. Este trabalho envolveu todos os pesquisadores já citados como autores e foi desenvolvido durante oito meses contando com recursos próprios do Departamento de Morfologia da UFG.

O osso esterno é uma área de frequentes variações anatômicas podendo ser observadas a partir de diferentes métodos tais como ossos secos, imagens e autopsias (Goodman, et al., 1983; Yekeler, et al., 2006; Silva, et al. 2010). Tais variações surgem devido à fusão incompleta do manúbrio, corpo e do processo xifóide originando o forame esternal (Babinski, 2005; Hekcer, et al., 2005; Silva, et al. 2010; Chandrakanth, et al., 2012).

O forame esternal é uma variação anatômica que tem sido bem descrito nos aspectos morfológicos (Cooper et al., 1988; Williams et al., 1996; Paraskevas et al., 2015), risco de utilização inadequada na prática da acupuntura (Chen, 1995) e as complicações da punção através do forame (Kirchgatterer et al., 2000; Babinski et al., 2012).

A presença deste forame tem sido associada a possíveis riscos na atividade da clínica envolvendo infecções pós-cirurgia cardíaca (Colombier, et al., 2013, Dohmen, 2014, Mustafa et al., 2014); maior risco de fratura, principalmente se associado a quadros de osteoporose (Huang, et al., 2012), além de diminuir a resistência da caixa torácica e conseqüentemente maior risco de traumas nos órgãos vitais (Faisham, et al., 2012; Okui, et al., 2014; Demondion et al., 2014).

A presença desta variação prescinde a cuidados, sobretudo na punção de medula óssea assim como na prática de acupuntura (Yamamura, et al., 1996; Fokin, 2000; Hecker, et al., 2005; Babinski, 2005; Barlas, 2010; Lemos et al., 2008; Silva, et al. 2010), uma vez que o forame esternal apresenta-se clinicamente assintomático e a negligência quanto a possibilidade de existência desta variação anatômica. A introdução inadvertida da agulha pelo forame esternal com dano cardíaco que pode ser extremamente grave levando a complicações como pneumotórax durante a intervenção acupunturística (Saccheri, et al., 2012; Gossone, 2013).

MATERIAL E MÉTODOS

Foi conduzido um estudo do tipo série de casos, baseado no estudo anatômico de 28 ossos esternos de gêneros indeterminados do acervo do osuário

do Departamento de Morfologia da Universidade Federal de Goiás. O processo de amostragem foi do tipo não probabilístico por conveniência, ou seja, selecionados de forma aleatória por ser mais facilmente acessível, rápido e menos oneroso. O material foi manuseado para verificação da presença do forame esternal, aferindo-se o diâmetro longitudinal (vertical) e transversal (horizontal) e a descrição de suas características. Os dados foram armazenados em planilhas e ao término da pesquisa foram analisados pelo Programa Estatístico SPSS (Statistical Package for Social Science), versão 15.0. Para análise dos dados utilizamos apenas a análise descritiva. Foram elaboradas tabelas de frequência absoluta de ossos com variações anatômicas do forame.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os forames esternais ocorreram mais frequentemente no corpo do esterno (figura 1), e em um dos esternos o forame esteve presente concomitantemente no corpo e no processo xifoide. Tanto a presença, assim como as dimensões destes forames devem ser efetivamente caracterizadas, pois procedimentos nesta área anatômica podem estar associados à possíveis riscos na atividade clínica (Colombier, et al., 2013, Dohmen, 2014, Mustafa et al., 2014). Dos 28 ossos esternos avaliados, 21,4% (6) apresentaram forame esternal, percentagem superior aos relatos de 7,7% (McCormick, 1981), de 14,3% (Yamamura, et al., 1996) e 18,3% (Paraskevas et al., 2015).

McCormick (1981) avaliou em uma amostra de 25 cadáveres, uma prevalência de 7,7% sempre no corpo inferior do esterno observados a partir de um sistema de raio-x. Essas variações anatômicas foram sempre única, geralmente oval a circular e variou de diâmetro de 3 a 18 mm. Já Paraskevas et al., encontraram 27,3% dos indivíduos com um único forame esternal no corpo do esterno, enquanto em 45,5% do esternos apresentaram forames esternal múltiplos (no processo xifoide e no corpo do esterno). Este trabalho não avaliou a variável gênero, mas há registros de que o forame pode ser encontrado em torno de 9% dos homens e em aproximadamente 4% das mulheres (Halvorsen, et al., 1995). Por outro lado, estudos por imagens de tomografia computadorizada apontam de 4,5% (Yekeler, et al., 2006) a 10% de presença do forame esternal (Goodman, et al., 1983), e em radiografias ocorrem 6,7% dos casos avaliados com maior prevalência em negros (Moore, et al., 1988).



Figura 1. Partes de quatro ossos esternos exibindo forames esternais no corpo do osso e ausência no osso esterno da direita.

A dimensão longitudinal do forame esternal apresentou-se com variação de 0,3 até 0,9cm, com tamanho médio de 0,65cm (Tabela 1), sendo este valor inferior a 1,1cm já registrado (Silva et al., 2010). Já os diâmetros transversais apresentaram o tamanho médio de 0,53cm, se assemelhando a outros registros (Silva et al., 2010).

TABELA 1– Demonstração da localização e das mensurações dos diâmetros longitudinais e transversais dos forames esternais em humanos.

Número do Osso	Localização	Diâmetro Longitudinal/cm	Diâmetro Transversal/cm
1	Corpo	0,9	0,7
2	Corpo	0,6	0,4
3	Corpo	0,3	0,3
4	Corpo	0,4	0,4
5	Processo xifóide	0,4	0,5
6*	Corpo	0,6	0,5
	Processo xifóide	0,7	0,4
Valores Médios		0,65	0,53

* forames no corpo e processo xifóide do mesmo osso.

Fonte: Banco de dados da pesquisa

No esterno com forames concomitantes no corpo e processo xifóide, ambos os forames apresentaram diâmetros longitudinais maiores que os transversais.

Os forames presentes no processo xifóide, apresentaram maior diâmetro longitudinal no osso número 6 e diâmetro transversal mais avantajado no osso número 5 (Tabela 1). Os forames esternais quando presentes no corpo do esterno, ocorreram no seu terço inferior (Figuras 1 e 2A). Os forames esternais, ocorreram sob a forma arredondada (Tabela 1- osso numero 3), ovalada (Tabela 1 - osso numero 1) ou expressões se aproximando destas apresentações, tanto no corpo (Figura 1), quanto corpo e no processo xifóide (Figura 2A), assim como também apenas no processo xifóide (figura 2B).



Figura 2A



Figura 2B

Figura 2A: Esternos de esqueleto articulado com a presença de dois e 2B: forames esternais.

A ocorrência do forame esternal encontrados, coaduna com a apresentação do osso esterno como uma área anatômica de frequentes variações anatômicas (Babinski, 2005; Hekcer, et al., 2005; Lemos et al., 2008; Silva, et al. 2010; Gossonne, 2013). Deste modo, este estudo ratifica os cuidados adicionais na clínica da acupuntura (Hekcer, et al., 2005; Barlas, 2010) e na punção esternal (Babinski, 2005) considerando sempre a possibilidade da ocorrência do forame esternal.

Torna-se necessário que durante a formação do profissional da saúde, este seja alertado quanto a vigilância na abordagem de procedimentos invasivos

na área esternal, pois a presença de forames neste osso é uma variável, por vezes não detectada mesmo por métodos radiográficos, e que não pode ser descartada. Todavia, o uso de imagem é fator que minimiza o risco de complicações (Gossone, 2013). Os dados encontrados ratificam outros registros (Saccheri, et al., 2012), quanto aos procedimentos acupunturais, a introdução da agulha mais superficial e com inclinação de superior para inferior ou de modo inverso, evitando aprofundamento e verticalidade da agulha durante a sua introdução no ponto de acupuntura.

CONCLUSÕES

O forame esternal se caracterizou principalmente nos formatos arredondados e ovalado, com percentagem ligeiramente superior a já relatada, o que reforça a descrição do osso esternal como área anatômica de frequente variação. O conhecimento das variações anatômica do forame esternal é fundamental, devido a sua grande prevalência, e reintera ao profissional da saúde os cuidados adicionais na realização de procedimentos médicos que envolva a área esternal, visto que até mesmo usando os métodos de diagnóstico por imagem, a presença do forame esternal, nem sempre é patente.

REFERÊNCIAS

- BABINSKI, Marcio Antonio. A presença do forame esternal anômalo e a prática de acupuntura no meridiano extra. *Fisiot Brasil*, 6(1): 71-74, 2005.
- BARLAS, Panos. Skeleton with foramen sternale. *Acupunct Med*, 28(2):62, 2010.
- CHANDRAKANTH, H.V et al. Estimation of age from human sternum: an autopsy study on a sample from South India. *Int J Legal Med*, 126(6): 863-8, 2012.
- colombier, Sebastian et al. Influence of deep sternal wound infection on long-term survival after cardiac surgery. *Med Sci Monit*, 19: 668-73, 2013.
- DEMONDION, Pierre et al. Sternal replacement with a custom-made titanium plate after resection of a solitary breast cancer metastasis. *Interact Cardiovasc Thorac Surg*, 18(1): 145-7, 2014.
- DOHMEN, Pascal. Post-sternotomy mediastinitis after cardiac surgery. *Med Sci Monit*, 20: 59-60, 2014.
- FAISHAM, Wan Ismail et al. Resection and reconstruction of malignant tumor involving sternum. *Med J Malaysia*, 67(2): 224-5, 2012.

- Fokin Andrey et al. Cleft sternum and sternal foramen. *Chest Surg Clin North Am*, 10:261-276, 2000.
- Goodman Lawrence et al. Computed tomography of the normal sternum. *AJR*, 141:219-223,1983.
- GOSSONE, Johannes. Relationship of sternal foramina to vital structures of the chest: a computed tomographic study. *Anat Res Int*, 2013:780193, 2013.
- Halvorsen Tor et al. Fatal cardiac tamponade after acupuncture through congenital sternal foramen. *Lancet*, 345(8958):1175, 1995.
- Hecker Hans-Ulrich et al. *Practice of Acupuncture*. Stuttgart: Thieme, 2005.
- HUANG, Zhao. Sternal insufficiency fractures of post-menopausal women: retrospective analysis of 17 cases. *Chin Med Sci J*, 27(2): 101-5, 2012.
- LAURIN, Louis Philippe; JOBIN, Vicente; BELLEMARE, François. Sternum length and rib cage dimensions compared with bodily proportions in adults with cystic fibrosis. *Can Respir J*. 19(3): 196-200, 2012.
- LEMOS, Leandro et al. Tomografia computadorizada de tórax revela malformação esternal incomum em mulher jovem: relato de caso. *Acta Scientiae Medica_On line*, 1(2): 90-95, 2008
- MUSTAFA, Ammar et al. Late presentation of a deep sternal wound infection and left breast abscess. *J Wound Care*. 23(2 Suppl): S23-5, 2014.
- okui, Masayuki et al. Resection and reconstruction of sternum. *Kyobu Geka*, 67(1): 38-43, 2014
- PANDIT, Sudipta et al. A rare case of sternal erosion due to bronchogenic carcinoma. *Ethiop J Health Sci*, 24(1): 89-92, 2014.
- SACCHERI, Paola et al. A keyhole-shaped sternal defect in an ancient human skeleton. *Surg Radiol Anat*, 34(10): 965-8, 2012.
- SILVA, Laila Pereira et al. Presença do Forame Esternal em Ossos Secos. *V Simpósio de Pesquisa IX SEMIC*, 2010.
- Yamamura Yukie et al. Forames esternais e os pontos de acupuntura VC-17 (Shanzhong) e VC-16 (Zhongting) do canal curioso Ren Mai. *Rev Paul*, 2: 29-33,1996.
- Yekeler Ensar et al. Frequency of Sternal Variations and Anomalies Evaluated by MDCT. *AJR*, 186: 956-960, 2006.
- PARASKEVAS, George et al. Sternal foramina: incidence in Greek population, anatomy and clinical considerations. *Surg Radiol Anat*, 2015 Jan 1.
- COOPER, Peter et al. Development and morphology of the sternal foramen. *Am. J. Forensic. Med. Pathol*, 9(4):342-7, 1988.
- HENRY, Gray et al. Gray: Anatomia. 37th ed. *Guanabara Koogan*, Rio de Janeiro, 1996.
- Chen, Eachou. Cross sectional Anatomy of points. *Churchill Livingstone*, Edinburgh, 1995.

KIRCHGATTERER, Andreas et al. Cardiac tamponade following acupuncture. *Chest*, 117(5):1510-1, 2000.

BABINSKI, Marcio et al. High Prevalence of Sternal Foramen: Quantitative, Anatomical Analysis and its Clinical Implications in Acupuncture Practice. *Int. J. Morphol*, 30(3):1042-1049, 2012.

FERRAMENTA PRÁTICA E MULTIDISCIPLINAR DE APRENDIZAGEM - CURSO DE DISSECÇÃO ANATÔMICA

DAVI FARIAS PEREIRA

PEDRO DUCATTI DE OLIVEIRA E SILVA

RENATA COSTA BARBOSA

TATIANA DE SOUSA FIUZA¹

Resumo: A dissecação tem sido a ferramenta central de ensino na maioria das universidades durante gerações, em que estudantes dos cursos da área de saúde aprendem os princípios básicos de construção do corpo humano. Objetivou-se descrever as atividades, a aplicabilidade e importância do Curso de Dissecção Anatômica no Departamento de Morfologia (DMORF) da Universidade Federal de Goiás (UFG) para os profissionais da área da saúde, alunos internos e externos à UFG. Com esse intuito realizou-se um estudo transversal quantitativo, com base em dados secundários, a partir da análise de fichas de matrícula, publicações e avaliação do curso. O curso gerou a publicação de trabalhos científicos em congressos regionais, nacionais e internacionais; contribuiu para o conhecimento na formação anatômica, para estudantes de diferentes instituições de ensino, no melhoramento do desempenho de profissionais da área da saúde em suas atividades, logo, melhorando a qualidade do cuidado em saúde. O Curso de Dissecção se estabeleceu como uma excelente oportunidade para capacitar alunos de outras instituições e da UFG e profissionais da área de saúde, levando ao aprimoramento dos conhecimentos anatômicos, das habilidades manuais e do uso de instrumentos cirúrgicos, na iniciação científica, além de produzir peças anatômicas para o estudo da anatomia.

Palavras-chave: dissecação anatômica, extensão universitária, multidisciplinariedade.

¹ Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO, Professora Doutora do Instituto de Ciências Biológicas III, tatianaanatomia@gmail.com.

Abstract: Dissection has been a main tool of anatomy teaching in the majority of universities through generations, in which Health Science students learn the basic principles of human body construction. The aim of this study was to describe the activities, applicability and importance of the Anatomical Dissection Course on the Department of Morphology (DMORF), Federal University of Goiás (UFG), to health care professionals, internal and external undergraduate students of UFG. A transversal quantitative study was performed, based on secondary data from application forms, publications and evaluation questionnaires. The course has developed publication of scientific papers and presentations at regional, national and international congresses; contributed to the knowledge on anatomical formation to students of different educational institutions, to the improvement of the healthcare professional performance in their activities, therefore improving the quality of health care. The dissection course has established itself as an excellent opportunity to train students from other institutions and UFG and health professionals, leading to enhancement of anatomical knowledge. The Anatomical Dissection Course has become a great opportunity to enable students from UFG and other universities and health care professionals on the field of anatomy, leading to increase in anatomical knowledge, manual and surgical skills, scientific production, in addition to produce anatomical pieces for studying purposes.

Keywords: anatomical dissection, university extension, multidisciplinary

INTRODUÇÃO

Herófilo da Calcedônia foi o primeiro homem que ousou dissecar um cadáver humano, concretizando o desejo de muitos anatomistas. O colaborador de Herófilo, Erasístrato de Quios (290 a.C.), também dissecou cadáveres humanos, a partir daí houve um impulso nas atividades científicas relacionadas à anatomia. Desde então, houve muitos avanços, inclusive no meio artístico, principalmente com Leonardo da Vinci, que estudava anatomia com a finalidade de buscar a perfeição em suas formas artísticas, por isso acreditava que a verdade anatômica só poderia ser atingida na mesa de dissecação (CHAGAS, 2001; GARDNER, 1988).

Observa-se que o desejo natural de conhecimento e as necessidades vitais levaram o homem, desde a pré-história, a interessar-se pela anatomia. Hoje, o adequado conhecimento da anatomia humana é condição *sine qua non* na área da saúde, crucial para um aprendizado de excelência, e o ato de dissecar

se estabelece como uma estratégia prática e dinâmica de ensino, proporcionando uma base pedagógica na construção do conhecimento dos estudantes (GRAY, 1988; MOORE et al., 2007).

Pode-se dividir a anatomia, didaticamente, em normal e patológica. A anatomia humana se define como normal quando estuda o corpo humano em condições de saúde, e como patológica ao interessar-se pelo organismo afetado por anomalias ou processos mórbidos. É através da dissecação anatômica e de outras técnicas adjacentes que se consegue estabelecer isto, além de permitir visualizar, analisar e estudar cada parte do corpo humano (RUPP, 2000; WINKELMANN, 2007).

A dissecação tem sido a ferramenta central de ensino na maioria das universidades durante gerações, em que estudantes dos cursos da área de saúde aprendem os princípios básicos de formação do corpo humano. Nos últimos anos, a relevância da dissecação foi tema de discussão em diferentes universidades devido à dificuldade de obtenção de cadáveres, ao alto custo e problemas de redução da carga horária da disciplina de anatomia humana nas diferentes instituições de ensino. Logo, durante os últimos anos várias universidades têm abandonado a dissecação.

Tendo em vista a redução da carga horária da disciplina de Anatomia Humana para os cursos da área de saúde, à falta de peças anatômicas em muitas Instituições de ensino, a retirada da dissecação das aulas práticas e a uma frequente procura por alunos internos e externos à UFG e profissionais de diversas áreas da saúde que desejam aprender a dissecar surgiu o “Curso de Dissecação Anatômica no Departamento de Morfologia (DMORF) como uma opção para interessados em desenvolver essa prática. Somando-se a isto, se observa a crescente necessidade de preparar material anatômico visando melhorar a qualidade do ensino de anatomia para alunos de graduação no DMORF, de cursos e de palestras ministrados para a comunidade externa.

Objetivou-se descrever quantitativamente os dados relacionados ao Curso de Dissecação Anatômica do Departamento de Morfologia da Universidade Federal de Goiás (UFG) quanto à sua influência nos quesitos ensino, pesquisa e extensão, dando maior enfoque à grande abrangência do curso no quesito extensão universitária; verificando a aplicabilidade e importância do curso na capacitação, formação e aprimoramento de profissionais da área de saúde, alunos externos e internos à UFG, as atividades de dissecação de cadáveres realizadas de 2008 a 2012 e os produtos gerados.

O presente trabalho é um estudo descritivo, transversal e quantitativo, com base em dados secundários, do Curso de Dissecção Anatômica do Departamento de Morfologia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Foram realizadas análise de fichas de matrícula, levantamento das publicações científicas proporcionadas pelo curso e aplicados questionários de avaliação a alunos e ex-alunos do Curso de Dissecção.

Foram aplicados questionários a 40 alunos e ex-alunos participantes do curso e utilizados os dados da ficha de matrícula dos 70 alunos que participaram do curso entre 2008 e 2012. Por meio dos questionários, perguntou-se aos alunos quanto: ao tempo que haviam feito o curso; como o avaliava; se o curso havia contribuído para aumentar seus conhecimentos anatômicos e no desenvolvimento das habilidades manuais; se ele acrescentou na formação acadêmica para a prática na área da saúde, se o curso instigava a uma especialização na área; se realizou algum trabalho científico e que tipo de produção. Com relação à atuação profissional, se considera que o curso contribuiu com o interesse para a docência em Anatomia, dissecção, prática cirúrgica, pesquisa ou outras atividades; e, por fim, se indicariam a sua realização a outro colega.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Curso de Dissecção da UFG é um projeto de extensão criado em 2008, após a reforma curricular e a retirada da prática da dissecção da disciplina de Anatomia Humana das disciplinas de Anatomia. Consiste em três módulos (um por semestre), com carga horária de 3 horas semanais, essencialmente práticos, onde o aluno disseca peças anatômicas humanas e correlaciona a região dissecada com patologias diversas, procedimentos clínicos e cirúrgicos, e, após a experiência apresenta-a em um evento científico.

No período de 2008 a 2012, o curso teve um total de 70 alunos participantes de diversos cursos: Medicina (74,3%), Farmácia (10%), Fisioterapia (7,14%), Nutrição (4,3%), Biologia (1,43%), Enfermagem (1,43%) e técnicos (1,43%). Desse total, 87,14% são discentes da UFG e 12,88% são de outras universidades. O curso gerou a apresentação e publicação de trabalhos em eventos regionais, nacionais e internacionais. Contou com a orientação de quatro docentes de Anatomia Humana.

Cerca de 80% dos entrevistados fizeram em média de seis a doze meses de curso. Todos relataram que o curso de dissecção contribuiu de forma

expressiva no aumento de seus conhecimentos sobre anatomia humana e que indicam o curso a outro colega. 45% dos estudantes afirmaram que o curso ampliou seus interesses por uma possível prática cirúrgica. Dois dos entrevistados afirmaram que o curso além de estimular o estudo, mostra a anatomia de modo mais interessante, despertando maior interesse na disciplina.

De acordo com Pontinha e Soeiro (20014) e Costa et al.(2012) a anatomia continua a ser uma das bases da formação de profissionais da área da saúde, neste sentido destaca-se a importância de manter o cadáver nos laboratórios como forma de viabilizar a aquisição de conhecimentos técnicos e científicos. A dissecação constitui uma metodologia de ensino com potencialidades únicas, pois ela é dotada de realismo e humanidade. Apesar de ser uma metodologia de ensino que exige tempo e grande consumidora de recursos econômicos, a dissecação cadavérica permite que o aluno e ou profissional da área de saúde desenvolva a sua capacidade de observação, de destreza manual, e confronta-o com dilemas de natureza ético-social que o obrigam a adotar uma postura responsável face ao outro (LEMPP, 2005). Embora não haja consenso, o uso de cadáveres para o ensino de anatomia e habilidades cirúrgicas na graduação e pós-graduação tem sua importância quando de sua utilização no treinamento de estudantes de graduação, bem como de médicos residentes das áreas cirúrgicas e também de anatomia patológica e medicina forense (POCHAT et al., 2011). Nem as mudanças culturais, as avançadas tecnologias e as novas tendências em educação em saúde conseguiram que a dissecação deixasse de ser uma parte muito valiosa e integral do ensino em Anatomia (ANYANWU et al., 2011), afinal, o estudo direto nos tecidos, órgãos e outras estruturas do corpo é de grande significado. Por mais sofisticado que seja um programa de computador, ele ainda se mantém bidimensional (FAZAN, 2011).

A dissecação tem sido recomendada no ensino de anatomia por vários autores nos trabalhos científicos da área e se faz útil no ensino na formação dos profissionais da saúde. O aluno adquire esse conhecimento por meio da resolução de problemas no laboratório, o que desenvolve o hábito de raciocínio da prática clínica e as habilidades de raciocínio espacial necessárias para entender simulações de computador, de interpretar dados de imagem e de interagir com os cirurgiões, radiologistas, pacientes e familiares. A dissecação também desenvolve habilidades manuais com instrumentação cirúrgica. Tais aspectos são objetivados e alcançados nos cursos, devido à satisfação dos participantes. Além disso, o número reduzido de vagas permite um acompanhamento

individualizado por parte dos professores, maximizando o aprendizado (MCLACHLAN; PATTEN, 2006).

Além disso, este projeto de extensão viabilizou a produção de novas peças anatômicas para o laboratório de aulas práticas, conforme se observa nas Figuras 1, 2 e 3, permitindo ministrar aulas e palestras com maior qualidade para os alunos da UFG, alunos do ensino médio (que visitam o DMORF) e profissionais da área de saúde que aprofundam seus estudos no DMORF (projeto dos egressos). De acordo com Piazza e Chassot (2012) o problema da falta de acesso às peças cadavéricas bem dissecadas é uma das causas de evasão e exclusão na disciplina de Anatomia Humana em cursos da área da saúde, logo o curso de dissecação também contribui com aumento do interesse pela disciplina.

O presente trabalho somado ao que já foi afirmado por outros autores, como Fornaziero et al. (2010), recrudescer a ideia da evidente importância de existir projetos de extensão universitária tanto para a universidade contribuindo para a formação dos discentes quanto para a comunidade contribuindo para a construção do conhecimento, favorecendo o desenvolvimento social e intelectual tanto na universidade quanto na comunidade.

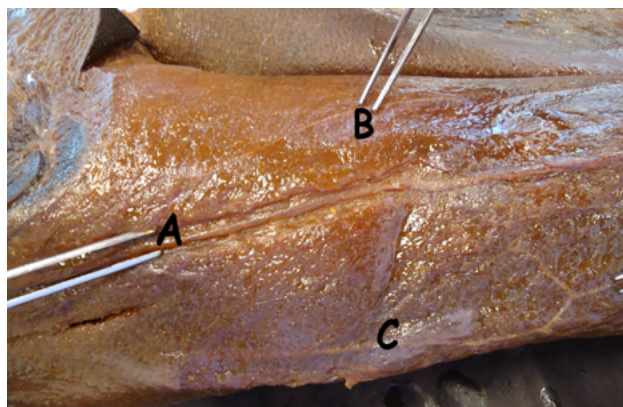


Figura 1: Veia safena magna e veia acessória na coxa. (A) V. safena magna. (B) V. acessória. (C) Tributária. Fonte: autores do artigo

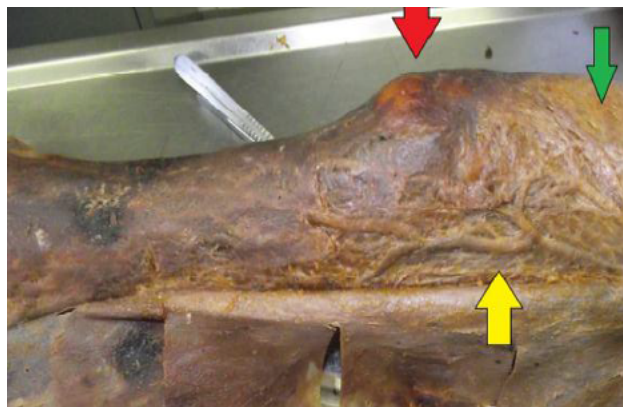


Figura 2: Dissecção de uma perna com um calo ósseo. Observa-se o calo ósseo (seta vermelha), a veia safena magna e suas tributárias (seta amarela) e as veias geniculares superficiais (seta verde). Fonte: autores do artigo

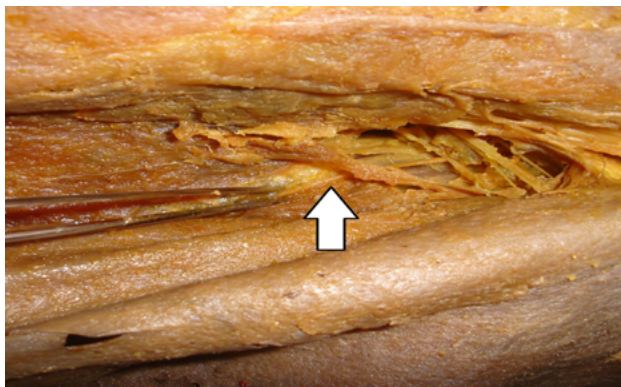


Figura 3: Região axilar (vista anterior). Seta branca – nervo torácico longo. Fonte: autores do artigo.

CONCLUSÃO

O Curso de Dissecção Anatômica se estabeleceu como uma excelente oportunidade multidisciplinar no aprimoramento dos conhecimentos anatômicos, das habilidades manuais e do uso de instrumentos cirúrgicos, na iniciação científica, além de ser uma ação de extensão que visa capacitar alunos externos à UFG, profissionais da área da saúde e de produzir peças anatômicas de qualidade para o ensino da anatomia para alunos de graduação da UFG, e também para cursos à alunos do ensino médio. O curso é uma excelente estratégia na socialização do conhecimento na busca de maior integração da Universidade com a comunidade.

REFERÊNCIAS

- ANYANWU, G. E.; Udemezue, O. O.; Obikili, E. N. Dark age of sourcing cadavers in developing countries: a nigerian survey. *Clinical Anatomy*. v.24, p. 831-6, 2011.
- CHAGAS, Juarez. *Cadáver desconhecido – importância histórica e acadêmica para o estudo da anatomia humana*. 2001. 137 folhas. Tese de Mestrado em Morfologia – Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2001.
- COSTA, Gilliene Batista Ferreira da et al. O Cadáver no Ensino da Anatomia Humana: uma Visão Metodológica e Bioética. *Revista Brasileira de Educação Médica*. v. 36, n. 3, p.: 369-73, 2012.
- FAZAN, Valéria Paula Sassoli. Métodos de ensino em anatomia: dissecação versus prosectção. *O Anatomista*. v.1, n. 2, p. 7-11, 2011.
- FORNAZIERO, Célia Cristina et al. O ensino da Anatomia Humana: Integração do Corpo Humano e Meio Ambiente. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v.34, n. 2 p. 290-7, 2010.

- GARDNER, Ernest. *Métodos de Dissecção*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- GRAY, Henry. *Anatomia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- LEMPPE, Heidi K. Perceptions of dissection by students in one medical school: beyond learning about anatomy. A qualitative study. *Medical Education*. v.39, p. 318–25, 2005.
- MCLACHLAN, John C.; Patten, Debra. Anatomy teaching: ghosts of the past, present and future. *Medical Education*. v. 40, p.: 243–53, 2006.
- MOORE, Keith L. et al. *Anatomia Orientada para Clínica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- PIAZZA, Bruno Luis; Chassot, Attico Inácio. Anatomia Humana, uma disciplina que causa evasão e exclusão: quando a hipótese principal não se confirma. *Ciência em Movimento*. v. XIV, n. 28, p. 45-59, 2012.
- POCHAT, Victor Diniz et al. Atividades de dissecação de cadáveres e residência médica: relato da experiência do Serviço de Cirurgia Plástica do Hospital Universitário Professor Edgard Santos da Universidade Federal da Bahia. *Revista Brasileira de Cirurgia Plástica*. v.26, n. 4 p. 561-5, 2011.
- PONTINHA, Carlos Marques & Soeiro, Cristina. A dissecação como ferramenta pedagógica no ensino da Anatomia em Portugal. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. v. 18, n. 48, p. 165-75, 2014.
- RUPP, Jan C. C. The Anatomical Renaissance: The Resurrection of the Anatomical Projects of the Ancients, *Canadian Journal of History*, v. 35, n. 1, p. 121-122, 2000.
- Winkelmann, Andreas. Anatomical dissection as a teaching method in medical school: a review of the evidence, *Medical Education*. v. 41, n. 1, p.15-22, 2007.

VIVÊNCIAS ARTÍSTICAS DE UMA FARMACÊUTICA: A ARTE E SUAS INTERFACES

NATHALIE DE LOURDES SOUZA DEWULF¹

Resumo: A arte está presente em nosso cotidiano de diversas formas e nem sempre a percebemos. Com o objetivo de discutir algumas interfaces que a arte possui em nosso cotidiano, foi realizada a exposição “Vivência artística de uma farmacêutica: a arte e suas interfaces”, que, por meio de quadros que abordassem os temas, foram apresentadas ideias e discussões por meio de textos expostos junto aos quadros, que compilados, resultaram neste artigo. A arte realiza interfaces com diversas áreas, como a educação, podendo proporcionar o desenvolvimento de valores, gosto pelo trabalho e habilidades com a linguagem, além do desenvolvimento do pensamento crítico. Pensamento este necessário para ciência, sendo esta uma das relações que a arte tem potencial em realizar, podendo também se apresentar de forma complementar. Em relação ao paciente, a arte possui diversas formas de se relacionar, promovendo o bem estar ou mesmo fazendo parte do processo de cura. Além de poder ser uma ferramenta para facilitar a discussão ou auxiliar na prática da humanização do atendimento ao paciente. Assim, observa-se que a arte está presente em nosso cotidiano, de diferentes formas essenciais.

Palavras-chave: Arte, Educação, Saúde, Humanização.

Abstract: The art is present in our daily lives in many ways and not always realized. In order to discuss some arts and interfaces in our daily lives, the exhibition was held: “Artistic Experience of a Pharmaceutical: the art and their interfaces,” which were presented by tables that addressed the issues, ideas and discussions, were presented through texts exposed along the boards, that compiled resulted in this article. Art performs interfaces with several areas, such as education, can lead to both values, like the work and

¹ Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Goiás, Brasil. Professora Doutora da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Goiás. E-mail: nlsdewulf@ufg.br

skills with the language, and the development of critical thinking. Which is necessary to science, one relations that art has the potential to perform, and can also be presented in a complementary way. In relation to the patient, the art has many ways of relating, promoting wellness or even part of the healing process. In addition, one relation is to being a tool to facilitate discussion or assist in the humanization practice of patient care. Thus, it is observed that art is present in our daily lives, in different essential shapes.

Keywords: Art, Education, Health, Humanization.

INTRODUÇÃO

*Tudo que é verdadeiro deve se transformar,
e somente o que se transforma permanece
verdadeiro.*

C. G. Jung

A arte está presente em no cotidiano de diversas formas e nem sempre é percebida. Ela pode ser observada em diferentes etapas, tanto como no início de alguns projetos, considerando o processo de criação, como na composição de atitudes e vivências dos indivíduos. A arte também pode encontrar-se inserida no cotidiano de forma estética, ou ainda formativa. Assim, a arte pode apresentar-se no cotidiano em diversas interfaces, dialogando com a educação e a formação, proporcionando o desenvolvimento da criatividade, da transmissão de ideias e pensamentos, bem como auxiliando no autoconhecimento e no bem estar do ser humano.

Porém, quando se fala em arte em suas diversas interfaces, deve-se contextualizar e compreender o que é chamado de *arte*. Esta é uma tarefa difícil, pois diversos são os conceitos e contextos em que ela é interpretada. Para alguns, a arte pode ser entendida como a compreensão do trabalho realizado e a relatividade da beleza estética (GOMBRICH, 1999). Em outros casos, a arte é conceituada como “expressão” e, desta forma, além da forma estética, considera-se também a subjetividade, a influência do psíquico e do imaginário do indivíduo (READ, 2001). Ainda, a arte pode ser considerada como a captação permanente do *movimento*, do *gosto*, e das *ideias* da época (CIORNAI, 2004). Dentro dos diferentes conceitos de arte existentes e pela diversidade de vivências que tive a oportunidade de experimentar, utilizo, como base para discussão, o conceito mais amplo, que Read (2001) e Ciornai (2004) apresentam.

DESENVOLVIMENTO E REFLEXÕES

Perante as diversas possibilidades de interface que a arte pode proporcionar, este texto tem a intenção de trazer à luz, discussões acerca da arte e suas relações, apresentadas por meio da exposição “Vivência artística de uma farmacêutica: a arte e suas interfaces”, resultado do projeto de extensão realizado de 01 à 18 de abril de 2008 na Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo (FCFRP-USP). Assim, pude apresentar outra forma de produção que desenvolvi ao longo de meu envolvimento com a arte e com a ciência, e considerando o contexto em que estou inserida. Apresentarei algumas das inúmeras reflexões possíveis acerca da relação da arte com a educação, com a terapia e com a ciência.

Talvez o início haja sido o dia em que minha mãe permitiu-me pintar a parede da garagem com cores extraídas de folhas, flores ou qualquer outro material, que me proporcionassem uma imagem, uma expressão. Desta forma, havia a liberdade de expressão, porém, aprendendo a respeitar delimitações de espaço. Nas escolas, tive a oportunidade de trabalhar com diferentes formas de arte. Porém, as aulas especificamente de pintura iniciaram aos 12 anos de idade, obtendo a formação básica com o artista plástico Israel de Tarso, em Pouso Alegre-MG. Assim, o meu primeiro quadro foi o “Eu quero uma casa no campo” (Imagem 1). Continuei os meus estudos em Ribeirão Preto-SP, com a artista plástica Luciane Strambi Frenhi (Ane Frenhi), com a qual, em uma segunda etapa, iniciou-se um trabalho maior de criação (Imagem 2). Portanto, a relação da arte com a educação foi um tema sempre presente ao longo de minha vida.

A arte associada à educação demonstra-se essencial na infância e no decorrer de toda a vida adulta do ser humano. A arte poderá contribuir de forma individual e coletiva, principalmente em três diferentes frentes. Primeiramente, na valorização do *trabalho*: a arte é expressão do espírito e por meio do desenvolvimento de aspectos subjetivos e da imaginação, o indivíduo poderá aprender o significado da satisfação e do prazer no trabalho. Além disso, a arte significa *linguagem*, uma vez que o estudo da arte também auxilia na coordenação da expressão sob a forma requerida de linguagem. A arte também significa *valores*, pois trabalha com o passado e o presente, trazendo à discussão os valores obtidos a partir dos fatos ocorridos e dos esforços humanos. Considerando-se que a arte envolve também a emoção do indivíduo, o aprendizado de todos esses aspectos é essencialmente assimilado (NAEA, 2007; NATHAN, 2008; READ, 2001).



Imagem 1: Título “Eu quero uma casa no campo”, autoria de Nathalie Dewulf, com técnica de Acrílico sobre tela, tamanho original 40x30cm, ano de produção 1991.

Fonte: autor.

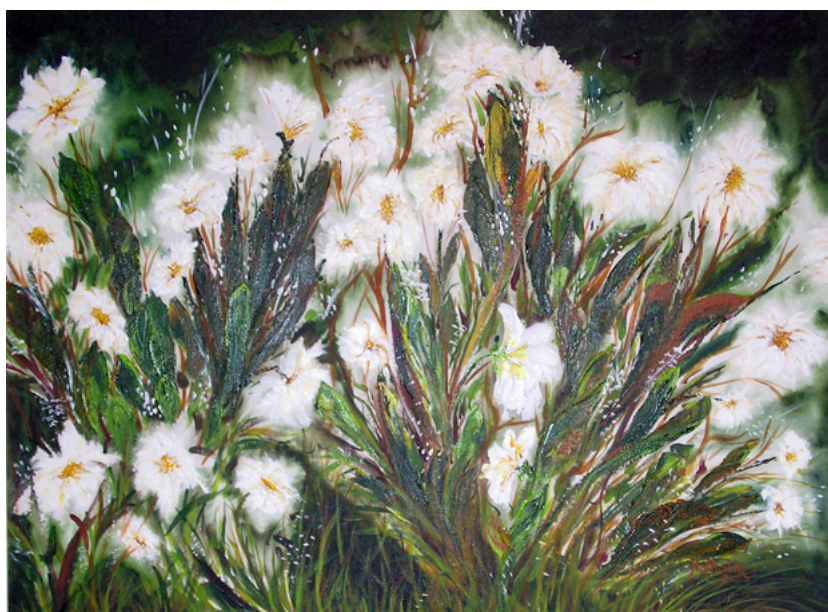


Imagem 2: Título “Presente de liberdade”, autoria de Nathalie Dewulf, com técnica de Acrílico sobre tela, tamanho original 80X60cm, ano de produção 2003.

Fonte: autor.

Para fins de um breve resgate cultural, registro uma viagem realizada à Bélgica, país de origem de meus ascendentes, em 1997. Em visita ao museu “*In Flanders Fields Museum*”, pude perceber uma das íntimas relações da arte com o sofrimento. A papoula tornou-se símbolo da I Guerra Mundial devido ao

poema “*In Flanders Fields*” (1915) escrito por John McCrae (1872 - 1918). McCrae foi oficial médico e escreveu o poema em homenagem ao amigo e aluno que morreu no campo de batalha (In Flanders Fields Museum, 2008). O combate ocorria em campos repletos de papoilas, característicos da Bélgica, e todo esse cenário ficou registrado no poema. Assim, a arte, por meio do poema, mantém vivo o fato e nos mantém conscientes de nossa história (Imagem 3).

In Flanders Fields

*In Flanders fields the poppies blow
Between the crosses, row on row,
That mark our place; and in the sky
The larks, still bravely singing, fly
Scarce heard amid the guns below.*

*We are the Dead. Short days ago
We lived, felt dawn, saw sunset glow
Loved and were loved, and now we lie
In Flanders fields.*

*Take up our quarrel with the foe:
To you from failing hands, we throw
The torch—Be yours to hold it high!
If ye break faith with us who die
We shall not sleep, though poppies grow
In Flanders fields.”*

John McCrae

Nos campos de Flandres

*Nos campos de Flandres
as papoilas estão florescendo entre as cruces
que em fileiras e mais fileiras assinalam
nosso lugar; no céu as cotovias voam
e continuam a cantar heroicamente,
e mal se ouve o seu canto entre os tiros cá em baixo.*

*Somos os mortos... Ainda há poucos dias, vivos,
ah! nós amávamos, nós éramos amados;
sentíamos a aurora e víamos o poente
a rebrilhar, e agora eis-nos todos deitados
nos campos de Flandres.*

*Continuai a lutar contra o nosso inimigo;
nossa mão vacilante atira-vos o archote:
mantende-o no alto. Que, se a nossa fé trairdes,
nós, que morremos, não poderemos dormir,
ainda mesmo que floresçam as papoilas
nos campos de Flandres.*



Imagem 3: Título “Flanders fields”, autoria de Nathalie Dewulf, com técnica de Acrílico sobre tela, tamanho original 120X60cm, ano de produção 2003.

Fonte: Autor.

Dependendo de nossas crenças e de nossa formação, é possível interpretar um mesmo fato de diferentes formas. Olhar os fatos por diversos ângulos pode nos ajudar a perceber outras verdades ou a adquirir novos conhecimentos. Ainda em reflexão ao poema “*In Flanders Fields*” e ao fato histórico relacionado, o desenho “*Ypres*” (cidade na Bélgica) (Imagem 4), baseado em uma foto tirada durante o curso de fotografia com o Prof. Carlos de Araújo Arantes (USP, Campus Ribeirão Preto), tem esta representação. Na imagem, pode-se observar a lateral do Portal de Menin, memorial construído em homenagem aos soldados britânicos e aos colaboradores que lutaram na I Guerra Mundial e que não possuem túmulo conhecido. No entanto, além do portal, podemos distinguir dois elementos: uma pequena parte da cidade de Ypres, e a muralha que ainda hoje cerca a cidade, e nos remete à época medieval, período de grande prosperidade da cidade.



Imagem 4: Título “Portal de Menin”, autoria de Nathalie Dewulf, com técnica de Grafite sobre papel canson, tamanho original 21X30cm, ano de produção 2003.

Fonte: autor.

Foram então, surgindo experiências que, junto com o conhecimento, permite desfrutar as diferenças e as descobertas. Segundo Saviani (2004, p. 69), “A arte propicia esta abertura para o experimento, o qual o profissional não deverá permitir que se perca e, ao mesmo tempo, deve tirar proveito e valorizar cada momento: é um despertar de possibilidades”. Após a realização do curso de “cores” com Anne Frenhi, surgiu a flor “Brincando com as cores”

(Imagem 5), em que foram aplicadas, entre outros, o conceito de “composição das cores” e o de “cores complementares”.



Imagem 5: Título “Brincando com as cores”, autoria de Nathalie Dewulf, com técnica de Acrílico sobre papel canson, tamanho original 16X24cm, ano de produção 2004.

Fonte: autor.

Cada indivíduo é diferente, possui características únicas, provenientes de suas heranças genéticas e de suas vivências. Essas características representam um grande valor tanto para o próprio indivíduo como para a comunidade em que está inserido. Esta singularidade na forma de ver, pensar, inventar, pode constituir um benefício para a humanidade. Porém, isolada, pode perder sua capacidade de transformação. Assim, percebe-se a importância de se valorizar as diferenças de cada indivíduo, contudo sem se prescindir da integração, ou seja, da reconciliação entre a singularidade individual e a unidade social (READ, 2001; SAVIANI, 2004). Nesse contexto, trago uma experiência de trabalho em equipe, que viabilizou a conciliação entre o meu ser e a unidade social.

O trabalho em equipe permite otimizar a realização de uma tarefa, por meio da administração de diferentes competências. O mosaico “Homenagem ao matrimônio”, elaborado a esse fim, foi confeccionada a duas mãos,

juntamente com a artesã Sthell Campos. O mosaico foi criado com base em uma tradição belga, a de se registrar datas importantes em pratos de cerâmica. O desenho base para o mosaico com a imagem de Nossa Senhora de Fátima está representado na Imagem 6, enquanto a obra final está na Imagem 7.



Imagem 6: Esboço de “Homenagem ao matrimônio”, autoria de Nathalie Dewulf, com técnica de Grafite em madeira, tamanho original de 25cm de raio, ano de produção 2006.

Fonte: Autor.



Imagem 7: Título “Homenagem ao matrimônio”, autoria de Nathalie Dewulf e Stell Campos, com técnica de Mosaico, tamanho original 25cm de raio, ano de produção 2006.

Fonte: Autor.

Em outro momento, deparei-me com a arte terapia. O primeiro contato ocorreu na Oficina de Bonecas com a psicopedagoga Lilian de Almeida Pereira B. Sá. Esta prática utiliza uma abordagem terapêutica fundamentada na Pedagogia Waldorf, que foi elaborada pelo filósofo austríaco Rudolf Steiner (1861-1925). Segundo Ciornai (2004, p.9):

...arte terapeutas funcionam como guias, facilitadores e companheiros de busca, sugerindo experimentos que possam ajudar e revelar realidades interiores e descobrir novos caminhos e direções, acreditando que as pessoas podem ser agentes da própria saúde e de seus processos de crescimento, encontrando sentidos que lhes sejam pessoalmente relevantes e significativos em seus trabalhos e criações.

A arteterapia pode seguir diversas escolas, como a escola Gestalt e a filosofia de Rudolf Steiner, como também seguir um dos processos de compreensão do subconsciente descrito por Carl Gustav Jung (1875-1961). No Brasil, a arteterapia possui um grande marco: 1946, ano em que a psiquiatra Nise da Silveira (1906-1999) fundou a Seção de Terapêutica Ocupacional no antigo Centro Psiquiátrico Nacional (Rio de Janeiro-RJ) e começou a inserir a arteterapia no tratamento dos pacientes psiquiátricos (MUSEU DE IMAGENS DO INCONSCIENTE, 2008; PHILIPPINI, 2004).

Uma das técnicas bastante utilizada pelo psiquiatra suíço Carl G. Jung era a mandala. Em sânscrito, “mandala” significa “centro”, “circunferência” ou “círculo”. Jung associava a mandala com o *Self*, o centro da personalidade como o todo. Acreditava que, pelo uso da mandala, desenvolviam-se o impulso natural para vivenciarmos nosso potencial, e o padrão da nossa personalidade integral. Assim, o *arquétipo*, meios de expressão de uma realidade universal, de ordem, de integração e de plenitude psíquica, ao serem expressos e contados, produzem efeitos profundos que induzem a experiências transformadoras e até a autocura (FINCHER, 1991; MOACANIN, 1986). A mandala pode ser usada como apoio visual para se atingir estados mentais desejáveis. Na Europa, algumas catedrais góticas trazem-na à entrada, como um labirinto circular desenhado nos ladrilhos do piso. Estas mandalas em forma de labirinto representaria a peregrinação à cidade santa de Jerusalém (FINCHER, 1991; MOACANIN, 1986). Assim, veio a série de mandalas, uma delas representada pela Imagem 8.



Imagem 8: Título “Labirinto país”, autoria de Nathalie Dewulf, com técnica de Acrílico sobre tela, tamanho original 40X40cm, ano de produção 2004. Fonte: Autor.

Resgatando a singularidade do indivíduo, trago a imagem “As cores do ciclo da sociedade” (Imagem 9). Esta é uma imagem que idealiza a relação social entre as pessoas. Cada indivíduo possui semelhanças, porém, possuem também características únicas, suas cores que não se repetem em nenhum outro no quadro. Apesar disso, convivem de forma harmônica e unida. Segundo a psicopedagoga Lílian A. P. B. de Sá, esta imagem esteve presente em seu pensamento, durante a elaboração do texto “O sagrado na educação” que posteriormente foi publicado no jornal “Peregrino das letras: Informação, Cultura e Livre Expressão”. A imagem foi-lhe cedida para a ilustração do texto.



Imagem 9: Título “As cores do ciclo da sociedade”, autoria de Nathalie Dewulf, com técnica de Acrílico aquarelado sobre tela, tamanho original 20X20cm, ano de produção 2006. Fonte: Autor.

A arte, mesmo que por simples manifestações, é capaz de mudar a qualidade da estadia de um paciente no ambiente hospitalar. Como exemplo, relato brevemente a experiência ocorrida durante a internação de um familiar. No início da internação, a abordagem do tratamento pelos profissionais de saúde tinha como foco apenas a doença. A partir do momento em que um pequeno elemento, um porta-retratos com a pintura “Lavanda” (Imagem 10) foi colocado no quarto, a abordagem passou a incluir e a resgatar um aspecto da história pessoal da paciente, o que nitidamente auxiliou em desenvolver o seu bem-estar. O ponto central dos diálogos passou da “doença” ao “indivíduo”, sem detrimento da qualidade dos procedimentos realizados. Neste pequeno exemplo, ressalto o valor da humanização, que segundo o Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar (BRASIL, 2002, p. 12):

...é garantir à palavra a sua dignidade ética. Ou seja, para que o sofrimento humano e as percepções de dor ou de prazer sejam humanizados, é preciso que as palavras que o sujeito expressa sejam reconhecidas pelo outro. É preciso, ainda, que esse sujeito ouça, do outro, palavras de seu reconhecimento. É pela linguagem que fazemos as descobertas de meios pessoais de comunicação com o outro. Sem isso, nos desumanizamos reciprocamente. Em resumo: sem comunicação, não há humanização. A humanização depende da nossa capacidade de falar e de ouvir, depende do diálogo com nossos semelhantes.

Além de auxiliar no tratamento do indivíduo, a arte também pode proporcionar o bem estar do paciente no próprio local de internação, a partir de uma visão humanística. Nesse contexto, podem ser criados espaços propícios para a reflexão e para se estabelecer alianças com a sociedade, por meio de: “brinquedotecas”, bibliotecas circulantes, contadores de histórias, recreacionistas, música, entre outros recursos (MASETI, 2005). Trata-se de um processo importante para o paciente, principalmente considerando-se a experiência da doença, e que a internação é um momento de perda de grande parte de sua autonomia (BRASIL, 2002; VALLADARES; CARVALHO, 2006).

A arte pode ainda facilitar o diálogo da academia com a comunidade, como o projeto que utilizou o cinema para trabalhar temas de saúde e sociedade com professores da rede municipal de ensino (XAVIER et al., 2008). Em outros projetos, a arte facilita a aceitabilidade da informação, como o trabalho realizado pelos “Farmacêuticos Sem Fronteira” que, por meio do teatro e de desenhos feitos pela própria comunidade discute o Uso Racional de Medicamentos (LOUZ, 2006).

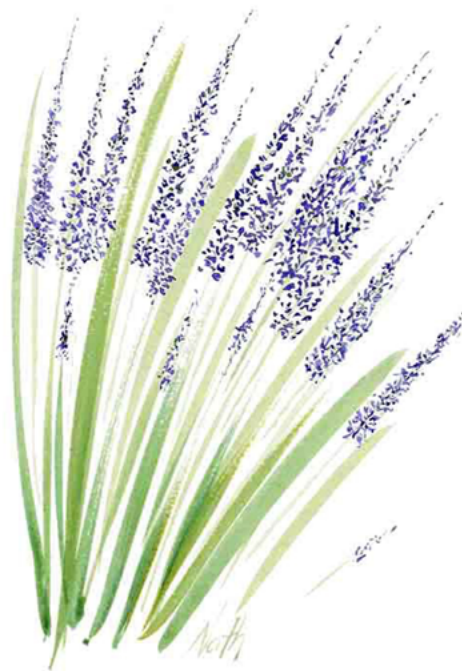


Imagem 10: Título “Lavandas”, autoria de Nathalie Dewulf, com técnica de Acrílico aquarelado sobre papel canson, tamanho original 15X20cm, ano de produção 2006.

Fonte: Autor.

Ao longo desses trabalhos, pude observar e perceber como a arte e sua interface com a ciência estão intimamente ligadas a minha profissão. A arte e a ciência podem apresentar diversas formas de relação, tanto como a complementação de conhecimentos, como o desenvolvimento de capacidades subjetivas de criação, de expressão e de crítica. A relação entre a arte e a ciência é histórica, com célebres exemplos de cientistas-artistas ou artistas-cientistas. Leonardo da Vinci (1452-1519) desenvolveu diversos estudos anatômicos, que, por sua vez, auxiliaram-lhe no aprimoramento de seus desenhos (GOMBRICH, 1994). Claude Bernard (1813-1878), grande cientista e dramaturgo, registrou: “A arte sou eu, a ciência somos nós”; deixando, clara, assim, a necessidade do desenvolvimento da capacidade de criação do ser humano para a ciência e a pesquisa (TOBAR; YALOUR, 2002). Ainda, o cirurgião e músico Theodor Billroth (1829-1894), como descrito por Meneghelli (1998), discutiu como o exercício da arte pode complementar o da profissão de cirurgião, exemplificado pelo desenvolvimento das habilidades manuais, além de contribuir na humanização do profissional em sua atuação. Vale ressaltar, aqui, a importância da arte na educação profissional. A sensibilidade desenvolvida pela arte também foi descrita e valorizada no diário de Charles Darwin (1809-1882), como transcritas abaixo (READ, 2001, p. 287).

Até a idade de trinta anos, ou mesmo depois, a poesia de muitos tipos, como as obras de Milton, Gray, Byron, Wordsworth, Coleridge e Shelley, proporcionou-me grande prazer, e ainda como aluno da escola primária eu experimentava imensa alegria com Shakespeare particularmente nas peças históricas. Também já afirmei que, antigamente, a pintura me proporcionava um prazer considerável, a música, um grande prazer. Mas agora, já há muitos anos, não consigo ler uma linha de poesia: ultimamente tentei ler Shakespeare, e achei-o tão intoleravelmente monótono que cheguei a ficar nauseado. Também perdi o gosto pela pintura e pela música (...) Minha mente parece ter-se transformado numa espécie de máquina para triturar as leis gerais de um grande conjunto de fatos, mas não consigo entender por que isto teria causado a atrofia de apenas uma parte do meu cérebro de que dependem os estados mais refinados. Suponho que um homem com uma mente mais organizada ou mais bem constituída que a minha não teria sofrido assim; e, se tivesse de voltar a viver minha vida, eu estabeleceria uma regra para ler poesia e ouvir música pelo menos uma vez por semana; pois talvez as partes do meu cérebro agora atrofiadas tivessem se mantido ativas se tivessem sido usadas. A perda desses gostos é uma perda da felicidade, e possivelmente seja danosa ao intelecto e mais provavelmente ao caráter moral, ao enfraquecer a parte emotiva de nossa natureza.

Jean-Marc Lévy-Leblond, físico e epistemólogo, afirma (MASSARI; MOREIRA; ALMEIDA, 2006):

À ciência falta um componente essencial comum a toda atividade artística e cultural: a dimensão crítica. A ciência, no seu ritmo cada vez mais rápido de publicações, teria pouco tempo para a reflexão crítica interna. Uma etapa crucial da atividade criativa, o movimento de recuo, o tempo do olhar que permite perceber a obra no seu conjunto estaria ausente na ciência contemporânea.

Por fim, apresento a maneira com que expressei artisticamente, o tema central de minha dissertação: a adesão ao tratamento medicamentoso (DEWULF, 2005). Imaginei expressar a necessidade de se realizar a intervenção pelo profissional de saúde, de forma *humanizada*, com o intuito de se obter uma boa adesão ao tratamento medicamentoso, e de transferir o foco no medicamento para o ser humano. Esta crença foi representada na forma da *mão*, a mão do indivíduo que entrega o medicamento ou a mão de quem o recebe (Imagem 11).



Imagem 11: Título “O ser humano é necessário”, autoria de Nathalie Dewulf, com técnica de Acrílico aquarelado sobre papel canson, tamanho original 20X15cm, ano de produção 2005. Fonte: Autor.

Analisando, hoje, minha trajetória, considero que a arte é parte essencial de minha formação pessoal e profissional. Acredito que seja necessário considerar as diferentes possibilidades de interface que a arte pode realizar – com a educação, a saúde (ou a terapia) e a ciência – para a alteração de uma realidade. Diante do conceito de saúde como um estado de *equilíbrio biopsicossocial*, a arte pode claramente auxiliar na promoção e na recuperação da saúde, bem como proporcionar o desenvolvimento da capacidade crítica e humanística. Portanto, a arte deve ser considerada para um melhor tratamento dos pacientes, para o desenvolvimento profissional, seja na formação ou, no autocuidado, bem como para proporcionar o bem estar de todos.

CONCLUSÕES

Com o resultado da exposição “Vivência artística de uma farmacêutica: a arte e suas interfaces” e discussões levantadas, que apresentou algumas das interfaces da arte, pode-se perceber que a arte está realmente presente em nosso cotidiano. A interface com a educação, a ciência, o autoconhecimento e o registro da história, a saúde e a humanização, fortalecem habilidades como a da linguagem, assim como o pensamento crítico. Desta forma, o contato com a arte, em suas mais diferentes formas, deve ser essencialmente estimulado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Comissão de Cultura e Extensão da FCFRP pela realização da exposição e também pelo apoio financeiro prestado pela **American Association of Pharmaceutical Scientists**. Agradeço também ao Prof. Dr. Leonardo Regis Leira Pereira, docente da FCFRP - USP, à Profa. Dra. Monica Freiman de Souza Ramos, docente Faculdade de Farmácia - UFRJ, à minha Professora de pintura, Anne Frenhi, e à psicopedagoga Lílian de Almeida Pereira B. de Sá, pela ajuda na realização desta exposição e contribuições. E agradeço ainda ao Prof. Dr. Luiz Ernesto de Almeida Troncon, docente da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP, meu orientador no mestrado e no doutorado, pelo respeito e apoio ao meu trabalho.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, R.; PASSOS, E. Humanização na saúde: um novo modismo? *Interface – Comunic, Saúde, Educ*, v.9, n. 17, p. 389-406, mar/ago, 2005.
- BLASCO, P.G.; GALLIAN, D.M.C.; RONCOLETTA, A.F.T.; MORETO, G. Cinema para o Estudante de Medicina: um Recurso Afetivo/Efetivo na Educação Humanística. *Rev. Bras. Educ. Med.*, v. 29, n. 2, p. 119-128, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. *Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar*. 2. ed. Revista. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: www.humaniza.org.br. acesso em: 2 de outubro de 2007.
- CIORNAI, S. (org.). *Percursos em Arteterapia*. São Paulo: Summus, 2004 (coleção novas buscas em psicoterapia; v.63).
- DEWULF, N. L. S. *Investigação sobre a adesão ao tratamento medicamentoso em pacientes com doenças inflamatórias intestinais*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.
- FINCHER, S.F. *O autoconhecimento através das mandalas: a escolha das técnicas e cores mais adequadas para a criação de uma mandala pessoal*. São Paulo: Pensamento, 1991.
- GOMBRICH, E.H. *A história da arte*. 6ª edição. 1999. LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. Rio de Janeiro-RJ.
- In Flanders Fields Museum*. Disponível em: <http://www.inflandersfields.be/>. Acessado em: 10 de janeiro de 2008.
- LOUZ, Y. Actions de Pharmaciens Sans Frontière Internacional, un exemple de Cambodge. *Med. Trop.*, n. 66, vol. 6, p. 1-5, 2006.
- MASETI, M. Doutores da Ética da Alegria. *Interface – Comunic, Saúde, Educ*, v.9, n. 17,

p.453-8, mar/ago 2005.

MASSARI, L.; Moreira, I. C.; Almeida, C. Para que um diálogo entre ciência e arte? *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. 13, suplemento, p. 7-10, 2006.

MENEGHELLI, U.G. Billroth: cirurgião, histologista, clínico e... músico. *Gastroenterol. Contemporânea*, vol. 2, n. 1, p. 7-14, 1998.

MOACANIN, R. *A psicologia de Jung e o Budismo Tibetano*. São Paulo: Pensamento, 1986. *Museu de Imagens do Inconsciente*. Disponível em: <http://www.museuimagensdoinconsciente.org.br/>. Acessado em: 20 de janeiro de 2008.

NAEA - *National Art Education Association*. Disponível em: <http://www.naea-reston.org>. Acessado em: 11 de dezembro de 2007.

Nathan, L. Why the Arts make sense in education. *Phi Delta Kappan* n. 90, v. 3, p. 177-181, 2008.

PHILIPPINI, A. *Para entender arteterapia: cartografias da coragem*. Rio de Janeiro: Wak, 2004.

READ, H. *A educação pela arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (Coleção a).

Reilly, j.m.; Ring, j.; Duke, l. Visual Thinking Strategies: A New Role for Art in Medical Education. *Fam. Med.*, vol. 37, n. 4, p. 250-252, 2005.

SAVIANI, I. Ateliê terapêutico – Encontrarte: viver arte, criar e recriar a vida. In: Ciornai, S. (org.). *Percursos em Arteterapia*. São Paulo: Summus, 2004 (coleção novas buscas em psicoterapia; v.63).

TOBAR, F.; Yalour, M. R. *Como fazer teses em saúde pública: conselhos e idéias para formular projetos e redigir teses e informes de pesquisas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

VALLADARES, A.C.A.; Carvalho, A.M.P. A arteterapia e o desenvolvimento do comportamento no contexto da hospitalização. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, n. 40, vol. 3, p. 350-355, 2006.

XAVIER, J.J. et al. CINESOCIAL: Uma metodologia inovadora para temas em Saúde e Sociedade. In: 2º Congresso de Extensão Universitária da Unicamp, Campinas, SP, 2008. *Cadernos de Resumos*, Campinas, SP, 2008, p. 128.